

REGINA MARIA AZEVEDO

**PROGRAMAÇÃO NEUROLINGÜÍSTICA:
TRANSFORMAÇÃO E PERSUASÃO NO METAMODELO**

Dissertação de Mestrado

São Paulo

2006

REGINA MARIA AZEVEDO

**PROGRAMAÇÃO NEUROLINGÜÍSTICA:
TRANSFORMAÇÃO E PERSUASÃO NO METAMODELO**

Dissertação apresentada à Escola de
Comunicação e Artes da Universidade
de São Paulo para obtenção do título
de Mestre em Ciências da Comunicação.
Área de concentração: Jornalismo.

Orientadora: Profa. Dra. Maria do
Socorro Nóbrega

São Paulo
2006

Termos de aprovação

Nome do Autor: Regina Maria Azevedo

Título da Dissertação/ Tese:
Programação Neurolingüística: transformação e persuasão no metamodelo

Presidente da Banca: _____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Aprovada em:

_____/_____/_____

A meus pais,
Adão da Silva Azevedo e Elena Costa Azevedo;
a meus irmãos, Sonia, Ana e Fernando,
pelo amoroso e incondicional apoio ao longo de minha vida.

À Profa. Dra. Maria do Socorro Nóbrega
pela condução firme e generosa na realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas foram importantes para a realização deste trabalho; são, pois, merecedoras dos mais sinceros e amorosos agradecimentos:

à querida Profa. Dra. Maria do Socorro Nóbrega, pelo saber compartilhado, rigor científico, generosidade e incansável colaboração;

aos Professores Dr. Adherbal Caminada Netto e Dr. Gil Anderi da Silva, coordenadores das áreas da Qualidade e Gestão Ambiental do PECE – Programa de Educação Continuada em Engenharia – da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (EPUSP); ao confiarem a mim disciplinas voltadas à Comunicação e à Motivação dessa respeitada instituição de ensino, foram os responsáveis por meu retorno a esta Universidade;

ao Prof. Dr. José Roberto Cardoso, coordenador geral do PECE, pela generosa confiança em mim depositada;

à Profa. Dra. Jeanne Marie Machado de Freitas, que com gentileza e ternura peculiares deu-me as boas-vindas em meu “retorno de filha pródiga” à Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP), 22 anos após minha graduação; com seu espírito científico, abriu espaço para que este projeto encontrasse seu lugar nas Ciências da Linguagem, consignando seu saber a esta pesquisa, por meio de preciosas sugestões, algumas das quais apresentadas no Exame de Qualificação;

do quadro de professores da ECA, cabe ainda destacar as importantíssimas colaborações da Profa. Dra. Dulcília Buitoni, pelo incentivo, e da Profa. Dra. Mayra Rodrigues Gomes, pelos ensinamentos;

à Profa. Dra. Zélia Ramozzi Chiarottino, do Instituto de Psicologia (IP-USP), especialmente pelo exemplo de vida e pelas pertinentes modificações sugeridas no Exame de Qualificação;

à Profa. Dra. Claudia Thereza Guimarães de Lemos (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH-USP), responsável por minha primeira incursão no universo chomskyano;

à Profa. Dra. Norma Discini de Campos (FFLCH-USP), incansável na sua tarefa de corrigir e anotar sugestões em nossos cuidadosos, mas nem sempre brilhantes, relatórios semanais; cabe destacar ainda sua generosa e entusiástica contribuição no esboço deste projeto;

ao Prof. Dr. Gilberto de Andrade Martins, da Faculdade de Economia e Administração (FEA-USP), por sua agradável e bem-humorada abordagem sobre o tema “Metodologia”, de forma a torná-lo aprazível; este agradecimento estende-se aos colegas de turma da FEA-USP, pelo incentivo a nós empenhado ao longo do desenvolvimento deste trabalho;

às psicólogas Clô Guilhermino, Elaine Martins, por compartilharem comigo suas descobertas sobre a PNL;

aos colegas queridos da ECA, especialmente aos do Núcleo “Ciências da Linguagem”, com quem trocamos idéias, incertezas, bibliografia e carinho nos momentos de dificuldade;

à Tânia, secretária exemplar da área de Jornalismo da Pós-Graduação da ECA, e ao anjo-guardião Paulo César Bomtempo, a quem sempre pudemos recorrer nos momentos de aflição estudantil, por todas as facilidades disponibilizadas para que pudéssemos enfrentar sem atropelos os trâmites burocráticos;

aos queridos alunos do PECE, pela produtiva e amorosa troca de experiências e informações; e aos colegas e funcionários do PECE pela amizade, cordialidade, dedicação, bom atendimento e contribuição efetiva para meu desempenho profissional;

à Suzana e Michelangelo, companheiros fiéis nas longas noites de estudo.

Os amigos merecem um capítulo à parte, pois possuem cadeira cativa em nosso coração; para poupar espaço, confinamos alguns dos que participaram diretamente deste projeto num único parágrafo. Assim sendo, agradeço à minha querida prima, Profa. Dra. Helena Alves de Carvalho Sampaio, pela exemplar vida acadêmica que sempre me serviu de inspiração e por sua ajuda na elaboração do anteprojeto desta dissertação; ao meu querido irmão caçula, Dr.

Fernando Costa Azevedo, por compartilhar comigo sua doce existência e sua incursão rumo à pós-graduação; à promissora mestranda Marcela Miura Satow, pelo talento e a especial alegria que exala de sua graciosa juventude; ao Eng. Maurício Tonidandel, generoso “Mr. Postman”, por sua pronta disposição em agilizar, eficientemente, a entrega dos livros adquiridos no exterior; à editora Livia de Caroli Tonso, pela paciente e corajosa contribuição ao dedicar-se à leitura da versão final deste trabalho; ao jornalista Artur Araújo, pela intensa troca de informações, ouvinte amigo, depositário das minhas aflições; ao Prof. Eng. Moacyr Albano Braz, pelo ombro acolhedor, pela amizade fiel e torcida incansável que persistem por mais de 30 anos; aos queridos Yara Rezende, Maria Cecília Candeias, Silvia Galant, Yayo Miura, Miriam Sardinha Azevedo, Maria José dos Santos, Olga Miranda, Edna Melo, Patrícia Ceolin, Toni Galvéz, Julio Cruz, Paulo Kuratomi e Edson Costa, por comemorarem comigo o início, o fim e o meio.

Valeu a torcida! Saúde, sorte e sucesso a todos nós!

AZEVEDO, Regina Maria. **Programação Neurolingüística: transformação e persuasão no metamodelo**. São Paulo, 2006. p. 187. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo.

RESUMO

Neste estudo apresentamos as origens da Programação Neurolingüística (PNL), seus principais fundamentos, pressupostos teóricos e objetivos; analisamos o “metamodelo”, sua relação com a linguagem e sua exploração por meio do processo de “modelagem”, a partir do enfoque presente na obra A estrutura da magia I: um livro sobre linguagem e terapia, de Richard Bandler e John Grinder, idealizadores da PNL. Examinamos as transformações obtidas mediante o processo de derivação, com base na Gramática Gerativo-Transformacional de Noam Chomsky, objetivando verificar sua relação com o “metamodelo”. Explorando o discurso do Sujeito submetido ao processo de “modelagem”, verificamos em que medida os novos conteúdos semânticos revelados pelas transformações poderiam influenciá-lo, a ponto de mudar sua visão de mundo. Para esta análise, investigamos ainda as teorias clássicas da Argumentação, em especial os conceitos de convicção e persuasão, constatando que a “modelagem” oferece ao Sujeito recursos para ampliar seu repertório lingüístico, apreender novos significados a partir de seus próprios enunciados e, por meio da deliberação consigo mesmo, convencer-se e persuadir-se.

Palavras-chave: Programação Neurolingüística, PNL, metamodelo, modelagem, transformação, persuasão, derivação, Gramática Gerativo-Transformacional, argumentação.

AZEVEDO, Regina Maria. **Neuro-Linguistic Programming: transformation and persuasion in meta-model**. São Paulo, 2006. p. 187. Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo.

ABSTRACT

This study aims at presenting the origins of the Neuro-Linguistic Programming (NLP), its main ideas, theoretical presuppositions and goals. Furthermore, it will be analyzed the meta-model, its relationship with language and its exploitation through the modeling process, all based on the book The structure of magic I: a book about language and therapy, by Richard Bandler and John Grinder, the founders of NLP. Moreover, it will be examined the transformations obtained from the derivation process, based on Noam Chomsky's Transformational-generative grammar, with the goal of verifying its relationship with the meta-model. When exploiting the subject's discourse submitted for the process of modeling, it will be verified in which way the new semantic contents revealed by the transformations could influence that subject and made him alter his vision of the world. For this analysis, it will be investigated also the classic theories of Argumentation, especially the conviction and persuasion concepts. It will also be verified that the process of modeling can offer resources to the subject, for him to enhance his linguistic vocabulary, to learn new meanings from his own sentences and to be able to persuade and convince himself through deliberating with his inner self.

Key words: Neuro-Linguistic Programming, NLP, meta-model, modeling, transformation, persuasion, derivation, Transformational-generative grammar, argument.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
PARTE I - PROGRAMAÇÃO NEUROLINGÜÍSTICA (PNL) E METAMODELO	34
1 ORIGENS DA PROGRAMAÇÃO NEUROLINGÜÍSTICA (PNL)	35
1.1 Sobre o termo Neurolingüística	36
1.2 Objetivos da PNL	39
1.3 Pressupostos teóricos da PNL.....	41
1.4 Desvendando a “Estrutura da Magia”	43
2 METAMODELO E MODELAGEM: APLICATIVOS DA PNL	46
2.1 Conceito de metamodelo	46
2.1.1 Metamodelo e modelo de mundo: a realidade “filtrada”	47
2.2 Conceito de modelagem	49
2.3 Metamodelo e linguagem	50
PARTE II - ANÁLISE DO METAMODELO	52
3 FUNDAMENTOS DA GRAMÁTICA GERATIVO-TRANSFORMACIONAL.	53
3.1 Noam Chomsky e o modelo da Gramática Gerativo-transformacional	53
3.1.1 O enfoque racionalista e o aspecto instintivo da linguagem segundo Chomsky	59
3.2 Gramática Gerativo-transformacional: conceitos básicos possivelmente relacionados à PNL	66
3.2.1 Estrutura sintagmática.....	72
3.2.2 Estrutura Profunda e Estrutura Superficial	75
3.2.3 Má-formação semântica: homonímia, ambigüidade e a transformação ativa-passiva	81
3.3 Alguns problemas residuais: as fronteiras entre a sintaxe e a semântica e a estrutura do léxico.....	83
3.3.1 Gramaticalidade: regras e desvios	84
3.3.2 Gramaticalidade e semântica: efeitos de paráfrase, comparação, reflexivização, nominalização e construção causativa	87
4 ANÁLISE COMPARATIVA DOS CONCEITOS DA GRAMÁTICA GERATIVO- TRANSFORMACIONAL ADAPTADOS AO METAMODELO	93
4.1 A Gramática Gerativo-transformacional na visão de Bandler e Grinder	93
4.2 Metamodelo e derivação	97
4.2.1 O processo de derivação: Estrutura Superficial, Estrutura Profunda e sua aplicabilidade no modelo da PNL.....	97
4.2.2 Derivação e os processos de “Eliminação”, “Distorção”, e “Generalização”	100
4.2.3 Derivação: possíveis intervenções do terapeuta	102
4.3 Além da Estrutura Profunda: “boa-estruturação semântica” e “boa-estruturação em terapia”.....	109

PARTE III - METAMODELO E DISCURSO PERSUASIVO	114
5 A ESTRUTURA PERSUASIVA DO METAMODELO	115
5.1 Convencer e persuadir.....	115
5.1.1 Demonstração, razão e emoção	118
5.2 Persuasão e deliberação	123
5.2.1 Deliberar consigo mesmo	124
5.2.2 Racionalização: debate versus discussão.....	126
5.3 O duplo gatilho argumentativo.....	131
5.3.1 A dinâmica argumentativa.....	131
5.3.2 Enquadramento	134
5.3.3 Vinculação	142
5.4 Metamodelo, modelagem e persuasão	151
5.4.1 Modelagem, competência e performance.....	151
CONCLUSÃO	155
BILBIOGRAFIA	160
GLOSSÁRIO	162
APÊNDICES.....	166
Apêndice A - Categorias do metamodelo: classes especiais de Eliminação, Distorção e Generalização.....	166
Apêndice B - Metamodelo e terapias.....	178
ANEXO.....	183

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 - Exemplo de derivação	73
FIGURA 1 - Diagrama de árvores	74
QUADRO 2 - Formação de constituintes.....	74
FIGURA 2 - Diagrama de Meireles e Raposo	79

Parte I

PROGRAMAÇÃO NEUROLINGÜÍSTICA (PNL) E METAMODELO

INTRODUÇÃO

*Caminante, son tus huellas
el camino y nada más;
Caminante, no hay camino,
se hace camino al andar.
Al andar se hace el camino,
y al volver la vista atrás
se ve la senda que nunca
se ha de volver a pisar.*

(Antonio Machado, “Cantares”, in *Poesías completas*)

Na década de 90, atuando como colaboradora da revista Planeta (Grupo Editorial Trê) travamos conhecimento com a Programação Neurolingüística (PNL), teoria americana criada pelo analista de sistemas Richard Bandler e pelo lingüista John Grinder, a qual preconizava a possibilidade de promover rápidas e positivas mudanças de comportamento por meio da utilização de padrões lingüísticos específicos.

Na ocasião, tivemos oportunidade de entrevistar alguns profissionais brasileiros que empregavam as técnicas apresentadas pela PNL e de participar de alguns cursos e *workshops* por eles oferecidos. Tais experiências permitiram que observássemos *in loco* significativas mudanças de comportamento dos participantes de tais práticas. Os conteúdos apresentados pelos instrutores pareciam ser incorporados automaticamente pelos ouvintes, provocando, em algumas poucas horas, um instantâneo convencimento acerca de suas descobertas, pródigas de soluções para os mais variados problemas pessoais.

Simultaneamente a essa experiência, o segmento editorial então designado como “auto-ajuda” apresentava vendas expressivas, que mereceram destaque nas Bienais Internacionais do Livro dessa década em diante, conquistando nessas Feiras um setor exclusivo para editoras voltadas a esse tipo de publicação.

Segundo a Câmara Brasileira do Livro – órgão responsável pela organização do evento –, em 1994, 107 títulos venderam 410 mil exemplares no país¹, um recorde não superado até hoje por qualquer outro segmento editorial. Também

¹ PETILLO, Alexandre e SOUZA, Allyson de. Ajude-se. (*Superinteressante*, agosto/2005, p. 68).

na coluna de livros da revista Veja, publicação de maior circulação nacional, na ocasião, essa nova categoria passou a figurar na lista dos mais vendidos, ao lado dos segmentos “ficção” e “não-ficção”, assim permanecendo até os dias de hoje. O tema continua despertando o interesse da mídia, gerando matérias de capa² e associando-se aos mais variados assuntos, de sucesso nos negócios³ a educação infantil⁴.

PNL no Brasil

As traduções das obras fundamentais de Richard Bandler e John Grinder chegaram ao Brasil discretamente, a partir do final da década de 70, por meio de editoras voltadas às áreas da medicina e da psicologia (*Guanabara Koogan*, *Summus*), com ênfase no enfoque terapêutico. Somente na década de 90, a PNL tornou-se aqui conhecida do grande público, por meio de escritores como Anthony Robbins ou Lair Ribeiro, cujos livros, classificados pelo ramo editorial como literatura de auto-ajuda, lideraram por meses as listas dos mais vendidos em todo o território nacional.

O médico cardiologista Lair Ribeiro, graduado no Instituto de Neurolingüística de Nova York, foi um dos primeiros a empregar declaradamente, no Brasil, técnicas de PNL em seus escritos e cursos. Por conta dos métodos polêmicos utilizados em seus *workshops*, Lair Ribeiro recebeu severas críticas por parte da mídia.

Associada à imagem desse “precursor”, a PNL tornou-se aqui popular à medida que era desqualificada e reduzida a um conjunto de técnicas de forte impacto persuasivo e conteúdo duvidoso. As críticas apontavam-na como um modismo, algo “inventado pelo Sr. Lair Ribeiro” para se ganhar dinheiro.

No entanto, aqueles que a criticaram em artigos de jornais e revistas não especializadas – quer em comunicação quer em psicologia – demonstraram pouco conhecimento acerca dos fundamentos da PNL, como, por exemplo, o

² “Auto-ajuda que funciona: o que dizem os mais respeitados autores que ensinam você a ter sucesso e viver melhor”. (Cf. MARTHE, Marcelo. O alto-astral da auto-ajuda. Veja, 13/11/2002;); “O fenômeno da auto-ajuda”. (Ajude-se. Superinteressante, agosto/2005).

³ Os gansos dos ovos de ouro. (Veja, 22/9/2004, p. 136-137).

⁴ Para estressados mirins. (Veja, 15/9/2004, p. 127-128).

jornalista Okky de Souza, que descreveu na revista Veja, em 1996, suas impressões sobre *Sintonia*, um dos mais divulgados cursos de Lair Ribeiro com base na PNL:

A cena é de hospício: com os braços pendurados em tipóias, usando tapa-olho de pirata e protetores de ouvido, rolando bolinhas energizantes nas mãos, um grupo de oitenta pessoas caminha por um campo de futebol. [...] Pode parecer coisa de louco, mas não é. Ali estão executivos, donas-de-casa e profissionais de várias áreas, que pagam 600 reais por cabeça para participar do curso “Sintonia”, ministrado pelo escritor Lair Ribeiro. [...] Ao se matricular no curso, os alunos recebem a garantia de que a vida jamais será a mesma depois dele – das relações familiares à conta bancária, tudo irá tornar-se um mar de rosas.⁵

Mais adiante, o jornalista comenta:

O escritor mantém nada menos que 27 cursos diferentes, cada um servindo a determinado tipo de público, principalmente executivos. Nada que se compare, porém, ao “Sintonia” [...] [no qual] mágoas ou ódios são eliminados da alma através de um exercício onde todos espancam banquetas estofadas até cair de exaustão – muitos desmaiam de verdade, com taquicardia. [...] No curso, embalado por uma trilha sonora vibrante em que se destaca Assim Falou Zaratustra, o ribombante tema do filme 2001 – Uma Odisséia no Espaço, aprende-se também malabarismo com lenços e todos saem de lá craques na matéria. Quem quer subir ao palco para dividir com a platéia um grande problema pode fazê-lo a qualquer hora. Nessas ocasiões, usando técnicas de neurolingüística, Ribeiro costuma promover a cura do paciente ali mesmo, preparando-o para resolver o problema [...].⁶

Ao longo da matéria, em nenhum momento Souza descreve explicitamente as técnicas empregadas no curso nem especifica quais delas poderiam ser consideradas de PNL (equivocadamente citada pelo jornalista como “neurolingüística”). Da mesma maneira, não faz menção a seus criadores – Bandler e Grinder – nem ao histórico dos quase vinte anos que antecederam a “prática de hospício” coordenada por Lair Ribeiro.

Tendo publicado vários livros sobre sucesso, comunicação, relacionamentos, prosperidade, Lair Ribeiro parecia ter-se tornado sinônimo da própria PNL, sendo, por vezes, considerado seu criador ou representante oficial em nosso país. Observamos, porém, que na maioria de suas publicações, o escritor apenas faz uso de variadas técnicas de PNL, sem identificá-las nem, especificamente, explicá-las.

⁵ SOUZA, Okky de. Circo de atrações. Veja, 3/7/1996, p. 92-93.

⁶ Id., *ibid.*

Cabe ressaltar que na esteira de seu sucesso editorial (considerado um fenômeno, Lair Ribeiro vendeu 1,8 milhão de exemplares entre 1992 e 1996), surgiram no Brasil “seguidores”, como o engenheiro de produção Renato Hirata, o professor de filosofia Octávio Calonge ou o médico cardiologista Nelson Spritzer. A jornalista Neuza Sanches, também em matéria da revista Veja, no mesmo ano de 1996, comenta de forma irônica o considerável volume de vendas dos “neolaíres” – termo pelo qual se referiu aos três autores acima citados:

Nos últimos meses, apareceram na praça algumas pessoas que, ao que parece, descobriram como se deve usar os ensinamentos de Lair Ribeiro. O negócio não é seguir o que seus livros prescrevem. É muito mais eficaz “imitar” Lair Ribeiro – ou seja, escrever livros sobre neurolingüística [...] a tal ciência que Lair Ribeiro teria introduzido no Brasil e que nada mais é do que o velho pensamento positivo com um nome empolado.⁷

Em outro trecho da matéria, considerando o fenômeno editorial do segmento de auto-ajuda – que, na ocasião, correspondia a 20% do total de vendas do mercado livreiro nacional, a jornalista pondera que tais livros “nada têm de mau”. E observa:

Ao contrário, sua estratégia é mostrar o lado construtivo das coisas e incitar os leitores a perseguir uma existência mais satisfatória. Em si mesmos, são meritórios. O que se pode criticar é a eventual malícia dos autores de ganhar fortunas vendendo um sonho virtualmente inatingível – ao menos pelos métodos pregados por eles.⁸

Da mesma maneira que o colega anteriormente citado, a jornalista não explicita a que estratégias se refere, especificamente, e suprime o termo “Programação”, tomando PNL por neurolingüística. No entanto, empreende um julgamento pejorativo – prática bastante comum quando o assunto é Programação Neurolingüística – ao afirmar que os autores que a utilizam comportam-se de maneira maliciosa, vendendo aos leitores resultados inatingíveis.

Foi assim, na esteira do sucesso de Lair Ribeiro, que proliferaram no Brasil, a partir dos anos 90, livros e cursos sobre a PNL. Os divulgadores de suas práticas, conhecidos como facilitadores (ou, usando jargões americanizados, denominados

⁷ SANCHES, Neuza. Mágicos do sucesso. Veja, 17/4/1996, p. 124-125.

⁸ Id., *ibid.*

practitioners, master practitioners, trainers e master trainers), prometiam resultados como a cura rápida de fobias em cerca de oito minutos, o abandono instantâneo de crenças limitantes ou a aceleração da aprendizagem.

Os praticantes da PNL, no Brasil, constituem um grupo heterogêneo – composto por médicos, engenheiros e psicólogos, espalhados por cidades do nordeste, sudeste e sul do país.⁹ Sua formação se dá por meio de cursos ou instrutores que se dizem autorizados a repassar as técnicas – na maioria das vezes fundamentadas nos pressupostos concebidos por seus criadores – e a emitir certificados.

Alguns buscaram sua habilitação nos Estados Unidos, nos treinamentos ministrados pessoalmente por Bandler e Grinder ou por seus mais afamados seguidores (Robert Dilts, Steve Andreas, John Seymour, Joseph O'Connor, dentre outros).

No site oficial de Richard Bandler¹⁰, apenas uma entidade na cidade do Rio de Janeiro figura como representante de sua *The Society of Neuro-Linguistic Programming* no Brasil. Alguns livros sobre PNL trazem a indicação de profissionais – em geral apenas um – por eles habilitados para ministrar cursos, ou mesmo organizar e acompanhar grupos que queiram participar de treinamentos no exterior empreendidos por Bandler ou algum de seus associados ou seguidores mais famosos. Em São Paulo, a *Sociedade Brasileira de Programação Neurolingüística* não possui sequer uma biblioteca com as principais obras sobre o tema que possa ser consultada; apresenta-se como empresa prestadora de serviços, geralmente voltada à organização de cursos.

Nos Estados Unidos não parece haver diferença. A *NLP University*, fundada e liderada por Robert Dilts, um dos mais conhecidos seguidores de Bandler e Grinder, é assim apresentada em seu *site*:

A *NLP University* dedica-se a apresentar os melhores seminários possíveis sobre o tema à comunidade internacional de PNL. A *NLP University* é a fonte preliminar para os programas da certificação de PNL que envolvem minhas descobertas. Os programas de certificação da *NLPU* para *Practitioner, Master*

⁹ Dados extraídos do *site* <http://www.golfinho.com.br>, um dos mais consultados sobre PNL no Brasil.

¹⁰ *The Society of Neuro-Linguistic Programming*TM. <http://www.purenlp.com>.

Practitioner e Trainer são os únicos programas certificados de PNL em que eu ensino, e quanto a esses, eu assino embaixo.¹¹

Cabe observar que, atualmente, os criadores da PNL encontram-se separados profissionalmente. Enquanto Richard Bandler dedica seus cursos ao desenvolvimento pessoal, John Grinder optou pelo emprego das técnicas da PNL associada aos conceitos de excelência profissional, divulgando-as junto às organizações. Ambos visam promover mudanças de comportamento e defendem a idéia inicial da possibilidade de melhoria constante, o que parece continuar fascinando sua clientela.

Tema e objetivos

A partir desse enfoque, nosso interesse voltou-se à possibilidade de realizar um estudo apoiado em uma metodologia de pesquisa que nos permitisse descrever os fundamentos teóricos da PNL e analisar seus métodos e objetivos.

Embora a PNL tenha surgido nos Estados Unidos em meados dos anos 70, somente na década passada a teoria e a aplicação de seus conceitos básicos ganharam destaque no Brasil. Desde então, poucos estudos dedicaram-se a verificar seus efeitos – especialmente no que se refere à linguagem – e sua relevância no cenário nacional. Assim sendo, consideramos a pesquisa pertinente, principalmente por seu caráter inédito e atual, mas também por adotar como quadro teórico de referência conceitos relacionados ao campo das Ciências da Linguagem.

Buscamos, assim, oferecer subsídios para que se possa empreender uma leitura crítica da PNL a partir dos fundamentos propostos por seus criadores.

Este estudo analisa o “metamodelo”, postulado da Programação Neurolingüística (PNL), especialmente no que se refere aos conceitos de “derivação” (segundo a Gramática Gerativo-transformacional) e “persuasão” (de acordo com as teorias clássicas da Argumentação), objetivando:

¹¹ <http://www.nlpu.com>, tradução nossa.

- apresentar o histórico e os conceitos básicos da PNL;
- descrever e levar a compreender o modelo central da PNL – “metamodelo”;
- verificar a conformidade do “metamodelo” com a Gramática Gerativo-transformacional, suposta base teórica utilizada para sua elaboração;
- explorar os fundamentos do “metamodelo” como ferramenta da PNL na construção do discurso persuasivo.

Revisão de literatura

Iniciamos nossa pesquisa examinando a primeira obra assinada conjuntamente pelos criadores da PNL: A estrutura da magia I: um livro sobre linguagem e terapia¹²(1975/1977)¹³.

Considerada pelos adeptos da PNL como o primeiro tratado sobre o tema, verificamos que nela Bandler e Grinder não apresentam uma definição para o termo Programação Neurolingüística; contudo, discorrem sobre dois conceitos fundamentais para a concepção e o desenvolvimento da teoria: o “metamodelo” e a “modelagem”.

O exame inicial tornou evidente o estilo pouco didático dos autores: Bandler e Grinder não apresentavam claramente os conceitos teóricos fundamentais, apelando para a redundância e para uma série de aplicações práticas ou encadeamentos metafóricos que tornam o texto confuso. Por exemplo, o processo de “modelagem” é assim definido:

Desejamos somente apresentar-lhe um instrumental específico que nos parece estar implícito nas ações desses terapeutas, de modo que possa começar ou continuar o interminável processo de melhorar, enriquecer e ampliar as habilidades que oferece como aquele que auxilia as pessoas.

¹² Também na edição original, em inglês, publicada em 1975.

¹³ As datas apresentadas entre parênteses referem-se, respectivamente, ao ano da edição original e da edição em português, quando houver, e foram indicadas a fim de estabelecer uma cronologia sobre o desenvolvimento da PNL e o crescente interesse sobre o tema a partir de sua origem – 1975 – até o presente momento.

Já que este instrumental não está baseado em nenhuma teoria psicológica ou abordagem terapêutica preexistentes, gostaríamos de apresentar uma simples visão geral dos processos humanos, a partir dos quais criamos estes instrumentos. Chamamos a este processo modelagem.¹⁴

Outro exemplo da imprecisão desse conceito pode ser observado na reprodução *ipsis litteris* apresentada no glossário da obra: “modelo/modelagem – uma representação de alguma coisa / o processo de representar alguma coisa; um mapa, por exemplo. Um processo que envolve três outros, Generalização, Distorção e Eliminação.”¹⁵

Mediante os exemplos citados, consideramos de pronto que A estrutura da magia I não era suficiente para apoiar os pressupostos e conceitos básicos da teoria, motivo pelo qual recorreremos a leituras complementares, ainda visando à delimitação do corpus.

Passamos, então, ao exame de algumas obras compiladas por seus colaboradores¹⁶, com autoria atribuída a Bandler e Grinder,

- Sapos em príncipes: programação neurolingüística (1979/1982); útil no aprimoramento do conceito de “modelagem”;
- Atravessando: passagens em psicoterapia (1981/1984); traz, em apêndice, a estruturação das categorias e subcategorias do “metamodelo” [Anexo I];
- Resignificando: programação neurolingüística e a transformação do significado (1982/1986); mostra os efeitos do reenquadramento dos significados segundo a abordagem da PNL;
- Usando sua mente: as coisas que você não sabe que não sabe (1985/1987), de autoria exclusiva de Richard Bandler; subsídio teórico para a definição do conceito de “modelagem”;

¹⁴ BANDLER, Richard e GRINDER, John. A estrutura da magia I: um livro sobre linguagem e terapia, p. 26, 1977. Os terapeutas a que os autores se referem no primeiro parágrafo desta citação são Frederick (Fritz) Perls e Virginia Satir (Cf. tópico 1.4 “Desvendando a ‘Estrutura da Magia’”)

¹⁵ BANDLER, Richard e GRINDER, John. A estrutura da magia I, p. 261, 1977.

¹⁶ Tais obras foram compiladas e editadas por colaboradores da dupla a partir de gravações de *workshops* ministrados por Bandler e Grinder.

Nestas obras observamos o mesmo tipo de imprecisão conceitual: vários diálogos extraídos de *workshops* conduzidos pelos autores foram reproduzidos em linguagem informal, nos quais a presença dos interlocutores era assinalada ora por um nome fictício do participante (ex.: “Linda”, “Dick”) ora pelas expressões “Homem” ou “Mulher” (quando um interlocutor secundário faz apenas uma breve intervenção no colóquio anteriormente estabelecido).

Era imprescindível, pois, “imaginar” a cena para dela abstrair os conceitos que se encontram espalhados nas falas de Bandler e Grinder, por vezes reproduzidas indistintamente, como afirma Connirae Andreas (1984) no prefácio de Atravessando: passagens em psicoterapia:

Este livro foi criado a partir de transcrições literais de **dez seminários diferentes** sobre hipnose, editados em conjunto **de modo a parecerem um único workshop**. Não é feita distinção alguma entre os momentos em que Richard ou John estão falando, e os nomes da maioria dos participantes foram modificados.

Enquanto o estiver lendo, tenha sempre em mente que Bandler e Grinder estão em geral fazendo aquilo sobre o que estão falando. **Algumas vezes são explícitos neste sentido e outras vezes não**. O leitor astuto encontrará muito mais no texto do que aquilo sobre o que se comenta abertamente¹⁷ [destaque nosso].

A seguir, um exemplo de como alguns conceitos aparecem em meio à fala – indistinta – de Bandler ou Grinder em um diálogo com um dos participantes do *workshop*, dificultando sua compreensão e localização para emprego na fundamentação conceitual da PNL. Eis como um deles se refere ao conceito de “modelagem causal”:

Estou insistindo em se fazer [sic] uma distinção nítida entre descrições fundadas no sensorial e descrições fundadas no não-sensorial. As primeiras permitem-me entrar em sincronia com o outro. As segundas me permitem oferecer-lhe procedimentos muito gerais que ela [sic] pode usar de maneira idiossincrática. As interpretações que ela fizer destas últimas ser-lhe-ão ricas, significativas e individuais. Não tenho a menor idéia do que sejam, mas está tudo bem. **Isso é conteúdo e pertence a ela [sic]**. Minha obrigação é pôr o processo em andamento.

Esta é uma indução verbal muito simples e vocês podem sempre recorrer a ela. Vai funcionar. Simplesmente leva mais tempo do que algumas outras mais extravagantes. Quando a usarem, lembrem-se de conectarem as afirmações a

¹⁷ ANDREAS, Connirae. “Prefácio” in BANDLER, Richard e GRINDER, John, Atravessando: passagens em psicoterapia, p. 16, 1984.

respeito de experiências fundadas no sensorial com as afirmações relativas a estados orientados internamente. Isto é chamado ‘**modelagem causal**’ [destaque nosso].¹⁸

A falta de regularidade e método na elaboração dessas obras dificultou inicialmente a compreensão dos princípios da PNL, o que conseguimos suprir somente recorrendo aos escritos de alguns seguidores de Bandler e Grinder, em que os fundamentos teóricos são didaticamente ordenados visando a incentivar o público leigo a empregar essa prática de análise para benefício próprio; deles extraímos importantes subsídios:

- **Robert Dilts e Judith De Lozier:** *Neuro-linguistic programming: the study of the structure of subjective experience*¹⁹ (1980); nesta obra, os autores apresentam pela primeira vez o conceito de PNL;
- **Joseph O’Connor e John Seymour:** Introdução à programação neurolingüística: como entender e influenciar as pessoas (1990/1995); relevante para a elaboração do histórico e das origens da PNL;
- **Steve Andreas e Charles Faulkner:** PNL: a nova tecnologia do sucesso (1994, 1995); leitura igualmente importante para a descrição do histórico e definição do termo PNL.

Em relação à primeira obra acima mencionada, observamos que, apesar de Bandler e Grinder figurarem como co-autores, ao lado de Robert Dilts e de Judith De Lozier, o estilo do texto nos faz crer na participação de Dilts como principal organizador; ao realizarmos a busca nos cadastros das livrarias, a ele é atribuída a autoria de *Neuro-linguistic programming*; além disso, no prefácio do primeiro volume de *A estratégia da genialidade*, Dilts afirma que:

No prefácio de *Neuro-Linguistic Programming Vol. I* os co-autores e eu tentamos definir o escopo e o objetivo do novo campo que juntos havíamos criado. [...] Na conclusão do livro [...] prometemos que “no próximo livro da série, *Neuro-Linguistic Programming Volume II*, aplicaremos o modelo que aqui desenvolvemos para apresentar e analisar as estratégias que consideramos mais eficientes e bem formuladas para atingir os objetivos para os quais elas foram criadas”. [...]

¹⁸ BANDLER, Richard e GRINDER, John. Atravessando: passagens em psicoterapia, p. 57, (1984).

¹⁹ Co-autoria atribuída a Bandler e Grinder.

Por várias razões, não conseguimos cumprir a nossa promessa. Mas o compromisso e a visão que expressamos continuaram comigo todos esses anos desde que o NLP Volume I foi concebido e escrito. De muitas maneiras, esta série sobre a Estratégia da Genialidade tem como objetivo cumprir a promessa de um segundo volume do livro *Neuro-Linguistic Programming*.²⁰

Se comparada a outras obras sobre PNL assinadas por Robert Dilts, é possível verificar seu estilo didático e articulado em detrimento dos livros assinados por Bandler e/ou Grinder, bem como das edições organizadas a partir de seus seminários. Somente nessa obra, conceitos fundamentais da PNL como: “sistemas representacionais”²¹, “espelhamento”, “*rapport*”, “ancoragem” e “ressignificação” aparecem sistematizados na exposição. Publicado em 1980, pode ser considerado o primeiro manual didaticamente organizado sobre Programação Neurolingüística.²²

Outros autores que também descrevem de forma ordenada certas técnicas de PNL, foram consultados visando à compreensão de fundamentos específicos:

- **Leslie Cameron-Bandler:** Soluções: antídotos práticos para problemas sexuais e de relacionamento (1985/1991); nesta obra, os conceitos de “*rapport*”, “sistemas representacionais”, “ancoragem” e “remodelagem” são especificamente empregados, conforme indica o subtítulo; apresenta também, no Apêndice I, um resumo bastante didático das categorias do “metamodelo”;
- **Robert Dilts:** A estratégia da genialidade, vols. I e II (1994/1998), nesses dois volumes, o autor explora o “metamodelo” a partir dos talentos especiais de gênios da humanidade, como Aristóteles, Sherlock Holmes, Walt Disney, Wolfgang Amadeus Mozart (vol. I) e Albert Einstein (vol. II); também mostra ao leitor como reproduzir tais talentos por meio do processo de “modelagem”;
- **Joseph O’Connor e John Seymour:** Treinando com a PNL: recursos para administradores, instrutores e comunicadores (1994/1996), nesta obra,

²⁰ DILTS, Robert. A estratégia da genialidade, vol. I, p. 11-12, 1998.

²¹ As definições de tais conceitos da PNL são apresentadas no Glossário.

²² Cf. Introdução à programação neurolingüística e PNL: a nova tecnologia do sucesso, cujas edições originais datam de 1990 e 1994, respectivamente.

fundamentos como “*rapport*”, “sistemas representacionais” e “modelagem” são apresentados juntamente com uma série de exercícios práticos, com a finalidade específica de implementar treinamentos de sucesso junto a empresas.

Esses autores contribuíram para que os conceitos da PNL pudessem ser esclarecidos e melhor fundamentados em detrimento do conceitos apresentados de maneira imprecisa nas obras de Bandler e Grinder.

Exploramos ainda alguns autores brasileiros que se dedicam ao tema; constatamos que seus manuais pouco diferem das obras didaticamente organizadas pelos seguidores/colaboradores de Bandler e Grinder. Em geral, contêm um breve apanhado histórico sobre a PNL, seus princípios básicos e algumas aplicações práticas. Tais aplicativos costumam variar de acordo com a utilização que os autores pretendam dar aos fundamentos, já que esses compêndios são utilizados, em geral, como referência para os treinamentos específicos de PNL a que se dedicam; dentre os estudiosos brasileiros, selecionamos:

- Clô Guilhermino²³: É tempo de mudança (1996);
- Nelson Spritzer: Pensamento e mudança: um guia para excelência pessoal. Desmistificando a programação neurolingüística (1993), apresenta subsídios sobre as origens da PNL.

O médico gaúcho Nelson Spritzer destaca o uso das técnicas de PNL nas empresas visando à solução de problemas. Diferentemente, na obra da psicóloga Clô Guilhermino, os fundamentos são utilizados para o aprimoramento pessoal.

Avaliamos também alguns autores geralmente considerados atuantes no segmento editorial de auto-ajuda, em cujas obras certas estratégias e técnicas da PNL aparecem mescladas a outras por eles desenvolvidas, motivo pelo qual não apresentaram subsídios significativos para nossa análise:

²³ Clô Guilhermino é *Master Trainer* em PNL; em seus cursos, pudemos observar como os processos de **Eliminação, Distorção e Generalização** são explorados no metamodelo; seus ensinamentos foram de grande relevância para a elaboração dos exemplos apresentados no tópico 4.2.2.

- **Lair Ribeiro:** O sucesso não ocorre por acaso;
- **Anthony Robbins:** Poder sem limites: o caminho do sucesso pessoal pela programação neurolingüística.

A pesquisa bibliográfica sobre PNL (tanto as obras traduzidas para a língua portuguesa quanto as americanas) não revelou, até dezembro de 2005, estudos comparativos e/ou analíticos dos fundamentos dessa teoria, tal como propomos apresentar neste trabalho.

Quadro teórico de referência

Os conceitos básicos da PNL foram analisados com base nos seguintes autores:

- **Claude Lévi-Strauss:** Antropologia Estrutural (1949/1975); exploração do conceito de **magia** (cap. 9, “O feiticeiro e sua magia” e cap. 10, “A eficácia simbólica”);
- **Serge Moscovici:** Representações Sociais (2000/2003); visando à melhor compreensão e ao exame da pertinência do pressuposto “**O Mapa não é o território**” (Introdução, “O poder das idéias” – assinada por Gerard Duveen) e dos conceitos de **filtros e modelo de mundo** (cap. 1, “O fenômeno das representações sociais” e cap. 3, “A história e a atualidade das representações sociais”);
- **Noam Chomsky**, de quem examinamos as seguintes obras clássicas:
 - Estruturas sintáticas (1957/edição em português sem data), especialmente os conceitos de **estrutura sintagmática, derivação** (cap. 4, “Estrutura sintagmática”), **transformações obrigatórias e facultativas, transformação passiva** (cap. 5, “Limitações da descrição sintagmática”), **homonímia e ambigüidade** (cap. 8, “O poder explicativo da teoria lingüística”);
 - Aspectos da teoria da sintaxe (1965/1975), em relação aos conceitos de **constituintes, diagrama (ou estrutura) de árvores, competência e**

performance (cap. 1.1, “As gramáticas generativas como teorias da competência lingüística”; cap. 1.2, “Para uma teoria da performance”); **estrutura superficial, estrutura profunda e transformações gramaticais** (cap. 2.2, “Aspectos da estrutura profunda”; cap. 3, “Estruturas profundas e transformações gramaticais”); **aspectos sintático-semânticos** (cap. 4.1 “As fronteiras entre a sintaxe e a semântica”);

- Lingüística cartesiana (1966/1972), especialmente no tocante aos conceitos de **estrutura superficial e estrutura profunda** (cap. 2, “Estrutura profunda e estrutura de superfície”);
- Regras e representações (1980/1981), no exame dos conceitos chomskyanos relativos ao **caráter inato da linguagem**, ao suposto **órgão da linguagem** e ao **cognoscimento** (cap. 1, “Mente e corpo” e cap. 5, “Sobre as bases biológicas das capacidades lingüísticas”);

As reflexões de **John Lyons** (As idéias de Chomsky, 1970/1974), **Emmon Bach** (Teoria sintática, 1981) e **Steven Pinker** (O instinto da linguagem, 1994/2002) sobre a obra de Noam Chomsky nos foram úteis para melhor compreender e contextualizar os fundamentos da gramática transformacional, tal como concebidos por seu idealizador.

Buscávamos localizar, mediante essas leituras, conceitos que justificassem a referência explícita que Bandler e Grinder fazem à Gramática Transformacional como base da PNL.

Para a análise da estrutura argumentativa do “metamodelo”, a fim de verificar seu teor persuasivo, buscamos fundamentação em:

- **Aristóteles**: Retórica (1988), explorando os conceitos de **retórica e demonstração** (Livro I, cap. 1, “A natureza da retórica”), **provas persuasivas** (Idem, cap. 2, “Definição da retórica e sua estrutura lógica”), **deliberação** (Idem, cap. 4, “O gênero deliberativo”); o papel da **emoção do orador** (Livro II, cap. 1, “A emoção”);

- **Chaim Perelman e Lucie-Olbrechts-Tyteca: Tratado da argumentação – a nova retórica** (1988/1996), com foco nos conceitos de **convicção**, **persuasão**, **deliberação** e **racionalização** (Primeira parte, “Os âmbitos da argumentação”); **argumento de reciprocidade** (Terceira parte, cap. 1, “Os argumentos quase-lógicos”) **exemplo**, **ilustração** e **modelo** (Idem, cap. 3 “As ligações que fundamentam a estrutura do real”) o **vínculo causal** (parte 3, cap. 2, “Os argumentos baseados na estrutura do real”), o **exemplo**, a **ilustração**, a **analogia**, a **metáfora** (parte 3, capítulo 3, “As ligações que fundamentam a estrutura do real”).
- **Philippe Breton: A argumentação na comunicação** (1996/1999), abordando a **dinâmica argumentativa** (cap. 2, “A dinâmica argumentativa”), os conceitos de **enquadramento/reenquadramento** (cap. 3, “O enquadramento do real”) e de **vinculação** (cap. 4, “O vínculo com o acordo obtido”).

O estudo inicial das Teorias da Argumentação a partir do processo de “derivação”, buscava examinar os aspectos da persuasão nos processos de “Eliminação”, “Distorção” e “Generalização”; a atuação do terapeuta como suposto agente de persuasão; a atuação do Sujeito nos processos de convencimento e autopersuasão.

Metodologia e constituição do corpus

O primeiro desafio enfrentado para a realização desta pesquisa referiu-se à delimitação do corpus, pois o tema central abordado inicialmente (Programação Neurolingüística), pouco divulgado nos meios acadêmicos, envolvia uma série de conceitos inter-relacionados, nem sempre apreensíveis fora do contexto da PNL. Um vasto campo de pesquisa se descortinava na tentativa de examinar tais princípios sob a ótica das Ciências da Linguagem – fundamentos como “*rapport*”²⁴ (a criação de empatia mediante a linguagem e outros traços semióticos, como gestos, entonações, posturas corporais), “ancoragem”

²⁴ Cf. Glossário.

(processo que relaciona linguagem, signos e reações fisiológicas) e “congruência” (coerência entre as linguagens verbal e não-verbal) – emergiam como pontos de investigação.

A idéia era refletir sobre a pedra fundamental da PNL, o ponto de partida. Qual a origem de tudo? A revisão de literatura relativa ao tema permitiu-nos definir o objeto sobre o qual nossa atenção se voltaria. Tendo, por fim, compreendido os conceitos básicos da PNL, retornamos nossa atenção à obra examinada inicialmente: A estrutura da magia I, um livro sobre linguagem e terapia, visando à definição do corpus.

Magia, linguagem, terapia: três temas gigantescos, que precisavam ser criteriosamente recortados para que alguma de suas partes indicasse a direção a seguir. A questão da magia pareceu, a princípio, sedutora. A partir dessa instigação, examinamos a abordagem antropológica, baseando-nos no estratagema apresentado por Claude Lévi-Strauss:

[...] a eficácia da magia implica na crença da magia, e esta se apresenta sob três aspectos complementares: a crença do feiticeiro na eficácia de suas técnicas; a crença do doente que ele cura, ou da vítima que ele persegue, no poder do próprio feiticeiro; finalmente, a confiança e as exigências da opinião coletiva, que formam a cada instante uma espécie de campo de gravitação no seio do qual se definem e se situam as relações entre o feiticeiro e aqueles que ele enfeitiça.²⁵

Contudo, apesar de apontarem similaridades entre os magos de todos os tempos e certos terapeutas da atualidade, verificamos logo de início, no “Prefácio” de A estrutura da magia I, que Bandler e Grinder não se propunham a manter, mas a desvendar a mística.²⁶ Afirmando que “a magia está oculta na linguagem que falamos”, os autores apresentaram o “metamodelo” – modelo de um modelo de linguagem:

Os “magos” terapeutas que descrevemos [...] chegaram à psicoterapia oriundos de abordagens variadas e usam técnicas de trabalho que parecem ser dramaticamente diferentes [das adotadas por outros terapeutas]. (...) O que vemos é que cada um desses magos tem um mapa ou modelo para as modificações dos modelos do mundo de seus pacientes – isto é, um

²⁵ LÉVI-STRAUSS, Claude. Antropologia estrutural, p. 194-195, 1975.

²⁶ Cf. tópico 1.4 “Desvendando a ‘Estrutura da Magia’”.

metamodelo – que lhes permite expandir e enriquecer efetivamente os modelos de seus pacientes de algum modo que torne a vida destes mais rica e mais digna de viver [comentário nosso].²⁷

Conforme prevíamos, o domínio básico e requerido para abordar A estrutura da magia I seria a exploração do tema da linguagem verbal para verificar, no quadro da PNL, as relações estabelecidas entre o sistema lingüístico e as técnicas terapêuticas. No entanto, nosso interesse afastava, *a priori*, qualquer tipo de enfoque terapêutico, uma vez que não somos habilitados no assunto, o que demandaria uma pesquisa em profundidade na direção dessa vertente de conhecimento tão extensa quanto diversificada.

Para nosso alívio, constatamos que o marco zero da teoria levada a termo por Bandler e Grinder encontrava na linguagem seu foco central:

Felizmente, um **modelo explícito da estrutura da linguagem** foi desenvolvido independentemente do contexto de psicologia e terapia pelos gramáticos transformacionais. Adaptado para uso em terapia, ele nos oferece um metamodelo explícito para o enriquecimento e expansão de nossas habilidades terapêuticas, oferecendo também um valioso instrumental para aumentar nossa eficiência e, assim, a qualidade mágica de nosso próprio trabalho terapêutico²⁸ [destaque nosso].

Concentramos então nossa atenção nesse “modelo explícito” de estrutura da linguagem baseado na gramática transformacional, a partir do qual delineamos o primeiro projeto de pesquisa.

O esboço que submetemos à apreciação da banca examinadora no processo de Qualificação incluía a possibilidade de explorar as categorias e subcategorias do “metamodelo” sob o enfoque da Análise do Discurso. A “modelagem” também nos parecia um campo profícuo nessa direção, especialmente no quadro das modalidades e do binômio competência/performance. Todavia, ao enveredarmos por essa complexa vertente da Lingüística, percebemos a dimensão exata de nossa ambição; assim sendo, optamos por abandoná-la.

Delimitamos, por fim, como foco da pesquisa, a **descrição e análise** do constructo de “**metamodelo**” da PNL. Retomamos a leitura crítica de A

²⁷ Richard BANDLER e John GRINDER. A estrutura da magia I, p. 40, 1977

²⁸ *Ibid.*, p. 41.

estrutura da magia I: um livro sobre linguagem e terapia, adotando os seguintes procedimentos:

- observação dos conceitos de “metamodelo” e “modelagem” segundo a definição de Bandler e Grinder;
- registro dos dados que subsidiassem a definição, o histórico e os quadros teórico e operacional da “Programação Neurolingüística”, imprescindíveis para a estruturação dos capítulos iniciais;
- resumo das relações estabelecidas especificamente pelos autores entre o conceito de “metamodelo” e a Gramática Gerativo-transformacional, a partir do qual destacaram-se as palavras-chave: “derivação”, “transformação”, “estrutura de árvore”, “Estrutura Superficial”, “Estrutura Profunda”, “boa-estruturação semântica”, “estrutura constituinte” e “relações semânticas lógicas”.

Concluída essa etapa, cotejamos os fundamentos chomskyanos com os conceitos retomados pela PNL por meio de:

- verificação do emprego dos conceitos de “derivação”, “transformação” “Estrutura Profunda”, “Estrutura Superficial”, “boa-estruturação semântica” nos processos de “Eliminação”, “Distorção” e “Generalização”, afeitos à “modelagem”;
- resumo dos resultados obtidos dessa comparação para utilização nos futuros capítulos deste trabalho.

Munidos desse material, definimos a grade de capítulos e passamos à redação final.

Terminologia adotada

Apresentamos um glossário com os termos que constituem o léxico específico da PNL; além disso, julgamos conveniente definir aqui palavras ou expressões pelas quais designamos determinadas noções empregadas neste estudo:

- “Aplicação”: falamos comumente em “aplicação do metamodelo” por meio da “modelagem”; tal colocação não se refere, propriamente, ao uso instrumental da linguagem, mas a um fazer pragmático, próprio da concepção estruturalista em que se insere a PNL;
- Convencimento/Convicção: as palavras aparecem como sinônimos nos Dicionários Aurélio e Houaiss; neste estudo, no entanto, estabelecemos que o emprego do termo **convencimento** fica restrito ao ato de **convencer-se** (evitamos, assim, o neologismo autoconvencimento); ou seja, para efeito de nossa análise, o **convencimento é a convicção que se forma no interior do Sujeito**, ao deliberar consigo mesmo); quando o Sujeito é convencido por outrem, usamos o termo **convicção**;
- “Empobrecido/Enriquecido” – valemo-nos desses termos conforme usados por Bandler e Grinder referindo-se aos limites do “modelo de mundo” do Sujeito; apesar de considerarmos que a linguagem, em sua virtualidade, é sempre potencialmente “rica”, empregamos esses adjetivos como na visão original dos autores;
- Modelo de mundo – simulacro ou “recorte” de realidade conforme concebido pelo Sujeito;
- Paciente-enunciador – o termo, por nós designado, refere-se ao Sujeito conforme descrito adiante; ao adotá-lo, buscamos criar uma relação direta entre o “paciente” – a que se referem Bandler e Grinder em *A estrutura da magia I* – e o sujeito-enunciador, personagem central de nosso estudo;

- Persuasão: como no caso acima citado do “convencimento”, a palavra, no uso vulgar, significa “levar ou convencer (alguém ou a si mesmo) a acreditar ou aceitar” [Houaiss]; porém, a teoria da Argumentação, conforme Perelman, distingue a convicção (adesão a uma idéia) da persuasão (estatuto que conduz a uma ação, em geral depois de superada a fase da convicção)²⁹; assim, fazemos uso dessa distinção, e empregamos o neologismo “autopersuasão” referindo-nos ao ato de o **próprio Sujeito persuadir-se**.
- Sujeito – sempre que grafado com a inicial maiúscula, refere-se ao **actante**, ao **sujeito-enunciador** ou **sujeito discursivo** que, “mesmo sendo capaz de ocupar, no interior dos enunciados-frases, posições actanciais diversas, [...] consegue manter [...] sua identidade ao longo do discurso”; o termo remete a “um ‘ser’, a um ‘princípio ativo’ suscetível não apenas de possuir qualidades, mas igualmente de efetuar atos. É o sentido que é conferido a sujeito em psicologia ou em sociologia, ao qual se podem associar as noções de **sujeito falante** em lingüística e de **sujeito cognoscente** (ou epistêmico) em epistemologia.”³⁰

Estrutura da exposição

Esta pesquisa foi assim estruturada:

- PARTE I: compreende a apresentação das origens da PNL, suas propostas e pressupostos teóricos da PNL, além da reflexão acerca do uso da palavra “magia” na obra que constitui nosso corpus (capítulo 1); definição do “metamodelo” e da “modelagem”, conceitos fundamentais da PNL (capítulo 2);
- PARTE II: contém a análise comparativa do “metamodelo” em relação aos conceitos básicos da Gramática Gerativo-transformacional conforme elaborados por Chomsky (capítulos 3 e 4);

²⁹ Cf. tópico 5.2 “Persuasão e deliberação”.

³⁰ A.J. GREIMAS E J. COURTÉS. Dicionário de semiótica, p. 445-446.

- PARTE III: encerra a análise da estrutura argumentativa implícita no “metamodelo” a partir dos postulados clássicos da Argumentação, a fim de verificar seu teor persuasivo (capítulo 5).

Durante a ordenação dos capítulos, certas partes foram destacadas e adaptadas na forma de:

- **Glossário**, contendo os conceitos fundamentais da PNL;
- **Apêndices**, exemplificando as categorias do metamodelo (A) e apresentando a relação da modelagem com outras formas de terapia (B).
- **Anexo**, reproduzindo *ipsis litteris* as categorias do metamodelo tal como organizadas por Bandler e Grinder.

Parte I
PROGRAMAÇÃO NEUROLINGÜÍSTICA E METAMODELO

1. ORIGENS DA PROGRAMAÇÃO NEUROLINGÜÍSTICA (PNL)

A Programação Neurolingüística (PNL) surgiu nos Estados Unidos, no início da década de 70, como um misto de ciência da comunicação e psicoterapia. Seus criadores, o analista de sistemas Richard Bandler e o lingüista John Grinder, tomaram por base a gramática transformacional de Noam Chomsky, o pensamento sistêmico de Gregory Bateson, o modelo de terapia familiar de Virginia Satir, a hipnoterapia de Milton H. Erickson e a gestalt-terapia de Fritz Perls.³¹

Bandler, matemático que também estudou psicologia na pós-graduação, especializou-se em computação na Universidade da Califórnia, Santa Cruz. No campus de San Diego da mesma Universidade, Grinder graduou-se em lingüística, especializando-se em sintaxe e na teoria da gramática transformacional de Noam Chomsky.

Com facilidade, o lingüista era capaz de aprender idiomas, imitar sotaques e assimilar comportamentos de pessoas de variadas culturas. Ademais, trabalhou como membro dos serviços de inteligência na Europa nos anos 60, integrando a Força Especial do Exército Americano.³²

Enquanto Bandler buscava elementos para alicerçar suas idéias fundamentadas na comparação do cérebro humano com um computador (*hardware*), Grinder pesquisava a linguagem verbal e corporal, buscando revelar “a gramática oculta do pensamento e ação”, vislumbrando a mente humana como um conjunto de programas (*softwares*) ali inseridos através de *inputs* sensoriais.

Ao descobrirem a semelhança de seus interesses, “decidiram combinar os respectivos conhecimentos de computação e lingüística, junto com a habilidade para copiar comportamentos não-verbais, com o intuito de desenvolver uma ‘linguagem de mudança’.”³³

³¹ Cf. SPRITZER, Nelson. Pensamento e mudança, p. 31-2, 1993.

³² Cf. ANDREAS, Steve e FAULKNER, Charles. PNL – Programação neurolingüística: a nova tecnologia do sucesso, p. 33, 1995.

³³ Id., *ibid.*

1.1. Sobre o termo “Neurolingüística”

Os objetivos comuns entre os autores culminaram com o nascimento do projeto batizado posteriormente de “Programação Neurolingüística”, que buscava programar (ou reprogramar) o cérebro humano, utilizando códigos verbais e não-verbais. Nesse sentido, Andreas e Faulkner postulam que:

Neuro refere-se ao nosso sistema nervoso, aos caminhos mentais dos nossos cinco sentidos de visão, audição, tato, paladar e olfato. Lingüística refere-se à nossa capacidade de usar uma linguagem e à forma como determinadas palavras e frases refletem nossos mundos mentais. Lingüística refere-se também à nossa “linguagem silenciosa” de atitudes, gestos e hábitos que revelam nossos estilos de pensamento, crenças e outras coisas mais. Programação veio da informática, para sugerir que nossos pensamentos, sentimentos e ações são simplesmente programas habituais que podem ser mudados pelo *upgrade* do nosso “*software* mental”.³⁴

Segundo Dubois *et al*, o verbete “neurolingüística” é assim definido:

A neurolingüística é a ciência que trata das relações entre as perturbações da linguagem (afasias) e os prejuízos das estruturas cerebrais que elas implicam. A hipótese fundamental da neurolingüística é que existe uma relação entre as formas de desorganização verbal, que podem ser descritas conforme os diversos modelos lingüísticos (distribucional ou estrutural, transformacional e gerativo), e os tipos patológicos estabelecidos pelo neurologista na base da localização da lesão responsável.³⁵

As duas primeiras obras assinadas por Bandler e Grinder entre 1975-1976³⁶ não fazem menção direta ao termo. No *site* americano endossado por Bandler, *The Society of Neuro-Linguistic Programming*TM (fundada em 1978)³⁷, a PNL é definida em conformidade com as observações de Andreas e Faulkner:

³⁴ ANDREAS, Steve e FAULKNER, Charles. PNL - Programação neurolingüística: a nova tecnologia do sucesso, p. 13-14, 1995.

³⁵ DUBOIS *et al.*, Dicionário de lingüística, p. 431, 1993.

³⁶ Referimo-nos aos volumes I e II de “A estrutura da magia”, respectivamente. A estrutura da magia I: um livro sobre linguagem e terapia, e *The structure of magic II: a book about communication and change*, sem tradução para a língua portuguesa.

³⁷ <http://www.purenlp.com/nlpis1.htm>. Em adendo ao livro Engenharia da Persuasão, de Richard Bandler e John La Valle (1999), a Sociedade de Programação NeurolingüísticaTM é apresentada como “uma organização mundial criada com o propósito de exercer controle de qualidade sobre os programas de treinamento e serviços que clamam representar a Programação NeurolingüísticaTM (PNL)”. Um outro trecho esclarece que somente os certificados de cursos e os licenciamentos por eles oferecidos apresentam o Selo da Sociedade e a assinatura de Bandler, feita de próprio punho. Sendo esse o *site* oficial de Bandler e de sua “Sociedade de PNL”, consideramos que os conceitos ali expressos são por ele endossados.

Programação – a habilidade de organizar nossa comunicação e sistemas neurológicos para alcançar metas e resultados específicos e desejados;

Neuro – sistema nervoso através do qual a experiência é recebida e processada por meio dos cinco sentidos;

Lingüística – sistema de linguagem e de comunicação não-verbal através dos quais as representações neurais são codificadas, ordenadas e adquirem sentido.³⁸

No livro Usando sua mente: as coisas que você não sabe que não sabe³⁹ Bandler apresenta a seguinte definição para o termo:

A Programação Neurolingüística foi assim por mim designada por não querer me tornar um especialista em um assunto específico. Na faculdade sempre fui dos que não conseguiam formar uma opinião e decidi continuar assim. A PNL simboliza, entre outras coisas, uma maneira de se examinar o aprendizado humano. Mesmo que muitos psicólogos e assistentes sociais usem a PNL para fazer o que chamam “terapia”, acho mais apropriado descrevê-la como sendo um processo educacional. Estamos, essencialmente, desenvolvendo formas de ensinar às pessoas a usarem o seu cérebro.

A maioria das pessoas não usa o seu cérebro de maneira ativa e refletida. O cérebro é uma máquina que não pode ser desligada. Se você não lhe der algo para fazer, ele continuará a funcionar até cansar. Se alguém for colocado em um desses recipientes de privação sensorial o seu cérebro começará a gerar experiências internas. Se o seu cérebro não tiver o que fazer, ele vai começar a fazer alguma coisa, sem se importar com o que seja. Você talvez se importe, mas ele não.⁴⁰

Mais adiante, sustentando a analogia entre cérebro e máquina, o autor enfatiza que “o cérebro, como o computador, não é flexível. Ele faz exatamente o que se manda, não o que se quer. Depois, a gente fica louco de raiva porque ele não faz o que a gente gostaria que ele tivesse feito!”⁴¹

O termo “neurolingüística”, conforme referido na PNL, não tem conexão com a definição clássica dessa ciência, que se ocupa com os sintomas de certos tipos de patologia neurofisiológica. Assim, de acordo com a proposta de Bandler, uma eventual “desorganização verbal” se apresentaria não como uma anomalia propriamente, mas como uma disfunção fundamentada no uso inadequado – desestruturado – da linguagem na construção do sentido. Um abismo metafórico se interporia entre o **dizer** e o **dito**, resultando em reações sensoriais adversas,

³⁸ Tradução nossa.

³⁹ BANDLER, Richard. Usando sua mente, p. 19, 1987.

⁴⁰ Id., *ibid.*

⁴¹ *Ibid.*, p. 25.

que refletem o uso impróprio da linguagem para representar o que, de fato, se deseja expressar.

No livro *Neuro-Linguistic Programming vol. I: the study of the structure of subjective experience*, em que Bandler e Grinder figuram como co-autores, ao lado de Dilts e De Lozier, a PNL também é apresentada em consonância com as definições anteriores:

“Neuro” (derivado do grego neuron como em nervo) significa o princípio fundamental de que todo comportamento é o resultado de um processo neurológico. “Linguística” (derivado do latim lingua como em linguagem) indica que os processos neurais são representados, ordenados e colocados seqüencialmente em modelos e estratégias através da linguagem e dos modelos de comunicação. “Programação” refere-se ao processo de organizar os componentes de um sistema (representações sensoriais, neste caso) para adquirir resultados específicos.⁴²

Na introdução da mesma obra, Dilts destaca:

Programação Neurolinguística é a disciplina cujo domínio é a estrutura da experiência subjetiva. A PNL não tem compromisso para com a teoria, mas tem antes o status de um modelo – uma coletânea de procedimentos cujo valor pode ser medido através da utilização e não da veracidade. A PNL apresenta ferramentas específicas que podem ser aplicadas efetivamente em cada interação humana. Oferece técnicas específicas por meio das quais um praticante pode organizar e reorganizar de maneira útil sua experiência subjetiva ou as experiências de um cliente a fim de definir e depois obter qualquer resultado comportamental.⁴³

Outras definições de PNL bastante divulgadas seguem a mesma linha da subjetividade e apresentam-na como “a arte e a ciência da excelência, ou seja, das qualidades pessoais”⁴⁴ e “o estudo da estrutura da experiência subjetiva”⁴⁵. Ou ainda, segundo Dilts, é apresentada como “um modelo comportamental e um conjunto de habilidades e técnicas [...] derivadas da observação dos padrões de

⁴² DILTS, Robert *et al.* *Neuro-linguistic programming vol. I: the study of the structure of subjective experience*, p. 2, 1980. Apesar da declarada co-autoria de Bandler e Grinder, Dilts, na qualidade de organizador, encabeça a lista dos autores da obra, motivo pelo qual dá entrada a essa referência bibliográfica.

⁴³ *Ibid.*, p. vii.

⁴⁴ O’CONNOR, Joseph e SEYMOUR, John. *Introdução à programação neurolinguística: como entender e influenciar as pessoas*, p. 19, 1995.

⁴⁵ DILTS, Robert. *A estratégia da genialidade*, vol. I, p. 271, 1998.

excelência de especialistas em vários campos de comunicação profissional, incluindo psicoterapia, negócios, saúde e educação.”⁴⁶

1.2 Objetivos da PNL

Considerado o primeiro tratado sobre o tema, o livro que marca a estréia da dupla recebeu o polêmico título de A estrutura da magia I – um livro sobre linguagem e terapia. Nele, Bandler e Grinder afirmam:

O mais sofisticado estudo do comportamento humano governado por regras é o estudo dos sistemas das línguas humanas. Especificamente, um grupo de lingüistas conhecidos como gramáticos transformacionais desenvolveu um conjunto de regras que descrevem as formas que usamos para representar e comunicar nossa experiência com a linguagem. [...] O objetivo deste livro é fazer da compreensão da gramática transformacional um instrumento utilizável e à disposição daqueles que trabalham com o complexo comportamento humano.⁴⁷

De acordo com a proposta dos autores, mediante a utilização das técnicas enumeradas pela PNL como instrumentos facilitadores da comunicação, o indivíduo tornar-se-ia capaz de elaborar e/ou escolher os conteúdos (*softwares*) a serem “instalados” em sua mente e “deletar” modelos e conteúdos indesejáveis (aqueles que conduziram a resultados inadequados, comumente denominados “problemas” ou “fracassos”). Ademais, isso facilitaria, como conseqüência, sua comunicação com o mundo exterior.

Tais procedimentos teriam como objetivo final a mudança de comportamentos prejudiciais ao indivíduo por outros que considerasse mais apropriados. Sobre isso, Andreas e Faulkner afirmam:

Recentemente, o computador chamou a atenção de cientistas e psicólogos como um modelo do nosso cérebro. Se o nosso cérebro é uma espécie de computador, então nossos pensamentos e ações são os nossos *softwares*. Se pudermos mudar nossos programas mentais, assim como mudamos um software ou fazemos o seu *upgrade*, conseguiríamos imediatamente mudanças positivas no nosso desempenho. Conseguiríamos melhorias imediatas na nossa maneira de pensar, sentir, agir e viver.

⁴⁶ DILTS, Robert. A estratégia da genialidade, vol. I, p. 271, 1998.

⁴⁷ BANDLER, Richard e GRINDER, John. A estrutura da magia, p. 22, 1977.

A comparação com computadores também explica por que mudar, às vezes, é tão difícil. Não importa o quanto a gente queira, deseje ou espere, isso não vai fazer o *upgrade* do nosso cérebro. Nem ficar zangado ou digitar as mesmas instruções várias vezes seguidas vai adiantar alguma coisa. O que precisamos fazer é acrescentar novas instruções aos nossos programas atuais onde elas são necessárias.⁴⁸

Andreas⁴⁹ foi o organizador das principais obras assinadas conjuntamente por Bandler e Grinder. Responsável pela transcrição de fitas com gravações dos primeiros seminários realizados por ambos, possibilitou, em 1979, a edição americana de Sapos em príncipes, que se tornou um clássico da nova teoria.

No prefácio dessa obra, Andreas afirma que a PNL “é um modelo poderoso de experiências humanas e de comunicações entre pessoas. Usando princípios da PNL é possível descrever **qualquer** atividade humana de maneira detalhada que permite a realização de muitas mudanças profundas e duradouras, rápida e facilmente.”⁵⁰ E enumera uma série de “coisas que você pode aprender a alcançar” por meio da Programação Neurolingüística:

- curar fobias e outros sentimentos desagradáveis;
- auxiliar adultos e crianças com problemas de aprendizagem (silabação, leitura, etc.);
- eliminar hábitos indesejáveis, como fumar, beber e comer em excesso, insônia;
- auxiliar no ajuste de casais e famílias, dentre outras coisas.

Conclui dizendo que “estas afirmações são fortes e os praticantes experientes da PNL podem validá-las com resultados visíveis e sólidos.”⁵¹

⁴⁸ ANDREAS, Steve e FAULKNER, Charles. PNL - Programação Neurolingüística: a nova tecnologia do sucesso, p. 8-9, 1995.

⁴⁹ Steve Andreas é o pseudônimo adotado por John O. Stevens, que, na época, assinou o prefácio de Sapos em príncipes com seu nome original.

⁵⁰ ANDREAS, Steve. In “Prefácio” BANDLER, Richard e GRINDER, John. Sapos em príncipes, p. 11-12, 1982.

⁵¹ Id., *ibid.*

1.3 Pressupostos teóricos da PNL

Dilts, co-autor juntamente com Bandler, Grinder e De Lozier do livro Neuro-Linguistic Programming: the study of the structure of subjective experience, apresenta didaticamente as pressuposições da PNL, fundamentadas, segundo ele, em duas premissas, transcritas aqui *ipsis verbis*:

a) O Mapa não é o Território:

- as pessoas reagem às suas próprias percepções da realidade;
- cada pessoa possui o seu próprio mapa individual do mundo. Nenhum mapa individual do mundo é mais “verdadeiro” ou “real” do que outro qualquer;
- o significado da comunicação com outra pessoa é a reação que ela provoca naquela pessoa, não obstante a intenção do comunicador;
- os mapas mais “sábios” e mais “solidários” são aqueles que tornam disponíveis um número mais amplo e mais rico de escolhas, ao contrário de tentarem ser mais “verdadeiros” ou “corretos”.
- as pessoas já possuem (ou possuem em potencial) todos os recursos de que precisam para agir de maneira efetiva;
- as pessoas fazem as melhores escolhas disponíveis a partir das possibilidades e capacidades que, segundo elas, estão disponíveis no seu modelo de mundo. Qualquer comportamento, por mais louco ou estranho que pareça, é a melhor escolha disponível à pessoa naquele momento – se ela tiver uma escolha mais adequada (dentro do contexto do seu modelo de mundo), terá mais possibilidades de aceitá-lo;
- as mudanças ocorrem a partir dos recursos adequados ou da ativação do recurso potencial, para um contexto específico, por meio do enriquecimento do mapa de mundo da pessoa.

b) A vida e a “Mente” são Processos Sistêmicos:

- os processos que ocorrem dentro da pessoa, ou entre pessoas e o seu ambiente, são sistêmicos. Os nossos organismos, as nossas sociedades e o nosso universo formam uma ecologia de sistemas e subsistemas que interagem entre si e influenciam-se mutuamente;
- não é possível isolar completamente uma parte do sistema do resto do sistema. As pessoas não podem deixar de influenciar umas às outras. As interações entre elas formam ciclos contínuos de *feedback* – de tal forma que a pessoa será afetada pelos resultados que as suas próprias ações têm nas outras pessoas;
- os sistemas são “auto-organizadores” e naturalmente procuram estados de equilíbrio e estabilidade. Não existem falhas, apenas *feedback*;
- nenhuma reação, experiência ou comportamento tem significado fora do contexto em que ele surgiu ou fora da reação que ele provoca em seguida. Qualquer comportamento, experiência ou reação pode servir como recurso ou limitação, dependendo da maneira como se adapta no resto do sistema;
- nem todas as interações do sistema encontram-se no mesmo nível. O que é positivo em um nível pode ser negativo em outro. É útil separar o comportamento da “identidade” – separar a intenção positiva, a função, a crença, etc., que gera o comportamento do comportamento em si;
- em algum nível, todo comportamento tem (ou teve) uma “intenção positiva”. Ele é ou foi percebido como adequado, a partir do contexto em que foi estabelecido, do ponto de vista da pessoa que está expressando o comportamento. É mais fácil e mais produtivo responder à intenção em vez de à expressão do comportamento problemático;
- os ambientes e contextos mudam. A mesma ação nem sempre produzirá o mesmo resultado. Para adaptar-se e sobreviver de maneira bem-sucedida, um membro do sistema precisa de certa quantidade de flexibilidade. Essa

deve ser proporcional à variação no resto do sistema. À medida que o sistema torna-se mais complexo, é necessária uma maior flexibilidade;

- se o que você está fazendo não está obtendo a reação que deseja, modifique seu comportamento até provocar a reação desejada.⁵²

Observamos que as metáforas e conceitos empregados nesses pressupostos tornam-se apreensíveis quando examinados com base nos fundamentos teóricos da PNL.

1.4 Desvendando a “Estrutura da Magia”

No prefácio de A estrutura da magia I, Bandler e Grinder afirmam:

Desde os mais remotos tempos o poder e o encanto dos praticantes de magia foram registrados em canções e narrativas. A presença de magos, bruxas, feiticeiros, xamãs e gurus sempre foi intrigante e inspiradora de medo às pessoas comuns. Estes seres poderosos, envoltos num manto de mistérios, apresentavam uma notável contradição aos modos comuns de se lidar com o mundo. Os feitiços e encantamentos que eles urdiam eram temidos acima de qualquer crença e, ao mesmo tempo, procurados constantemente pelo auxílio que podiam prestar. Onde quer que estes seres poderosos executassem publicamente seus prodígios, podiam, a um só tempo, destruir os conceitos de realidade daquele momento e lugar e apresentar a si mesmos como possuidores de algo acima de qualquer conhecimento.⁵³

Comparando a magia do passado com a realidade presente, os autores destacam que alguns terapeutas notáveis da atualidade produzem os mesmos mágicos efeitos e exercem, sobre seus pacientes, fascínio similar ao dos magos de outrora. Dessa forma, postulam que:

Atualmente, o manto do mago é mais freqüentemente colocado sobre estes dinâmicos praticantes de psicoterapia que rapidamente ultrapassaram a habilidade de outros terapeutas, e cujo trabalho é tão deslumbrante de se observar que nos leva a estados de grande emoção, descrença e extrema confusão. Exatamente como sucedeu com todos os magos de todas as épocas da Terra cujo conhecimento foi guardado com muito apreço e passado adiante de sábio a sábio – perdendo e acrescentando partes, mas retendo

⁵² DILTS, Robert. A estratégia da genialidade, vol. I, p. 266-267, 1998.

⁵³ BANDLER, Richard e GRINDER, John. A estrutura da magia I, p. 17, 1977.

uma estrutura básica – assim também possui uma estrutura a magia destes magos terapeutas.⁵⁴

Ao empreender os estudos que resultaram na criação da PNL, os autores observaram a atuação de alguns terapeutas que consideraram “superastros carismáticos”. Tais pessoas, aparentemente, desempenham a tarefa da psicologia clínica com a facilidade e o prodígio de um “mago terapeuta”, dentre os quais destacam Fritz Perls⁵⁵ e Virgínia Satir:

Perls não era, e mais certamente não é, o único terapeuta a se apresentar com tal força mágica. Virgínia Satir e outros que conhecemos parecem ter esta mesma qualidade mágica. Negar esta capacidade ou simplesmente rotulá-la como talento, intuição ou genialidade é limitar o próprio potencial de alguém ao de “ajudador” de pessoas [no original, *people-helper*]. Assim fazendo, perde-se a oportunidade de aprender a oferecer às pessoas que chegam até nós uma experiência que possivelmente usarão para mudar suas vidas a fim de gozar a plenitude do viver. Nosso desejo neste livro não é questionar a qualidade mágica de nossa experiência desses [sic] magos terapeutas, mas, ao contrário, mostrar que essa magia que eles executam – à semelhança de outras atividades humanas complexas como pintura, composição musical ou colocar um homem na lua – **tem estrutura e é, portanto, possível de aprender**, uma vez fornecidos os recursos apropriados⁵⁶ [destaque nosso].

Perls e Satir possuem abordagens terapêuticas distintas – enquanto aquele enfoca a gestalt-terapia, o trabalho desta é voltado especialmente à terapia familiar. No entanto, ao observá-los, Bandler e Grinder puderam apontar algo comum a ambos. E relatam que:

Os “magos” terapeutas que descrevemos anteriormente chegam à psicoterapia oriundos de abordagens variadas e usam técnicas de trabalho que parecem ser dramaticamente diferentes. Descrevem as maravilhas que executam com terminologias tão distintas que suas percepções do que fazem parecem não ter nada em comum. Muitas vezes observamos essa gente trabalhando com alguém, e ouvimos comentários de espectadores que insinuavam que esses magos da terapia davam saltos intuitivos tão fantásticos que tornavam seu trabalho incompreensível. Todavia, enquanto as técnicas desses magos são diferentes, eles partilham de algo em comum: introduzem modificações nos modelos dos pacientes, as quais permitem a estes um maior número de opções em seu comportamento. O que vemos é que cada um desses magos tem um mapa ou modelo para as modificações dos modelos do mundo de seus pacientes – isto é, um metamodelo – que lhes permite

⁵⁴ BANDLER, Richard e GRINDER, John. A estrutura da magia I, p. 17, 1977.

⁵⁵ Cf. BANDLER, Richard e GRINDER, John. A estrutura da magia I, p. 25-26, 1977. Fritz Perls é também conhecido como Frederick S. Perls.

⁵⁶ Id., *ibid.*, p. 26.

expandir e enriquecer efetivamente os modelos de seus pacientes de algum modo que torne a vida destes mais rica e mais digna de viver.⁵⁷

A partir dessa observação, os autores propõem-se a apresentar aos leitores um metamodelo explícito, compreensível e disponível a “todos aqueles que desejem expandir e enriquecer as habilidades que têm como ‘ajudantes de pessoas’ [*people-helpers*]”⁵⁸.

Para realizar a tarefa, focaram seus estudos na linguagem empregada em terapia, uma vez que a linguagem representa “um dos principais meios pelos quais os terapeutas podem chegar a conhecer e entender seus pacientes”, e “um dos meios elementares que todos os humanos utilizam para modelar suas experiências”⁵⁹.

O metamodelo, como será verificado detalhadamente a partir do capítulo 2 deste estudo, constitui, segundo Bandler e Grinder, “um valioso instrumental para aumentar a eficiência e a qualidade mágica” de qualquer terapeuta. Contudo, destacam:

[...] não queremos fazer a reivindicação de que descobrimos a abordagem “certa” ou mais poderosa da psicoterapia. Desejamos somente apresentar-lhe um instrumental específico que nos parece estar implícito nas ações desses terapeutas, de modo que se possa começar ou continuar o interminável processo de melhorar, enriquecer e ampliar as habilidades que oferece como aquele [*sic*] que auxilia as pessoas [destaque nosso].⁶⁰

Passemos então à verificação dos conceitos de “metamodelo” e “modelagem”.

⁵⁷ BANDLER, Richard e GRINDER, John. *A estrutura da magia I*, p. 40, 1977.

⁵⁸ Cf. BANDLER e GRINDER, 1977, p. 40; destaque nosso.

⁵⁹ BANDLER, Richard e GRINDER, John. *A estrutura da magia I*, p. 40-41, 1977.

⁶⁰ Id. *ibid.*, destaque nosso. Consideramos oportuno, para melhor compreensão, reproduzir o trecho original correspondente ao parágrafo destacado, apresentando uma livre tradução: “*We desire only to present you with a specific set of tools that seem to us to be implicit in the actions of these therapists, so that you may begin or continue the never-ending process to improve, enrich, and enlarge the skills you offer as a people-helper*” (*ibid.*, *The structure of magic I*, p. 6) [Desejamos apresentar a você um conjunto de ferramentas específicas que nos parece estar implícito nas ações desses terapeutas de maneira que você possa começar ou continuar o interminável processo de melhorar, enriquecer e ampliar as habilidades que você oferece como alguém que ajuda pessoas – destaque nosso].

2. Metamodelo e modelagem: aplicativos da PNL

Neste capítulo, serão apresentados o “metamodelo” e a “modelagem” – conceitos básicos da PNL – e sua correlação com a linguagem.

2.1 Conceito de metamodelo

Como ponto de partida para a definição do modelo, exploramos o livro A estrutura da magia I, publicado nos EUA em 1975 e traduzido para o português em 1977. Nessa obra, Bandler e Grinder, baseados no modelo da gramática transformacional de Noam Chomsky, apresentam o “metamodelo” da PNL – modelo lingüístico “exterior”, por meio do qual o indivíduo busca traduzir suas representações interiores, que constituem, segundo os autores, aquilo que chamaram de “modelo de mundo”:

Todas as realizações da raça humana, positivas ou negativas, envolveram o uso da linguagem. Nós como seres humanos usamos a linguagem de dois modos. Usamo-la, antes de tudo, para representar nossa experiência – chamamos essa atividade de raciocínio, pensamento, fantasia e narrativa. Quando estamos usando a linguagem como um sistema representativo, estamos criando um modelo da nossa experiência. Este modelo de mundo que criamos pelo nosso uso representativo da linguagem está baseado sobre nossas percepções do mundo.

[...] Em segundo lugar, usamos a linguagem para comunicar a outros nosso modelo ou representação do mundo. [...] Quando estamos usando a linguagem para comunicação, estamos apresentando nosso modelo a outros.⁶¹

Os autores definem melhor a idéia do metamodelo ao postularem que “em outras palavras, utilizamos a linguagem para representar nossa experiência – este é um processo particular. Utilizamos, então, a linguagem para **representar nossa representação** de nossa experiência – um processo social”⁶².

Essa “representação representada” resulta em um “modelo de um modelo”, estruturado e reconhecido como tal – daí a denominação **metamodelo**.

⁶¹ BANDLER, Richard e GRINDER, John. A estrutura da magia I, p. 42-43, 1977.

⁶² Id., *ibid.*, p. 43, destaque nosso.

2.1.1 Metamodelo e modelo de mundo: a realidade “filtrada”

No que se refere à maneira singular como cada indivíduo representa suas experiências por meio da linguagem, Bandler e Grinder (1977) destacam que tais representações são submetidas a outros três tipos de **filtros**, denominados **restrições neurológicas**, **restrições sociais** e **restrições individuais**.

Por ordem das **restrições neurológicas**, os seres humanos são incapazes, por exemplo, de perceber certos tipos de ondas eletromagnéticas (como as ondas sonoras abaixo de 20 ciclos/s ou acima de 20.000 ciclos/s). Nesse sentido, os autores explicam que “nosso sistema nervoso, (...), determinado geneticamente, constitui o primeiro grupo de filtros que distinguem o mundo – o território – de nossas representações do mesmo – o mapa”.⁶³

Quanto ao segundo tipo de filtros, os autores afirmam:

Uma segunda maneira pela qual nossa experiência do mundo difere do próprio mundo é através do conjunto de **restrições ou filtros sociais** (os óculos impostos) – referimo-nos a estes como fatores genéticos sociais⁶⁴. Por genética social, referimo-nos a todas as categorias ou filtros aos quais estejamos sujeitos como membros de um sistema social: nossa língua, nossos meios aceitos de percepção, e todas as ficções aprovadas socialmente. Talvez o filtro genético social mais comumente reconhecido seja nosso sistema lingüístico.⁶⁵

Já em relação às **restrições individuais**, os autores assim as definem:

Por restrições individuais referimo-nos a todas as representações que criamos como seres humanos, baseadas sobre nossa história pessoal única. [...] Assim como cada pessoa tem um conjunto de impressões digitais distintas, assim,

⁶³ Cf. BANDLER, Richard e GRINDER, John. *A estrutura da magia I*, p. 29, 1977.

⁶⁴ Julgamos conveniente reproduzir a nota de rodapé em que os autores esclarecem: “Adotamos esta terminologia incomum – genética social – para lembrar ao leitor que as restrições sociais no comportamento dos membros da sociedade têm um efeito tão profundo na formação de suas percepções quanto o têm as restrições neurológicas. Também, que as restrições neurológicas, de início determinadas geneticamente, estão sujeitas à contestação e à mudança, exatamente como estão as restrições determinadas, de início, socialmente. Por exemplo, o dramático sucesso que os pesquisadores tiveram em obter controle voluntário sobre partes do assim chamado sistema nervoso involuntário nos humanos (p.ex. onda alfa) como também em outras espécies, mostra que as restrições neurológicas são contestáveis.” (Ibid., p. 31).

⁶⁵ Id., *ibid.*, p. 31.

também, cada pessoa tem experiências incomuns de crescimento e vida e jamais a história de duas vidas será idêntica.⁶⁶

Em *The structure of magic II*⁶⁷, os autores apresentam os **sistemas representacionais**, conceito que será amplamente explorado pela PNL ao longo de toda a sua trajetória, principalmente no tocante à modelagem, conforme será visto adiante. Os sistemas representacionais constituem os **canais de input**, que provêem ao homem a inesgotável fonte de informações que o mundo oferece e que é usada para organizar a experiência humana. Desse modo, afirmam:

Cada um de nós, como ser humano, dispõe de um número de diferentes modos de representar nossa experiência do mundo. [...] Temos cinco sentidos reconhecidos de fazer contato com o mundo – nós vemos, ouvimos, sentimos, degustamos, cheiramos. Como complemento desses sistemas sensoriais, temos o sistema da linguagem, que usamos para representar nossa experiência. [...] Há três canais de input mais importantes através dos quais, como seres humanos, recebemos informações sobre o mundo à nossa volta – visão, audição e cinestesia (sensações corporais).⁶⁸

Os sistemas representacionais, submetidos ao sistema da linguagem e em concordância com as restrições neurológicas, reforçam a tese das representações de caráter exclusivamente pessoal de modelo de mundo, variando de indivíduo para indivíduo, bem como justificam a limitação das escolhas disponíveis – somente as opções percebidas pelos cinco sentidos figurariam como “disponíveis”.

Tais restrições fundamentam o pressuposto básico da PNL – “o mapa não é o território” – já que a **linguagem não traduz a realidade**, mas constitui apenas **uma representação da realidade conforme é percebida pelo sujeito da enunciação**. Esse recorte da realidade, subjetivo e particular, vem à tona

⁶⁶ BANDLER, Richard e GRINDER, John. *A estrutura da magia I*, p. 33, 1977.

⁶⁷ Id., *The structure of magic II -- a book about communication and change*, p. 6-7. Obra contígua, publicada nos Estados Unidos em 1976, sem tradução para o português. Tradução nossa dos trechos selecionados.

⁶⁸ Id., *ibid.*, p. 4-6. No original em inglês, *kinesthetic*. Segundo Bandler e Grinder (1976), o termo é relativo às “sensações corporais” (*body sensations*), motivo pelo qual se acredita que o termo mais apropriado, em português, seria *cenestésico*, referente à cenestesia (psic. “designação genérica para as impressões sensoriais internas do organismo que formam a base das sensações, p. ex., de estar com saúde, de estar relaxado etc., por oposição às impressões do mundo externo percebidas por meio dos órgãos dos sentidos”: Dic. Houaiss); as traduções consagraram, porém, o termo *cinestésico* (cinestesia: “sentido da percepção de movimento, peso, resistência e posição do corpo, provocado por estímulos do próprio organismo”: Dic. Houaiss).

generalizado, eliminado e distorcido – como será demonstrado a partir do capítulo 4 – e orienta as ações humanas frente ao “mundo real” – como um mapa orienta um viajante perdido em um vasto e desconhecido território.

2.2. Conceito de modelagem

A partir do metamodelo, Bandler e Grinder criaram o conceito de “**modelagem**” (*modeling*), uma espécie de técnica descritiva “passo a passo” sobre como fazer/realizar coisas, “algo meio parecido a escrever um livro de receitas culinárias”⁶⁹, a partir de modelos que tivessem seu *know-how* desvelado. Segundo afirmam:

Denominamo-nos modeladores. O que fazemos essencialmente é prestar muito pouca atenção ao que dizem as pessoas e uma enorme atenção ao que fazem. A seguir, construímos para nós um modelo do que as pessoas fazem. Não somos psicólogos, e tampouco somos teólogos ou teóricos. Não temos a menor idéia do que seja a natureza “real” das coisas e também não estamos especialmente interessados no que seja “verdadeiro”. A função da modelagem é atingir descrições que sejam úteis. Assim, se acontece de mencionarmos algo que você já conheça de algum estudo científico, ou de alguma estatística, como fato não preciso, perceba que está lhe sendo oferecido aqui um nível diferente de experiência. Não estamos a oferecer-lhe algo que seja verdadeiro, apenas coisas que são úteis.⁷⁰

Bandler enfatiza a idéia da necessária funcionalidade e do caráter utilitário de um modelo para que, sobre ele, um metamodelo seja elaborado, apoiando-se na analogia cérebro/máquina:

A modelagem coloca o computador para fazer o mesmo que um ser humano. Como conseguir que uma máquina ligue e desligue as luzes na hora certa e resolva um problema de matemática? Os seres humanos fazem isto. Alguns sempre bem, outros de vez em quando e outros ainda nunca conseguem fazê-lo bem. O modelador tenta obter a melhor representação da maneira como uma pessoa desempenha uma tarefa e torna-a disponível para a máquina. Não me importa se a representação reflete realmente o modo como a tarefa é desempenhada por alguém. Os modeladores não têm de ser os donos da verdade. O que é necessário é descobrir **algo que funcione** [destaque nosso].⁷¹

⁶⁹ BANDLER, Richard e GRINDER, John, *Atravessando*, p. 19, 1984.

⁷⁰ Id., *Sapos em príncipes*, p. 21, 1982.

⁷¹ BANDLER, Richard. *Usando sua mente*, p. 25, 1987.

Conforme Bandler, para a criação do metamodelo, **não é suficiente** que se tenha à mão uma receita de sucesso (sempre haverá outras, tão boas quanto aquela de que se dispõe), mas também é **necessário** saber quais os “ingredientes” que a compõem, bem como a ordem em que são acrescentados a fim de se obter o produto final:

Somos os autores do livro de receitas. Não precisamos saber por que se trata de um bolo de chocolate, queremos saber o que colocar no bolo para que saia do jeito que queremos. O fato de seguirmos uma única receita não quer dizer que não existam outras maneiras de se fazer o bolo. O que desejamos saber é como, a partir dos ingredientes, fazer o bolo de chocolate, de uma maneira detalhada. Também queremos ser capazes de saber, a partir do bolo de chocolate, que ingredientes foram usados, quando alguém não deseja nos fornecer a receita.⁷²

Além da elaboração de um metamodelo, Bandler sugere que a técnica de modelagem possibilitaria não apenas a reprodução/aplicação de um dado modelo, mas, no sentido inverso, sua decupagem – para posterior codificação – passo a passo, à medida que se desvela sua estrutura:

Esta é a tarefa de um especialista da informação: decompor a informação. A informação mais interessante que se pode obter é a subjetividade de outro ser humano. Se alguém sabe fazer algo que nos interessa aprender, queremos poder modelar este comportamento, e os nossos modelos vêm da experiência subjetiva: “O que esta pessoa faz dentro da cabeça dela que posso aprender?”. É impossível obter a longa experiência que ela possui, e o resultado magnífico que esta experiência produz, mas posso conseguir, de pronto, algum tipo de informação sobre a estrutura do que ela faz.⁷³

Uma vez revelada a estrutura do comportamento de sucesso, essa poderia ser codificada, registrada, divulgada e aplicada pelo modelador.

2.3. Metamodelo e linguagem

No tocante à linguagem, Bandler e Grinder mencionam que “a linguagem é adequada a preencher sua função como um **sistema representativo** [destaque

⁷² BANDLER, Richard. Usando sua mente, p. 25, 1987.

⁷³ BANDLER, Richard e GRINDER, John. Sapos em príncipes, p. 25, 1982

nosso]”; no entanto, ela própria precisa fornecer um conjunto rico e complexo de expressões para representar nossas experiências possíveis.”⁷⁴

Convém observar que, à primeira vista, a PNL parece utilizar a linguagem como **instrumento**, com o propósito de implantar, por meio da modelagem, significados padronizados, visando à criação de um sentido universal. Todavia, os autores não se referem propriamente ao “uso” **instrumental** da linguagem, mas baseiam o metamodelo na própria **estrutura** – ou sistema – da linguagem. Resumidamente, os autores explicam que:

A linguagem humana é uma forma do ato de representação do mundo. A Gramática Transformacional é um modelo explícito do processo de representar e comunicar essa representação do mundo. Os mecanismos dentro da Gramática Transformacional e o modo pelo qual representamos nossa experiência são universais a todos os seres humanos. O significado semântico que estes processos representam é existencial, infinitamente rico e variado. O modo pelo qual estes significados existenciais são representados e comunicados é governado por regras. A Gramática Transformacional não modela o **sentido** existencial, **mas o modo** pelo qual se forma este conjunto infinito – as próprias regras de representações [os destaques são nossos].⁷⁵

No intuito de promover mudanças, ao abraçar o modelo transformacional, conforme concebido por Chomsky, os autores declaram refutar o modelo behaviorista, destacando a diferença entre “comportamento governado por regras” e “comportamento determinado”:

Dizer que o comportamento humano é governado por regras não é dizer que podemos entendê-lo em termos de simples estímulo-resposta. [...] Dizer que o comportamento humano é descritível por algum conjunto de regras [referindo-se às descrições verbais que representam o infinito conjunto de significados que permitem expressar as experiências humanas – e que é limitado pelas regras da sintaxe, segundo o modelo da gramática transformacional, como veremos adiante] não é garantir que nosso comportamento seja determinado ou previsível.⁷⁶

Os conceitos da gramática transformacional relacionados à concepção do metamodelo, bem como sua adaptação segundo Bandler e Grinder, são apresentados no capítulo a seguir.

⁷⁴ BANDLER, Richard e GRINDER, John. A estrutura da magia I, p. 45-46, 1977

⁷⁵ Id., ibid., p. 62-63.

⁷⁶ Id., Sapos em príncipes, p. 21-22, 1982.

Parte II
ANÁLISE DO METAMODELO

3 - FUNDAMENTOS DA GRAMÁTICA GERATIVO-TRANSFORMACIONAL

Neste capítulo, serão abordados os fundamentos teóricos da Gramática Gerativo-transformacional segundo Noam Chomsky. Em seguida, serão examinados alguns de seus conceitos possivelmente relacionados à PNL, em especial a “derivação”, a “Estrutura Profunda ” e a “Estrutura Superficial”.

3.1 - Noam Chomsky e o modelo da Gramática Transformacional

O modelo da Gramática Transformacional (ou transformativa) é apresentado originalmente por Noam Chomsky, em seu livro Estruturas sintáticas, cuja primeira edição data de 1957. No prefácio da referida obra, o autor propõe a análise da estrutura lingüística a partir de:

- um “modelo teórico de linguagem, baseado na comunicação e extremamente simples”;
- um “modelo mais poderoso”, o sintagmático, baseado na análise de constituintes imediatos;
- um terceiro modelo por ele desenvolvido, “o modelo transformacional que, em vários e importantes aspectos, é mais poderoso que o modelo de constituintes imediatos”⁷⁷, por fornecer uma descrição de determinadas relações entre frases (como, por exemplo, a relação ativa-passiva) não desveladas pelos modelos anteriormente propostos.

O autor ensejava, com suas investigações, constituir “uma teoria da estrutura lingüística, em que os mecanismos descritivos utilizados em gramáticas particulares [fossem] apresentados e estudados de forma abstracta, sem referência específica para línguas particulares”. Uma das funções da teoria proposta seria “a de fornecer um método geral de selecção de uma gramática, para cada língua, dado um corpus de frases dessa língua.”⁷⁸

⁷⁷ CHOMSKY, Noam. Estruturas sintáticas, p. 10, s.d.

⁷⁸ Id., *ibid*, p. 13.

O pensamento chomskyano causou impacto entre os estudiosos da lingüística. Mais de uma década após o lançamento da obra acima citada, o professor John Lyons, da Universidade de Edinburgo, defendeu sua relevância e atualidade, no livro As idéias de Chomsky (1970). Desse modo, postula que:

Chomsky é uma figura singular não apenas no panorama da lingüística de nossos dias, mas, talvez, em toda a história dessa disciplina. Seu primeiro livro, [...] embora pequeno e relativamente despido de aspectos técnicos, revolucionou o estudo científico da linguagem. [...] Isso não quer dizer que os especialistas (nem mesmo a maioria deles) hajam acolhido a teoria da gramática transformativa que Chomsky apresentou há quinze anos passados, em sua obra *Syntactic Structures*. [...] Contudo, a linha “transformativa” ou “chomskyana” não é apenas uma entre várias outras escolas. Certa ou errada, a teoria gramatical de Chomsky é inegavelmente a que mais influência exerce e a que se destaca pelo seu dinamismo — e não há estudioso atualizado que se possa dignar a ignorar as contribuições teóricas trazidas pelo autor de *Syntactic Structures*. Qualquer “escola” de lingüística, em realidade, tende a ser caracterizada, na atualidade [1970], em termos da relação face a certas questões específicas que mantém com a posição adotada por Chomsky.⁷⁹

Atualmente, as idéias de Chomsky permanecem despertando polêmicas, ao mesmo tempo em que continuam inspirando pensadores e estudiosos do campo da linguagem. Em 1994, aproximadamente quarenta anos depois, foi a vez de Steven Pinker, especialista em linguagem e neurociências do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), declarar que Chomsky foi:

[...] o primeiro lingüista a revelar a complexidade do sistema e talvez o maior responsável pela moderna revolução na ciência cognitiva e na ciência da linguagem. (...) Por meio de esmeradas análises técnicas das frases que pessoas comuns aceitam como pertencentes à língua materna, Chomsky e outros lingüistas desenvolveram teorias das gramáticas mentais que subjazem ao conhecimento que as pessoas têm de certas línguas e da Gramática Universal que subjaz a determinadas gramáticas. Logo depois, o trabalho de Chomsky incentivou outros estudiosos, entre os quais Eric Lenneberg, George Miller, Roger Brown, Morris Halle e Alvin Liberman, a inaugurar áreas totalmente novas de estudo da linguagem, do desenvolvimento infantil e percepção da fala à neurologia e genética. Atualmente, a comunidade de cientistas que estudam as questões que ele levantou é composta de milhares de estudiosos.⁸⁰

Chomsky buscava um modelo de gramática que pudesse ser considerado científico em um tempo em que a lingüística teórica era vista, segundo Lyons, como:

⁷⁹ LYONS, John. As idéias de Chomsky, p. 11, 1974. A edição original é de 1970.

⁸⁰ PINKER, Steven. O instinto da linguagem, p. 14-16, 2002. A edição original é de 1994.

[...] uma disciplina esotérica, de que poucos ouviram falar e que era praticamente desconhecida até bem recentemente. Se a matéria, hoje em dia [1970], se vê reconhecida como um ramo da ciência – que vale a pena estudar não apenas pelos seus próprios méritos como pelas contribuições que pode dar para o estudo de outros temas – isso se deve, em grande parte, ao trabalho de Chomsky.⁸¹

Pinker também destaca a importância do pensamento chomskyano, da época à atualidade. Nesse sentido, afirma:

Na década de 50, as ciências sociais eram dominadas pelo behaviorismo, a escola de pensamento divulgada por John Watson e B. F. Skinner. Termos mentais como “saber” e “pensar” eram rotulados de não-científicos; “mente” e “inato” eram palavras. O comportamento era explicado por algumas poucas leis de aprendizagem por estímulo-resposta [...]. Mas Chomsky chamou a atenção para dois fatos fundamentais sobre a linguagem. Em primeiro lugar, cada frase que uma pessoa enuncia ou compreende é virtualmente uma nova combinação de palavras, que aparece pela primeira vez na história do universo. Por isso, uma língua não pode ser um repertório de respostas; o cérebro deve conter uma receita ou programa que consegue construir um conjunto ilimitado de frases a partir de uma lista finita de palavras. Esse programa pode ser denominado gramática mental (que não deve ser confundida com “gramáticas” pedagógicas ou estilísticas, que são apenas guias para a elegância da prosa escrita). O segundo fato fundamental é que as crianças desenvolvem essas gramáticas complexas rapidamente e sem qualquer instrução formal e, à medida que crescem, dão interpretações coerentes a novas construções de frases que elas nunca escutaram antes. Portanto, afirmava ele, as crianças têm de estar equipadas de modo inato com um plano comum às gramáticas de todas as línguas, uma Gramática Universal, que lhes diz como extrair padrões sintáticos da fala de seus pais.⁸²

Na busca por uma gramática que constituísse não apenas o modelo ideal para uma determinada língua, mas para todas as línguas, Chomsky, em Estruturas sintáticas, partiu dos seguintes pressupostos:

- o princípio básico de que todo falante nativo é capaz de distinguir, no universo de sua língua, as seqüências gramaticais (frases) das agramaticais (não-frases);
- a condição de generalidade segundo a qual “uma gramática de uma dada língua seja construída de acordo com uma teoria específica da estrutura

⁸¹ LYONS, John. As idéias de Chomsky, p. 12, 1974.

⁸² PINKER, Steven. O instinto da linguagem, p. 14-15, 2002.

lingüística, em que termos como ‘fonema’ e ‘sintagma’ sejam definidos independentemente de qualquer língua particular.”⁸³

O autor complementa que:

Uma gramática da língua L é essencialmente uma teoria de L. Qualquer teoria científica se baseia num número finito de observações, procurando relacionar os fenômenos observados e prever novos fenômenos através da construção de leis gerais em termos de conceitos hipotéticos como (por exemplo, em física) os de “massa” e “electrão”. Do mesmo modo, uma gramática do inglês baseia-se num corpus finito de enunciados (observações) e conterà regras gramaticais (leis) formuladas em termos dos fonemas, sintagmas, etc., do inglês (conceitos hipotéticos). Estas regras exprimem relações estruturais entre as frases do corpus e o número infinito de frases geradas pela gramática, para além do corpus (previsões). O nosso problema consiste em desenvolver e clarificar os critérios para a selecção de uma gramática correcta de cada língua, isto é, a teoria correcta dessa língua.⁸⁴

Um aspecto presente na teoria de Chomsky diz respeito ao **caráter instintivo da linguagem**. No tocante à aquisição da linguagem, o lingüista postulou que “a criança possui uma teoria inata sobre descrições estruturais [gramaticalmente] potenciais que é suficientemente rica e desenvolvida para lhe permitir determinar, a partir de uma situação real em que ocorre um sinal, quais as descrições estruturais que podem ser apropriadas a este sinal.”⁸⁵

Aproximadamente uma década depois de conceber Estruturas, com a publicação de Aspectos da teoria da linguagem, em 1965, o próprio autor apontou alguns problemas metodológicos relacionados à sua tese, dentre eles: de que modo se obtém a informação acerca do conhecimento que o falante-ouvinte possui sobre sua própria língua?

Conforme destaca, tais dados não se apresentam à observação direta nem são passíveis de extração a partir de qualquer tipo conhecido de processo indutivo, uma vez que:

[...] os dados efectivos da performance lingüística, conjuntamente com as informações introspectivas (do falante nativo, ou do lingüista que tenha aprendido a língua) fornecerão uma grande quantidade de informações para determinar a correção de hipóteses acerca da estrutura lingüística

⁸³ CHOMSKY, Noam. Estruturas sintácticas, p. 55, s.d.

⁸⁴ Id., *ibid.*, p. 54.

⁸⁵ Id., Aspectos da teoria da sintaxe, p. 115, 1975.

subjacente. [...] O problema para o gramático consiste em construir uma descrição e, onde possível, uma explicação para a enorme quantidade de dados indubitáveis acerca da intuição lingüística do falante nativo. Será possível perguntar até que ponto a necessidade da lingüística actual em dar tal prioridade à informação introspectiva e à intuição lingüística do falante nativo não a exclui do domínio da ciência.⁸⁶

Mais adiante, complementa:

Embora não haja maneira de evitar o pressuposto tradicional de que a intuição lingüística do falante-ouvinte é, em última instância, o padrão que determina a exactidão de qualquer gramática, teoria lingüística, ou teste operacional propostos, deve-se sublinhar, mais uma vez, que este conhecimento tácito pode muito bem não ser imediatamente acessível àquele que utiliza a língua.⁸⁷

De qualquer forma, o carácter instintivo da linguagem apontado pelo autor, tomando como base a teoria racionalista (conforme será visto no tópico a seguir), ainda desperta interesse na atualidade, especialmente para os estudiosos da chamada “ciência cognitiva”, que surgiu por volta dos anos 60. Nas palavras de Pinker, tal ciência “reúne ferramentas da psicologia, da ciência da computação, da lingüística, filosofia e neurobiologia para explicar o funcionamento da inteligência humana”.

Para o quadro atual da lingüística, já não é suficiente descrever as regras de formação de uma determinada língua. Nesse sentido, Pinker afirma que “a recente elucidação das faculdades lingüísticas tem implicações revolucionárias para nossa compreensão da linguagem e seu papel nos assuntos humanos, e para nossa própria concepção da humanidade”⁸⁸. E conclui:

A linguagem é uma habilidade complexa e especializada, que se desenvolve espontaneamente na criança, sem qualquer esforço consciente ou instrução formal, que se manifesta sem que se perceba uma lógica subjacente, que é qualitativamente a mesma em todo indivíduo, e que difere de capacidades mais gerais de processamento de informações ou de comportamento inteligente. Por esses motivos, alguns cognitivistas descreveram a linguagem como uma faculdade psicológica, um órgão mental, um sistema mental ou um módulo computacional. Mas prefiro o simples e banal termo “instinto”. Ele transmite a idéia de que as pessoas sabem falar mais ou menos da mesma maneira que as aranhas sabem tecer teias. [...]

⁸⁶ CHOMSKY, Noam. Aspectos da teoria da sintaxe, p. 100-101, 1975.

⁸⁷ Id., *ibid.*, p. 102.

⁸⁸ PINKER, Steven. O instinto da linguagem, p. 8, 2002.

Pensar a linguagem como um instinto inverte a sabedoria popular, especialmente da forma como foi aceita nos cânones das ciências humanas e sociais. A linguagem não é uma invenção cultural, assim como tampouco a postura ereta o é.⁸⁹

A tradução de Pinker quanto ao pensamento original de Chomsky é bastante fiel, e isso pode ser constatado ao compará-la à palestra proferida pelo lingüista, em 1996, na cidade de Brasília.

Na ocasião, Chomsky declarou ter contribuído, com sua teoria da gramática gerativa, para o desenvolvimento da chamada “revolução cognitiva” dos anos 50, cuja perspectiva, de acordo com ele, “vê o comportamento e seus produtos não como o objeto da investigação, mas como dados que podem fornecer evidências sobre os mecanismos internos da mente e os modos como esses mecanismos operam ao executar ações e interpretar a experiência”.

O autor acrescenta que “pode ser questionado se o termo ‘revolução’ é apropriado ou não, mas houve uma importante mudança de perspectiva: do estudo do comportamento e seus produtos (textos, por exemplo) para os mecanismos internos usados pelo pensamento e pela ação humanos.”⁹⁰

O autor reafirmou, na oportunidade, o caráter instintivo da linguagem, declarando que “a faculdade humana da linguagem parece ser uma verdadeira ‘propriedade da espécie’, variando pouco entre as pessoas e sem um correlato significativo em qualquer outra parte.”⁹¹. Esse aspecto, um dos mais polêmicos de sua controvertida teoria, requer maior detalhamento pelas correlações implícitas presentes na concepção da PNL, conforme será apresentado no capítulo 4⁹². Verifiquemos, então, sua argumentação sobre o tema.

⁸⁹ PINKER, Steven. O instinto da linguagem, p. 9-10, 2002.

⁹⁰ CHOMSKY, Noam. Linguagem e mente, p. 21, 1998.

⁹¹ Id., *ibid.*, p. 17.

⁹² Cf. tópico 4.1 “A Gramática Gerativo-transformacional na visão de Bandler e Grinder”

3.1.1 O enfoque racionalista e o aspecto instintivo da linguagem segundo Chomsky

Chomsky alicerça sua afirmação sobre o caráter inato da linguagem na **abordagem racionalista**, que prevê posições contrárias às postuladas pelo empirismo, fundamentando-se no pensamento cartesiano:

[Descartes] chegou à conclusão [em seu Discurso sobre o método] de que o homem possui faculdades exclusivas, que não podem ser explicadas em bases puramente mecanicistas, embora em larga extensão seja possível dar uma explicação mecanicista do funcionamento e do comportamento corporais humanos. A diferença essencial entre o homem e o animal revela-se de modo mais claro na linguagem humana, em particular na capacidade humana de formar novas proposições, que exprimem novos pensamentos, apropriados a novas situações.⁹³

O enfoque empirista, diferentemente, destaca que:

[...] a linguagem é essencialmente uma construção acessória, ensinada por “condicionamento” (como seria defendido, por exemplo, por Skinner ou Quine) ou por exercícios e explicações explícitas (como foi afirmado por Wittgenstein), ou construída por meio de processos elementares de “processamento de dados” (como é mantido tipicamente pela lingüística moderna [1965]), mas, de qualquer modo, relativamente independente de quaisquer faculdades mentais inatas.⁹⁴

Na obra Lingüística cartesiana: um capítulo da história do pensamento racionalista, Chomsky contrapõe também os postulados de Descartes à **teoria mecanicista**, que supõe a possibilidade de criação de uma “máquina falante”. A tese fundamental defendida por Chomsky é a de que, se tal máquina existisse, poderia, quando muito, repetir frases sem jamais alterá-las, ao passo que o homem, dotado do aspecto criador, é capaz de elaborar frases sem repetir, necessariamente, uma mesma dada série de palavras.

O autor também critica os fundamentos mecanicistas defendidos por J. O. La Mettrie (autor de L’Homme Machine, 1747), segundo os quais um macaco, após treinar e superar as deficiências presentes em seus “órgãos da fala”, poderia

⁹³ CHOMSKY, Noam. Lingüística cartesiana, p. 13, 1972. A edição original é de 1966.

⁹⁴ Id., Aspectos da teoria da sintaxe, p. 134-135, 1975; cabe ressaltar que, em nota explicativa à p. 302, Chomsky declara que “Na realidade, não é evidente que a posição de Quine deva ser tomada como uma posição empirista, no verdadeiro sentido do termo. (...) Como confirmação adicional de uma tal interpretação anti-empirista, poder-se-ia apontar o abandono virtual por parte de Quine da teoria do reforço”.

conhecer uma língua e até tornar-se “um homem perfeito, um pequeno cavalheiro”.

Critica ainda as idéias de Pére G. H. Bougeant apresentadas em seu livro *Amusement philosophique sur le langage des bestes* (1739), cuja obra considera “pouco profunda e presumivelmente meio séria”, baseando-se em trechos como “os animais falam e se entendem entre si tão bem quanto nós e às vezes melhor”.

Sobre o assunto, o próprio Bougeant reconhece que “toda a linguagem dos animais se reduz a exprimir os sentimentos de suas paixões, e pode-se reduzir todas as suas paixões a um pequeno número” e destaca que não possuem “idéias abstratas e metafísicas” e que sua linguagem é pautada pelo princípio da repetição. Sobre isso, afirma que “[...] é necessário que eles repitam sempre a mesma expressão, e que esta repetição dure por todo o tempo em que o objeto os ocupa.”⁹⁵

Assim, Chomsky conclui que nem La Mettrie nem Bougeant atacam o problema levantado por Descartes, quanto ao aspecto criador do uso da linguagem, pelo fato de que a linguagem humana, sendo livre do controle por estímulos identificáveis externos ou estados fisiológicos internos, pode servir como instrumento geral de pensamento e auto-expressão, em vez de ser meramente dispositivo para a comunicação de uma informação, uma exigência ou uma ordem.⁹⁶

O autor observa que a Lingüística moderna também não considerou as observações cartesianas relativas à linguagem humana com seriedade, enumerando uma série de lingüistas que não o fizeram (Bloomfield, Paul, Saussure, Jespersen e Hockett). No entanto, encontra apoio para as idéias de Descartes em August Wilhelm Schlegel (1801) e Wilhelm von Humboldt (1792).

Schlegel distingue “a linguagem humana da animal de modo tipicamente cartesiano”, pois, para ele, a dependência animal é oposta ao princípio

⁹⁵ CHOMSKY, Noam. *Lingüística Cartesiana*, p. 20, 1972. (citações selecionadas pelo autor a partir da obra original de Bougeant).

⁹⁶ Id., *ibid.*, p. 22.

espontâneo ou ao arbítrio racional “que caracteriza a vida mental humana”, conforme destaca Chomsky.

Já “o relevo dado por Descartes ao aspecto criador do uso da linguagem, como característica essencial e definidora da linguagem humana, encontra sua mais eficaz expressão na tentativa, feita por Humboldt, de criar uma ampla teoria da lingüística geral” (em seu *Über die Verschiedenheit des Menschlichen Sprachbaues*, publicado postumamente em 1836, conforme esclarece Chomsky em nota). “Humboldt permanece dentro da moldura cartesiana (...) na medida em que considera a linguagem primordialmente como meio de pensamento e auto-expressão mais do que como um sistema funcional de comunicação de tipo animal.”⁹⁷

Na anteriormente mencionada passagem pelo Brasil, Chomsky voltou a afirmar que:

[...] a linguagem parece estar biologicamente isolada em suas propriedades essenciais e ser um desenvolvimento na verdade recente sob uma perspectiva evolucionista. Não há hoje [1996] nenhuma razão séria para se desafiar a visão cartesiana de que a habilidade de usar signos lingüísticos para expressar pensamentos formados livremente marque ‘a verdadeira distinção entre o homem e o animal’ ou a máquina, quer se entendam por ‘máquina’ os autômatos que ocuparam a imaginação dos séculos XVII e XVIII ou os que hoje estão fornecendo um estímulo ao pensamento e à imaginação.”⁹⁸

O caráter “biológico, inato e instintivo” da linguagem, conforme concebido por Chomsky, é por ele justificado pela criação de uma metáfora: a do “órgão de linguagem”. A idéia, apresentada em 1980, no livro *Regras e representações*, propõe a escolha de um “sistema físico” (“órgão”) que possibilitasse, por meio do estudo de sua natureza, a investigação das propriedades da linguagem referentes à sua função, estrutura, base física, desenvolvimento no indivíduo e desenvolvimento evolutivo. Tal proposta o acompanhou ao longo dos anos, pois, na década de 90, reafirmou que:

É razoável considerar a faculdade da linguagem como um “órgão da linguagem” no sentido em que os cientistas falam de um sistema visual ou sistema imunológico ou sistema circulatório como órgãos do corpo. Compreendido desse modo, um órgão não é algo que possa ser removido do

⁹⁷ CHOMSKY, Noam. *Lingüística cartesiana*, p. 30, 1972.

⁹⁸ *Ibid.*, *Linguagem e mente*, p. 17-18, 1998.

corpo, deixando o resto intacto. É um subsistema de uma estrutura mais complexa. Esperamos compreender a complexidade total investigando partes que têm características distintivas e suas interações. O estudo da faculdade de linguagem procede da mesma forma.⁹⁹

Considerando que o ser humano nasce dotado de um “órgão da linguagem”, essa seria mais uma evidência a justificar seu aspecto inato – ou instintivo. Dessa forma, postula:

Pressupomos ainda que o órgão da linguagem é como outros, no sentido de que seu caráter básico é uma expressão dos genes. Como isso acontece é algo que permanece uma possibilidade de pesquisa para um futuro distante, mas podemos investigar de outras maneiras o “estado inicial”, geneticamente determinado, da faculdade de linguagem. Evidentemente, cada língua é o resultado da atuação recíproca de dois fatores: o estado inicial e o curso da experiência. Podemos imaginar o estado inicial como um “dispositivo de aquisição de língua” que toma a experiência como “dado de entrada” e fornece a língua como um “dado de saída” – um dado de saída que é internamente representado na mente/cérebro. Os dados de entrada e os dados de saída estão ambos sujeitos a exame; podemos estudar o curso da experiência e as propriedades das línguas que são adquiridas.¹⁰⁰

Toda a teoria chomskyana baseia-se no pressuposto de que a faculdade lingüística humana parte de um sistema – a “gramática universal”, que caracteriza seu estado inicial/inato. Nesse sentido, o autor afirma que é possível “encarar a gramática universal como o próprio programa genético, o esquema que permite a gama de realizações possíveis que são as línguas humanas possíveis”, cada qual culminando em um “estado estacionário final possível, a gramática de uma língua específica”¹⁰¹. Resumidamente, explica que:

A gramática universal é um sistema geneticamente determinado no estado inicial, e especificado, afinado, estruturado e refinado sob as condições estabelecidas pela experiência, formando as gramáticas específicas que são representadas nos estados estacionários atingidos. Se encararmos desse modo a questão do crescimento da linguagem (“aprendizado da língua”), poderemos entender como é possível uma pessoa saber muito mais do que ela experimentou.¹⁰²

O estatuto de “sistema geneticamente determinado” contrapõe-se ao enfoque empirista, segundo o qual “se entende a língua como um sistema de hábitos e

⁹⁹ CHOMSKY, Noam. Linguagem e mente, p. 19.

¹⁰⁰ *Ibid.*, p. 19.

¹⁰¹ *Id.*, Regras e representações, p. 175, 1981.

¹⁰² CHOMSKY, Noam. Regras e representações, p. 175, 1981.

habilidades adquiridas, desenvolvidos gradualmente por meio de generalização, condicionamento, indução e abstração”, bem como “o conhecimento lingüístico é um sistema de categorias e estruturas aprendidas”, enfoque esse adotado “pela psicologia behaviorista e certas correntes da lingüística estruturalista.”¹⁰³

De acordo com o referido autor, a principal diferença entre os modelos racionalista e empirista está na forma como cada qual concebe a natureza do “estado inicial” da faculdade lingüística. Para ele, o primeiro “toma o estado inicial como um sistema complexo de princípios, um esquema restritivo que especifica a gama de gramáticas possíveis”; já o outro modelo,

[...] o interpreta como um sistema de processos de segmentação, classificação, generalização e indução, que se aplica aos dados fornecidos pela experiência para gerar uma gramática. [...] Naturalmente, é possível considerar diversos tipos de abordagens mistas, mas creio ser muito útil ter em mente esses dois modelos gerais, cada um com suas variantes possíveis, como pontos de referência.¹⁰⁴

As características “físicas”, “biológicas” ou “genéticas”, implícitas nesse “organismo” metaforicamente concebido por Chomsky, parecem traduzir sua releitura dos escritos de Descartes, que, em suas *Notes directed against a certain programme* [1647], assim as descreveu:

[...] a vista... não apresenta mais nada senão imagens, e o ouvido não apresenta nada mais que vozes ou sons, de modo que todas estas coisas que pensamos, para além destas vozes ou imagens, como sendo simbolizadas por elas, são-nos representadas através de idéias que têm a sua única fonte na nossa faculdade de pensar, e se encontram portanto juntamente com essa faculdade inata em nós, isto é, existindo sempre em potência em nós; porque a existência em qualquer faculdade não é um acto, mas sim meramente uma existência em potência, visto que a própria palavra “faculdade” não designa outra coisa senão potência... [Assim as idéias são inatas no sentido de que em algumas famílias a generosidade é inata, noutras, certas enfermidades como a gota ou os cálculos, não porque, em virtude disso, as crianças dessas famílias sofram essas doenças nas entranhas das suas mães, mas sim porque nascem com um determinada disposição para as contrair [...]] [p. 442].¹⁰⁵

Descartes afirma ainda que:

¹⁰³ CHOMSKY, Noam. *Regras e representações*, p. 17, 1981.

¹⁰⁴ Id., *ibid.*

¹⁰⁵ CHOMSKY, Noam. In: *The Philosophical Works of Descartes*, Vol. I New York: Dover, 1955, Op. Cit. *Aspectos da teoria da sintaxe*, p. 132, 1975.

[...] nada chega à nossa mente dos objectos externos através dos órgãos dos sentidos, aparte certos movimentos corpóreos... mas mesmo estes movimentos e as figuras que deles surgem, não são concebidos por nós na forma que assumem nos órgãos dos sentidos... Logo segue-se que as idéias dos movimentos e das figuras são, elas próprias, inatas em nós. E tanto mais inatas devem ser as idéias de dor, cor, som e semelhantes, para que, na ocasião de certos movimentos corpóreos, a nossa mente possa ter essas idéias, pois elas não possuem nenhuma semelhança com os movimentos corpóreos [...] [p. 443].¹⁰⁶

A aptidão inata presente no pensamento cartesiano e reiterada pela visão chomskyana é explicitada por meio da especulação racionalista, quando Chomsky postula que “a forma geral de um sistema de conhecimento está antecipadamente fixada como uma disposição da mente, e que a função da experiência consiste em provocar a realização e uma diferenciação mais completa desta estrutura esquemática geral”¹⁰⁷.

Para melhor exemplificá-la, o autor apresenta uma analogia com o princípio filosófico da tábula rasa, segundo Leibniz, que compara o princípio das estruturas mentais inatas com

[...] um bloco de mármore que possui veias, e não com um bloco de mármore uniforme, ou com tábuas em branco, isto é, com aquilo que entre filósofos se chama uma tabula [sic] rasa. Porque, se a alma se parecesse com estas tábuas em branco, as verdades estariam em nós como a figura de Hércules está no mármore, quando o mármore é totalmente indiferente à recepção desta figura ou de uma qualquer outra. Mas se existissem veias no bloco que indicassem a figura de Hércules, de preferência a outras figuras, este bloco seria mais determinado, e Hércules estaria nele como, num certo sentido, inato, ainda que fosse necessário trabalhar para descobrir essas veias, para clarificá-las, polindo-as, e iluminando tudo aquilo que as impede de aparecer. Assim, acontece que as idéias e as verdades são inatas, como inclinações, disposições, hábitos, ou potencialidades naturais, e não como acções; ainda que estas potencialidades sejam sempre acompanhadas por algumas acções, muitas vezes insensíveis, que lhes correspondem.¹⁰⁸

É fato que, tanto por seu estilo denso e recorrente – que o acompanhou por décadas a fio quanto pelo teor inusitado de suas idéias –, Chomsky amealhou uma legião de críticos. Tais apontamentos se fazem presentes até mesmo entre seus admiradores. Dentre eles, Pinker enfatiza que “suas discussões sobre

¹⁰⁶ CHOMSKY, Noam. Aspectos da teoria da sintaxe, p. 132, 1975.

¹⁰⁷ *Ibid.*, p. 135.

¹⁰⁸ CHOMSKY, Noam. In *New Essays Concerning Human Understanding*, LaSalle, Illinois: Open Court, p. 45-56 Op. Cit. Aspectos da teoria da sintaxe, p. 135, 1975.

falantes de carne e osso são superficiais e muito idealizadas” e considera sua teoria sobre um suposto órgão da linguagem insuficiente.

Quanto ao conceito da *Tábula Rasa* – que serviu de nome para um dos estudos mais recentes do autor acima citado, publicado no Brasil em 2004 – a discussão, que compreende o embate “natureza” *versus* “criação” (ou “estado inicial” *versus* “curso da natureza”, para falar em termos chomskyanos), parece inesgotável. Nesse sentido, Pinker afirma:

Em um extremo estão o filósofo Jerry Fodor, para quem todos os conceitos poderiam ser inatos (até “maçaneta” e “pinça”), e o lingüista Noam Chomsky, para quem a palavra “aprender” é equivocada, pois deveríamos dizer que as crianças “desenvolvem” a linguagem. No outro extremo encontramos os conexionistas, incluindo Rumelhart, McClelland, Jeffrey Elman e Elizabeth Bates, que constroem modelos de computador relativamente simples e os treinam exaustivamente. Os fãs situam o primeiro extremo, que se originou no Instituto de Tecnologia de Massachusetts, no Pólo Leste, o lugar mítico a partir do qual todas as direções são oeste. Situam o segundo extremo, originário da Universidade da Califórnia em San Diego, no Pólo Oeste, o lugar mítico a partir do qual todas as direções são leste.

[...] Mas eis por que o debate entre o Pólo Leste e o Pólo Oeste difere dos que ocuparam os filósofos por milênios: nenhum dos dois lados acredita na tábula rasa. Todo mundo reconhece que não pode haver aprendizado sem um conjunto de circuitos inato que faça o aprendizado. [...] As discordâncias entre os dois pólos, embora significativas, são sobre detalhes: quantas redes de aprendizado inatas existem e o quanto elas são especificamente estruturadas para tarefas específicas.¹⁰⁹

A dicotomia “aprendizado” *versus* “desenvolvimento” da linguagem encontra reforço no princípio do “órgão da linguagem”, e Chomsky a representa metaforicamente, constituindo, assim, a seguinte justificativa:

[...] dizemos que a criança “aprende uma língua”, e não que a linguagem se desenvolve ou amadurece. Mas nunca dizemos que o embrião ou a criança aprende a ter braços em vez de asas, ou um aparelho visual determinado, ou órgãos sexuais maduros – este último exemplo representa um desenvolvimento que consideramos ser geneticamente determinado no que tem de essencial, muito embora só ocorra bem depois do nascimento. Além disso, a diversidade de línguas conhecidas naturalmente nos impressiona.

[...] na vida cotidiana, não há motivo para prestarmos atenção às uniformidades comuns a todos os indivíduos e a todas as culturas; o que nos chama a atenção são as diferenças.¹¹⁰

¹⁰⁹ PINKER, Steven. *Tábula rasa*, p. 60, 2004.

¹¹⁰ CHOMSKY, Noam. *Regras e representações*, p. 177, 1981.

A oposição “aprendizado” *versus* “desenvolvimento” assumiu tamanha relevância na teoria chomskyana a ponto de o autor criar um novo termo – “cognoscimento” – para sintetizar tudo o que é sabido e conhecido pelo homem – tanto consciente como implícita/ tacitamente. Sobre o assunto, Chomsky postula que:

O cognoscimento tem a mesma estrutura e a mesma natureza que o conhecimento, porém, pode ser – e, nos casos que nos interessam, são – inacessíveis à consciência.

[...] cognoscemos a gramática que constitui o estado atual de nossa faculdade lingüística, bem como os princípios que governam esse processo. Por fim, cognoscemos o esquema inato, juntamente com suas regras, princípios e condições.¹¹¹

Esse enfoque, somado aos outros aqui expostos, reafirma o caráter polêmico do precursor da Gramática Gerativa Transformacional. Talvez por isso, o autor tenha representado, no século passado, profícua fonte de inspiração para pensadores das mais variadas linhas relativas à linguagem, como Lyons e Pinker.

Sua criação também serviu de base para propostas inusitadas, como a PNL. Cabe aqui, assim, verificar em que medida as interpretações atribuídas à sua teoria mantiveram-se fiéis ao pensamento original nessa nova concepção terapêutica.

3.2 Gramática Gerativo-transformacional: conceitos básicos possivelmente relacionados à PNL

Neste tópico, são apresentados o conceito da Gramática Gerativo-transformacional e alguns de seus pressupostos, apontados pelos criadores da PNL como bases de sua teoria, tais como: estrutura sintagmática, estrutura profunda e estrutura de superfície, a formação da voz passiva, nominalizações e generalizações, dentre outros. O objetivo é verificar a adequação e a correta interpretação/adaptação desses conceitos na concepção do metamodelo.

¹¹¹ CHOMSKY, Noam. Regras e representações, p. 177, 1981.

Em A estrutura da magia I, Bandler e Grinder declaram explicitamente ter encontrado inspiração para a consolidação de sua teoria na gramática transformacional:

Este estudo baseia-se no brilhante trabalho de Noam Chomsky, que desenvolveu inicialmente uma metodologia e um conjunto de modelos formais para a língua natural. Como resultado do trabalho de Chomsky e outros transformacionistas, foi possível desenvolver um modelo formal para descrever os padrões regulares do modo pelo qual comunicamos nosso modelo de nossa experiência. Usamos a linguagem para representar e comunicar nossa experiência; a linguagem é um modelo do nosso mundo. O que os gramáticos transformacionais fizeram foi desenvolver um modelo formal de nossa linguagem, um modelo de nosso modelo de nosso mundo, ou simplesmente, um metamodelo.¹¹²

Verifiquemos, pois, o conceito original. Chomsky referiu-se pela primeira vez ao modelo transformacional em 1957, no prefácio da obra Estruturas sintáticas. Segundo ele, trata-se de um modelo original, “que, em vários e importantes aspectos, é mais poderoso que o modelo de constituintes imediatos [sintagmático]”¹¹³, por fornecer uma descrição de relações entre frases até então não esclarecidas por qualquer teoria lingüística no estudo das gramáticas da língua inglesa, como, por exemplo, o processo de conjunção, o uso de verbos auxiliares e a relação ativa-passiva.

O termo transformacional diz respeito às **transformações** que o modelo sugere a partir da abordagem sintagmática, visando a uma descrição mais completa da sintaxe da língua inglesa. Chomsky explica que:

Para especificar, explicitamente, uma transformação, temos de descrever a análise das seqüências a que se aplica e a modificação estrutural que efectua nessas seqüências¹¹⁴ (ex.: a transformação de uma frase afirmativa para **negativa** com o uso de **not** ou **n't**; o uso do verbo **to do**, no caso de transformação afirmativa para **interrogativa**; ou o uso de **by + been**, no caso da transformação **ativa para passiva**).

O lingüista ainda complementa que:

Utilizando a estrutura sintagmática e as transformações, tentamos construir uma gramática do inglês que seja mais simples do que qualquer outra [sic]

¹¹² BANDLER, Richard e GRINDER, John. A estrutura da magia I, p. 45, 1977.

¹¹³ CHOMSKY, Noam. Estruturas sintáticas, p. 10, s.d.

¹¹⁴ Id., *ibid.*, p. 66.

alternativa proposta; e não tomamos em consideração a questão de como se terá efectivamente chegado, de forma mecânica, a essa gramática, a partir de um corpus inglês, por mais extenso que seja¹¹⁵.

Cabe ressaltar que o conceito de **gramática transformacional** é, por vezes, confundido ou tomado por sinônimo de **gramática gerativa** ou **gramática gerativo-transformacional**. Por essa razão, consideramos oportuno comparar as duas abordagens para maior esclarecimento.

O modelo da gramática transformacional deu origem ao que Chomsky definiu, em 1965, como modelo da **gramática gerativa (ou generativa)**, apresentado em Aspectos da teoria da sintaxe. Sobre esse modelo, o autor afirma que:

[...] uma gramática de uma língua pretende ser uma descrição da competência intrínseca do falante-ouvinte ideal¹¹⁶. [...] Logo, uma gramática generativa deve consistir num sistema de regras que, dum modo iterativo, podem gerar um número indefinidamente grande de estruturas. Este sistema de regras pode ser analisado nas três principais componentes duma gramática generativa: as componentes sintáctica, fonológica e semântica.¹¹⁷

A inclusão da **abordagem semântica** torna possível estabelecer a diferenciação entre os conceitos “gramática generativa” e “gramática transformacional”, uma vez que esse último trata mais especificamente das componentes sintáticas e morfofonológicas. No penúltimo capítulo de Estruturas, “Sintaxe e semântica”, Chomsky revela suas inquietações em relação ao modelo transformacional ali apresentado e sua fragilidade quanto ao enfoque semântico:

Ao propor que a estrutura sintáctica pode fornecer alguns esclarecimentos quanto aos problemas do sentido e da compreensão entramos num terreno delicado. Nenhum domínio do estudo lingüístico está mais sujeito a confusões e mais necessitado de uma formulação clara e cuidadosa do que aquele que trata dos pontos de ligação entre sintaxe e semântica. A pergunta que deve ser feita é a seguinte: “De que forma os mecanismos sintácticos disponíveis numa dada língua entram em jogo no uso efectivo dessa língua?” Em vez de manifestar preocupações por este problema fundamental, o estudo das inter-relações entre sintaxe e semântica tem, de facto, sido dominado por uma questão secundária e uma pergunta mal formulada. A questão é a de saber se a informação semântica é ou não necessária para a descoberta ou a selecção de uma gramática; e o desafio geralmente lançado por aqueles que optam pela afirmativa é este: “Como é possível construir uma gramática sem apelar para o sentido?”

¹¹⁵ CHOMSKY, Noam. Estruturas sintácticas, p. 92.

¹¹⁶ Id., Aspectos da teoria da sintaxe, p. 84, 1975.

¹¹⁷ Id., *ibid.*, p. 97.

[...] Muitos esforços se tem feito na tentativa de responder [a essa] pergunta [...]. A própria pergunta está, todavia, mal formulada, uma vez que a implicação de que é obviamente possível construir uma gramática apelando para o sentido não está, de todo, comprovada. [...] A pergunta que deve ser feita é esta: “Como é possível construir uma gramática?”¹¹⁸

O autor emenda discorrendo a inadequação de sugestões lançadas sobre a utilização do sentido na análise gramatical, mencionando que elas são “camufladas não só pelos termos vagos em que são formuladas como por uma lamentável tendência a confundir ‘intuição da forma lingüística’ com ‘intuição do sentido’, duas expressões que apenas têm de comum a sua imprecisão e a sua indesejabilidade na teoria lingüística.”¹¹⁹

Mesmo assim, na seqüência do capítulo, dispõe-se a considerar algumas dessas sugestões, em vista de sua larga aceitação. Reforça ainda que:

[...] a estrutura sintagmática e a estrutura transformacional surgem como aquelas que fornecem os mecanismos sintácticas [sic] fundamentais de que a língua dispõe para a organização e as expressão do conteúdo. A gramática de uma dada língua deve evidenciar a forma pela qual estas estruturas abstractas são efectivamente manifestadas na língua em questão, enquanto que a teoria lingüística deve procurar clarificar esses fundamentos da gramática e os métodos para a avaliação e a escolha de entre diversas gramáticas propostas.¹²⁰

E conclui, no capítulo final da obra:

[...] um dos resultados do estudo formal da estrutura gramatical é o de evidenciar **um quadro sintáctico, que poderá fundamentar a análise semântica**. A descrição do sentido poderá, frutuosa, referir-se a este quadro sintáctico subjacente, embora considerações sistemáticas de tipo semântico não sejam, aparentemente, úteis para a sua determinação. A noção de “sentido estrutural”, oposta à de “sentido lexical” surge, porém, com bastante suspeita, e é duvidoso que os mecanismos gramaticais disponíveis na língua sejam utilizados de forma suficientemente consistente para que se lhes possa atribuir, directamente, um sentido. Existem, no entanto, várias correlações importantes, que se manifestam naturalmente, entre a estrutura sintáctica e o sentido; ou, por outras palavras, podemos verificar que os mecanismos gramaticais são utilizados de forma bastante sistemática. **Estas correlações poderiam constituir parte do âmbito de uma**

¹¹⁸ CHOMSKY, Noam. Estruturas sintácticas, p. 102, s.d.

¹¹⁹ Id., *ibid.*, p. 103.

¹²⁰ Id., *ibid.*, p. 116.

teoria da linguagem, mais geral, e cujo objecto seria a sintaxe, a semântica e os pontos de contacto entre ambas.¹²¹ [os destaques são nossos].

Lyons também evidencia a relevância dessa distinção entre as “duas gramáticas”, ambas por ele denominadas “transformacionais” – GT1 e GT2, em sua análise comparativa de trechos de Estruturas e Aspectos:

A diferença mais sensível entre as duas gramáticas [...] é a “parte” adicional de regras que aparece na gramática do tipo “aspects” sob o rótulo de “componente semântico”. Em *Syntactic Structures*, sustentava-se que, embora as considerações de ordem semântica não fossem diretamente relevantes para a descrição sintática das sentenças, havia marcadas correspondências entre as estruturas e os elementos que são revelados pela análise gramatical, formal, de um lado, e as específicas funções semânticas de outro lado” e que “havendo determinado a estrutura sintática da língua, podemos passar a estudar a maneira como essa estrutura sintática é posta em uso no efetivo funcionamento da linguagem.

Nos anos que se seguiram à publicação de *Syntactic Structures*, Chomsky e seus colaboradores chegaram à conclusão de que o significado das sentenças poderia e deveria ser submetido à mesma espécie de análise precisa e formal a que são submetidas suas estruturas sintáticas e que a semântica deveria ver-se incluída como parte gramatical das língua [sic]. A gramática de uma língua é atualmente [1974] vista por Chomsky como um sistema de regras que relacionam o significado (ou significados) de cada sentença gerada pelo sistema à manifestação física da sentença no meio sonoro.¹²²

O modelo mais completo de Chomsky é, pois, conhecido como gramática **gerativo-transformacional**, generativo-transformacional ou, indistintamente em relação ao modelo inicial, gramática transformacional. As modificações da gramática chomskyana são também destacadas na Enciclopédia Britânica:

O sistema chomskyano da gramática transformacional foi substancialmente modificado em 1965. Talvez a modificação mais importante tenha sido a incorporação da componente semântica ao sistema, em adição às componentes sintática e fonológica. (A componente fonológica pode ser tomada como em substituição da componente morfofonética de *Estruturas Sintáticas*). As regras da componente sintática geram as sentenças da língua e designam a cada frase não uma, mas duas análises estruturais: a análise da estrutura profunda que é representada pelo marcador subjacente da frase, e a análise da estrutura superficial, representada pelo marcador da frase derivada final¹²³ [destaque nosso].

¹²¹ CHOMSKY, Noam. *Estruturas sintáticas*, p. 117, s.d.

¹²² LYONS, John. *As idéias de Chomsky*, p. 78-79, 1974.

¹²³ *Encyclopaedia Britannica Premium Service*. <<http://www.britannica.com/eb/article-35096>>, acesso em 2 de dezembro de 2005.

Assim, somente em 1965, em Aspectos da teoria da sintaxe, Chomsky apresenta os conceitos de “estrutura profunda” e “estrutura superficial” (ou de superfície) relacionados à gramática gerativa e amplamente explorados no metamodelo.

Embora Bandler e Grinder mencionem explicitamente a importância do modelo transformacional apresentado em Estruturas sintáticas na concepção do “metamodelo”, conceito básico da PNL, sua teoria baseia-se, de fato, na gramática gerativo-transformacional¹²⁴.

Não é de se admirar tal confusão entre os conceitos das gramáticas transformacional e gerativa: no prefácio da edição em língua portuguesa de Aspectos da teoria da sintaxe, os tradutores José Antonio Meireles e Eduardo Paiva Raposo, da Universidade de Coimbra, referem-se a uma “gramática generativa transformacional” (GGT). Também Steven Pinker, no glossário de seu O instinto da linguagem, apresenta a gramática transformacional como:

Gramática composta por um conjunto de regras de estrutura sintagmática, em que se constrói uma árvore da estrutura profunda com várias regras transformacionais que deslocam os sintagmas da estrutura profunda para produzir uma árvore representativa da estrutura de superfície [os destaques são nossos].¹²⁵

De qualquer forma, embora não se refiram explicitamente ao modelo gerativo-transformacional, ao evocar os conceitos de estrutura profunda e estrutura superficial, Bandler e Grinder apenas reforçam sua afirmação de que o metamodelo toma por base as teorias de Chomsky.

¹²⁴ Cabe registrar que, na referida bibliografia comentada de “A estrutura da magia I”, os autores apontam vários capítulos de Estruturas sintáticas cuja leitura consideram recomendável, bem como a leitura dos capítulos iniciais de Aspectos da teoria da sintaxe e dos escritos reunidos em Linguagem e mente (1968) – o que demonstra seu conhecimento quanto ao modelo gerativo. Indicam ainda a leitura da obra Teoria sintática, de Emmon Bach, que traz um minucioso estudo sobre a abordagem transformacional e sua passagem para o enfoque da gramática gerativo-transformacional (Cf. BACH, Emmon. Teoria sintática, cap. 6 – Uma teoria de gramática transformacional, p. 120-156. 1981).

¹²⁵ PINKER, Steven. O instinto da linguagem, p. 609, 2002.

3.2.1 Estrutura sintagmática

Na elaboração da gramática transformacional, Chomsky parte dos seguintes pressupostos:

- a) uma gramática reflete o comportamento do falante que, a partir de uma experiência de língua finita e acidental, consegue produzir ou compreender um número infinito de novas frases¹²⁶;
- b) o estudo sintático de uma determinada língua tem como objectivo a construção de uma gramática que pode ser encarada como um mecanismo de produção das frases da língua em questão¹²⁷;
- c) a análise lingüística de uma língua tem por objetivos: c.i) distinguir as seqüências agramaticais (não-frases) das gramaticais (frases) e c.ii) estudar a estrutura das frases;
- d) a descrição lingüística do nível sintático é formulada em termos de análise de constituintes (decomposição).¹²⁸

A partir dessas definições, Chomsky concebeu a **gramática transformacional** com base na estrutura sintagmática¹²⁹ da **análise de constituintes**¹³⁰ e no processo de **derivação**, que consiste na repetição da regra $X \rightarrow Y$ (leia-se:

¹²⁶ CHOMSKY, Noam. Estruturas sintáticas, p. 17, s.d.

¹²⁷ Id., *ibid.*, p. 13.

¹²⁸ Id., *ibid.*, p. 29.

¹²⁹ A estrutura sintagmática, subjacente à aplicação das chamadas **regras sintagmáticas**, tem por base o conceito saussureano de sintagma (qualquer combinação na cadeia da fala). O Dicionário de lingüística (DUBOIS *et al*) explica que “o termo sintagma é seguido de um qualificativo que define sua categoria gramatical (sintagma nominal, sintagma verbal, sintagma adjetival, etc., [abreviaturas: SN, SV, SA]. O sintagma é sempre constituído de uma cadeia de elementos e ele próprio é uma constituinte de uma unidade de nível superior; é uma unidade lingüística de nível intermediário. Assim, o sintagma nominal é o constituinte do nóculo da frase na gramática gerativa, sendo este nóculo formado pela cadeia: sintagma nominal (SN) + sintagma verbal (SV)” (p. 558).

¹³⁰ O conceito de constituinte empregado por Chomsky na gramática gerativa toma por base a definição da lingüística estrutural, segundo a qual é assim denominado “todo morfema (ou palavra) ou sintagma que entra numa construção mais vasta”. A teoria dos constituintes imediatos, tal como aplicada na gramática transformacional, foi estabelecida por L. Bloomfield, e tem como princípio que “toda frase da língua é formada não por uma simples seqüência de elementos discretos, mas de uma combinação de construções que formam os constituintes de uma frase, sendo esses constituintes, por sua vez, formados de constituintes de ordem inferior. (...) Em gramática gerativa [modelo chomskyano], chama-se **gramática de constituintes**, ou **gramática sintagmática**, uma gramática que consiste numa lista finita de elementos, em que o elemento que fica à esquerda no par [ex.: SN], formando uma categoria única, corresponde a uma seqüência finita de elementos à direita [ex.: Art + N], formando uma ou mais categorias.” (DUBOIS *et al* Dicionário de lingüística, p. 146-147).

reescrever X como Y, quando X for equivalente a Y), conforme esquematizado no exemplo a seguir:

Quadro 1 - Exemplo de derivação

Frase → SN (sintagma nominal) + SV (sintagma verbal)

SN → Art (artigo) + N (nome/substantivo)

SV → V (verbo) + SN (sintagma nominal → Art + N)

Frase → Art + N + V + Art + N

Exemplo de derivação:

F (frase): *O homem chuta a bola*

SN	+	SV
Art + N	+	SV
<i>O</i> + N	+	Verbo + SN
<i>O</i> + <i>homem</i>	+	Verbo + SN
<i>O</i> + <i>homem</i>	+	<i>chuta</i> + Art + N
<i>O</i> + <i>homem</i>	+	<i>chuta</i> + <i>a</i> + N
<i>O</i> + <i>homem</i>	+	<i>chuta</i> + <i>a</i> + <i>bola</i> (F)

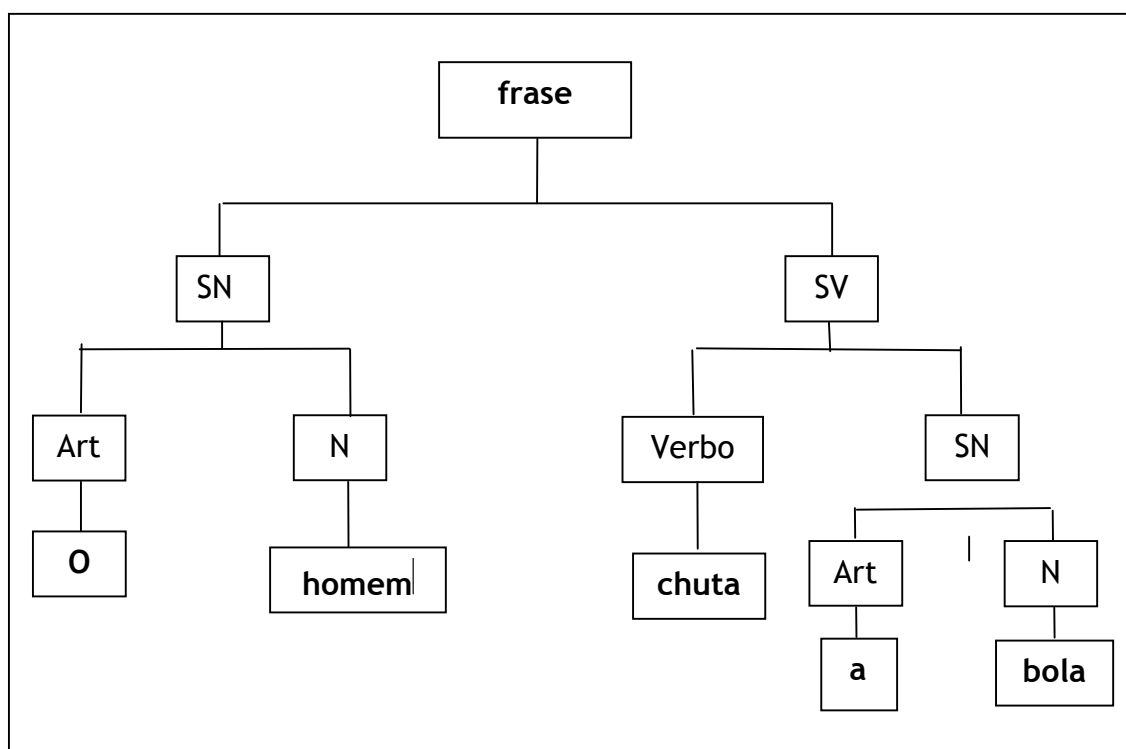
A teoria transformacional objetivava obter um conjunto de regras de reescrita que, por meio dos constituintes imediatos (Art, N, V, etc.), gerassem todos os indicadores sintagmáticos (SN, SV) capazes de conduzir à seqüência terminal/frase (F). O esquema buscava evidenciar as regularidades presentes na construção de uma frase gramatical. Como bem observam Meireles e Raposo na “Introdução” da versão para a língua portuguesa de Aspectos:

[...] verificamos que uma das propriedades notáveis da derivação consiste no facto de cada uma das linhas que a constituem poder ser relacionada com a linha que a precede imediatamente de uma forma *unívoca*. Quer dizer que é possível determinar para cada um dos símbolos que constituem uma linha qual o símbolo de que ele resulta, na linha anterior.¹³¹

O mesmo modelo pode ser representado por um diagrama, denominado “diagrama de árvores”, conforme exemplificado a seguir:

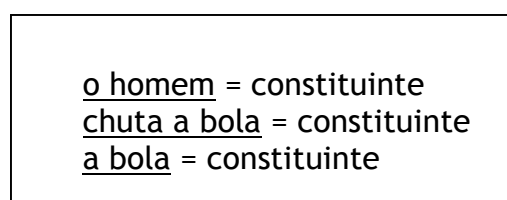
¹³¹ MEIRELES, José Antônio e RAPOSO, Eduardo Paiva. “Introdução” in Aspectos da teoria da sintaxe, p. 31-32, 1975.

Figura 1 - Diagrama de árvores



Para Chomsky, “o diagrama é portador de menos informação que a derivação, uma vez que não indica a ordem de aplicação”¹³² do modelo de derivação por ele proposto. Assim, por meio do modelo, é possível visualizar com mais clareza a formação de constituintes:

Quadro 2 - Formação de constituintes



De acordo com essa concepção, “homem chuta” (SN + V) ou “chuta a” (V + Art) não representam blocos de constituintes, conforme é possível verificar pelo modelo de derivação. Dessa maneira, o autor destaca que:

“No nível da estrutura sintagmática, portanto, cada frase da língua é representada por um conjunto de seqüências e não por uma única seqüência, como sucede no nível dos fonemas, dos morfemas ou das palavras. (...) A

¹³² CHOMSKY, Noam. Estruturas sintáticas, p. 31, s.d.

estrutura sintagmática deverá ser considerada como um único nível, com um conjunto de representações para cada frase da língua. Existe uma correspondência biunívoca entre os conjuntos de representações adequadamente escolhidas e os diagramas da forma”¹³³

Assim sendo, a estrutura sintagmática permitiria estabelecer certas generalizações com fins normativos para a constituição de uma gramática. Por exemplo:

$$\text{SN}_{\text{sing}} + \text{Verbo} \rightarrow \text{SN}_{\text{sing}} + \text{chuta}$$

Ou seja, a conjugação “chuta” só pode ser usada se combinada a um sintagma nominal singular (ex.: o homem, o menino, a mulher) e nunca a um sintagma nominal plural (ex.: os homens, as mulheres, os meninos).

Na visão de Meireles e Raposo, a construção de uma gramática baseada na estrutura sintagmática pretende “exemplificar ‘o processo de descoberta’ dessas regularidades através da formulação de hipóteses sucessivas”¹³⁴, que serão validadas se originarem árvores bem formadas e invalidadas se gerarem árvores às quais não se possa associar uma frase gramatical da língua portuguesa, por exemplo. Isso não impede a formação de frases agramaticais, destituídas de sentido – envolvendo a questão semântica, a princípio denegada por Chomsky, como no exemplo:

A apreensão		é uma criança
SN	+	SV
Art + N	+	V + SN (Art + N)

A reflexão acerca da estrutura e aplicabilidade dos indicadores sintagmáticos deu origem aos conceitos de Estrutura Profunda e Estrutura Superficial, apresentados a seguir.

3.2.2 Estrutura Profunda e Estrutura Superficial

Conforme destacamos anteriormente, os conceitos de **Estrutura Profunda** e **Estrutura Superficial** (ou de superfície), embora desenvolvidos a partir da

¹³³ CHOMSKY, Noam. *Estruturas sintáticas*, p. 35, s.d.

¹³⁴ MEIRELES, José Antônio e RAPOSO, Eduardo Paiva. “Introdução” in *Aspectos da teoria da sintaxe*, p. 35, 1975.

estrutura sintagmática definida em Estruturas (1957), são apresentados por Chomsky somente anos mais tarde, em Aspectos (1965).

Tais pressupostos, afirma seu criador, foram inspirados na Lingüística Cartesiana, concebida por ele com base em:

[...] uma constelação de idéias e interesses que aparece na tradição da ‘gramática universal’ ou ‘filosófica’, desenvolvida a partir da *Grammaire générale et raisonnée de Port-Royal* (1660), na lingüística geral que surgiu durante o período romântico e na época imediatamente posterior, e na filosofia racionalista do espírito que em parte forma o fundo comum das duas.

Ao estudar tal abordagem, pretende “chamar a atenção dos estudiosos ocupados no estudo da gramática gerativa e suas conseqüências, para o trabalho, pouco conhecido, que afeta suas preocupações e problemas, e com freqüência antecipa algumas de suas conclusões particulares.”¹³⁵

Já a Gramática de Port-Royal, conforme Chomsky, pressupõe, assim como seu próprio modelo, a Gramática Gerativa, uma estrutura universal que julga ser a forma geral de todas as gramáticas possíveis, elaborada a partir da **maneira natural como exprimimos nossos pensamentos** (“*la manière naturelle en laquelle nous exprimons nos pensées*”, destaque nosso).

Em uma analogia com o pensamento cartesiano frente à dicotomia corpo/espírito, Chomsky destaca que:

[...] a lingüística cartesiana tem dois aspectos. Em particular, pode-se estudar um sinal lingüístico do ponto de vista dos sons que o constituem e dos caracteres que representam estes sinais [**aspecto físico/corpo**], ou do ponto de vista de sua ‘significação’ [**aspecto espiritual/imaterial**], isto é ‘*la manière dont les hommes s’en servent pour signifier leurs pensées*’ (*Grammaire générale et raisonnée*, p. 5) [‘a maneira como os homens se servem dele para significar seus pensamentos’]¹³⁶ [destaque nosso].

De onde conclui:

Em resumo, a linguagem tem um aspecto interno e um aspecto externo. Uma frase pode ser estudada do ponto de vista da maneira como exprime um pensamento ou do ponto de vista de sua forma física, isto é, do ponto de vista da interpretação semântica ou da interpretação fonética.

Usando uma terminologia recente, podemos distinguir a “estrutura profunda” de uma frase de sua “estrutura de superfície”. A primeira é a estrutura

¹³⁵ CHOMSKY, Noam. Lingüística cartesiana, p. 10, 1972.

¹³⁶ Id., ibid., p. 44.

abstrata subjacente que determina sua interpretação semântica; a última é a organização superficial de unidades que determina a interpretação fonética e se relaciona com a forma física da expressão oral real, sua forma percebida ou intencional. Nestes termos, podemos formular uma segunda conclusão fundamental da lingüística cartesiana, a saber, que as estruturas profunda e de superfície não precisam ser idênticas. A organização subjacente de uma frase, que tem importância para a interpretação semântica, não é necessariamente revelada pelo arranjo real e pelo método da expressão de seus componentes.¹³⁷

Os termos “aspecto interno” e “aspecto externo” foram inspirados nos conceitos humboldtianos de “forma interna” e “forma externa” de uma frase, conforme destaca Chomsky:

Contudo, [...] adoptei a terminologia mais neutra para evitar aqui a questão da interpretação textual. Os termos “gramática de profundidade” e “gramática de superfície” são familiares na filosofia moderna com sentido bastante próximo daquele que pretendemos aqui [...]; Hockett utiliza uma terminologia semelhante na sua discussão sobre a não-adequação da lingüística taxinômica (Hockett, 1958, Capítulo 29). Postal usou os termos “estrutura subjacente” e “estrutura superficial” (Postal, 1964b) para as mesmas noções.¹³⁸

O autor observa ainda que a lingüística estrutural taxinômica baseia-se no pressuposto de que ambas as estruturas – tanto a profunda quanto a superficial – são efetivamente a mesma. Entretanto, rebate, insistindo que:

[...] a idéia central da gramática transformacional é a de que elas são, em geral, distintas, e de que a estrutura de superfície é determinada pela aplicação repetida de certas operações formais chamadas ‘transformações gramaticais’ sobre objetos de natureza mais elementar. Se isto for verdadeiro (como eu considero a partir deste momento), então a componente sintáctica deve gerar, para cada frase, uma estrutura profunda e uma estrutura de superfície e deve relacioná-las.¹³⁹

O enfoque chomskyano assemelha-se ao da gramática de Port-Royal não apenas por buscar um modelo de gramática universal, mas especialmente no tocante à questão da significação. Para Chomsky, uma gramática do tipo gerativa deve “tentar realizar uma formulação explícita dos processos ‘criativos’ da linguagem”, constituindo um “sistema de regras que, de um

¹³⁷ CHOMSKY, Noam. *Lingüística cartesiana*, p. 45, 1972

¹³⁸ Id., *Aspectos da teoria da sintaxe*, p. 297-298, 1975.

¹³⁹ Id., *ibid.*, p. 98, 1975.

modo explícito e bem definido, atribui descrições estruturais a frases”¹⁴⁰, para cada língua natural.

Desse modo, a gramática gerativa busca descrever a **competência do falante nativo**, a partir do conhecimento de uma língua (compreendendo, pois, seu repertório e suas regras) e de sua capacidade de empreender um número infinito de frases, levando em conta as componentes sintática, fonológica e semântica.

As componentes fonológica e semântica têm relação entre si e operam mediante às propriedades e regras de formação inerentes à componente sintática:

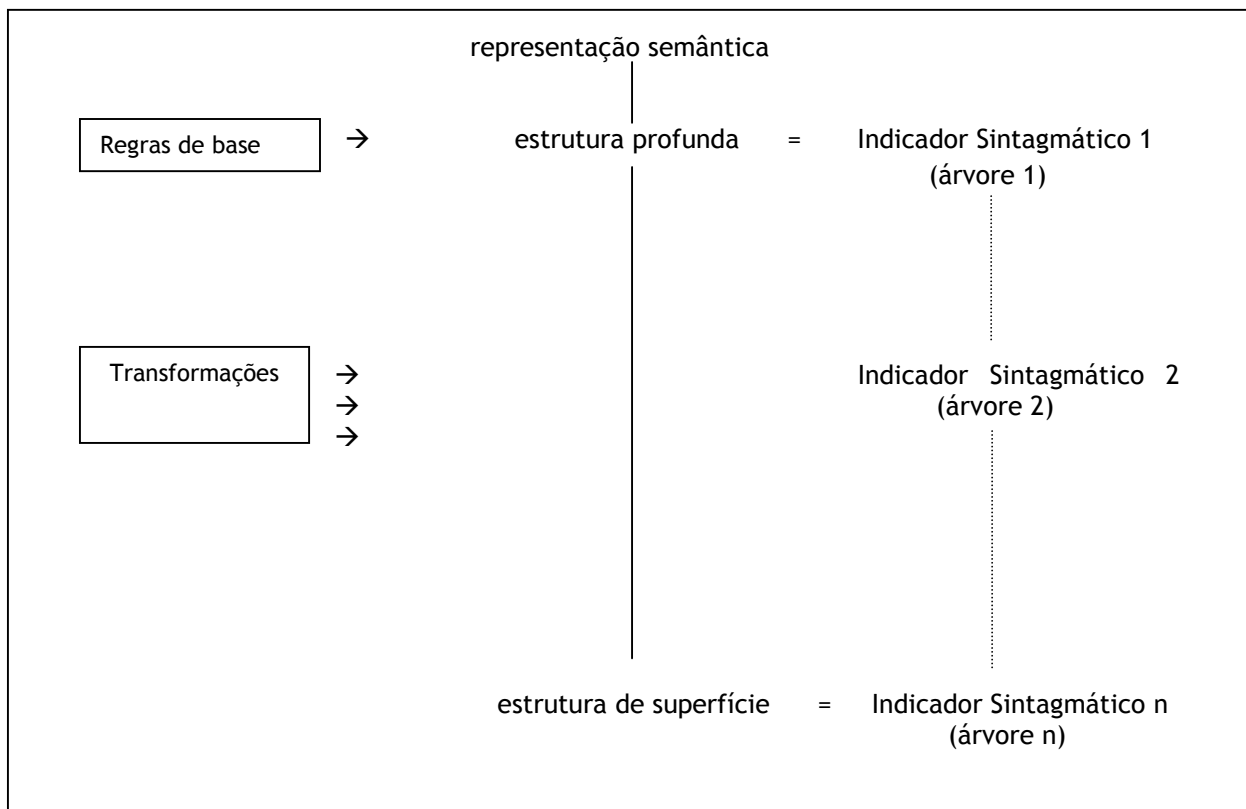
A componente fonológica dum gramática determina a forma fonética dum frase gerada pelas regras sintáticas. [...] A componente semântica determina a interpretação semântica dum frase. Quer dizer, relaciona uma estrutura gerada pela componente sintática com uma determinada representação semântica. Ambas as componentes, a fonológica e a semântica, são portanto [sic] meramente interpretativas. Cada uma utiliza informações fornecidas pela componente sintática, dizendo respeito aos formativos, às suas propriedades inerentes e às suas inter-relações numa dada frase. Conseqüentemente, a componente sintática dum gramática deve especificar, para cada frase, uma **estrutura profunda** que determina sua **interpretação semântica** e uma **estrutura de superfície** que determina a sua **interpretação fonética**. A primeira destas é interpretada pela componente semântica; a segunda, pela componente fonológica ¹⁴¹ [os destaques são nossos].

O diagrama reproduzido por Meireles e Raposo ilustra essa definição, tornando-a mais facilmente compreensível, conforme apresentado na página seguinte:

¹⁴⁰ Id., *Aspectos da teoria da sintaxe*, p. 88-89, 1975.

¹⁴¹ Id., *ibid.*, p. 98, 1975.

Figura 2 - Diagrama de Meireles e Raposo



Em relação ao esquema apresentado, ambos esclarecem:

Este esquema indica que, para cada frase, as regras de base se aplicam para gerar a estrutura profunda respectiva. Sobre esta estrutura profunda aplicam-se, em sucessão, as transformações, derivando outros tantos Indicadores Sintagmáticos intermédios. Depois de aplicada a última transformação obtém-se a estrutura de superfície da frase.¹⁴²

A reflexão acerca do papel das transformações para desvelar a estrutura superficial subjacente a uma dada estrutura profunda torna claro que as regras empregadas na constituição de uma gramática não são suficientes para criar um modelo capaz de constituir, exclusivamente, seqüências gramaticais (frases), ressaltando a relevância da componente semântica que, em Estruturas, Chomsky tentou ignorar. Sobre isso, Meireles e Raposo destacam que:

A componente semântica (conjunto de regras e estruturas que contribuem para a representação semântica) é concebida como uma componente

¹⁴² MEIRELES, José Antônio e RAPOSO, Eduardo Paiva. "Introdução" in Aspectos da teoria da sintaxe, p. 59, 1975.

interpretativa. Isto é, ao contrário da componente sintáctica da gramática, que é uma componente generativa, ou seja, que, a partir de uma categoria gramatical primeira, a Frase, gera as várias estruturas sintácticas já analisadas, a componente semântica, nesta perspectiva, mais não faz do que interpretar a estrutura profunda já gerada pela componente sintáctica, mais especificamente, pelas regras de base. Como se disse atrás, a estrutura profunda, para este efeito, deve não só possuir todos os elementos pertinentes para esta interpretação, mas também formular claramente a relação entre esses elementos que é pertinente para essa mesma interpretação. Isto pressupõe, por outro lado, a existência de uma teoria semântica universal cuja “linguagem” seja independente da “linguagem sintáctica”, e que permita uma representação semântica das frases independentemente da língua a que essas frases pertençam.¹⁴³

O carácter interpretativo da Estrutura Profunda é explorado pela PNL, e é apresentado no tópico 4.2 deste trabalho.

Cabe ressaltar que as terminologias “estrutura profunda” e “estrutura de superfície”, tais como concebidas por Chomsky, referem-se exclusivamente ao contexto da abordagem gerativa, de acordo com um sistema de regras que busca estabelecer relações entre a sintaxe, a fonologia e a semântica. Sua aplicação no âmbito das ciências da linguagem, contudo, deu origem a uma série de mal-entendidos, conforme destaca Pinker:

Quem freqüenta coquetéis sabe que uma das principais contribuições de Chomsky para a vida intelectual é o conceito de “estrutura profunda”, junto com as “transformações” que a convertem numa “estrutura de superfície”. Quando Chomsky introduziu esses termos no ambiente behaviorista de inícios dos anos 60, a reação foi fantástica. Estrutura profunda passou a referir tudo que fosse oculto, profundo, universal ou significativo, e logo em seguida falava-se da estrutura profunda da percepção visual, de histórias, mitos, poemas, pinturas, composições musicais etc. Infelizmente cabe a mim divulgar que a “estrutura profunda” é um artifício técnico prosaico em teoria gramatical. Não é o significado de uma sentença, nem o que todas as línguas humanas têm em comum. Embora a Gramática Universal e estruturas sintagmáticas abstratas pareçam ser os aspectos permanentes da teoria gramatical, muitos lingüistas - inclusive, em seus mais recentes escritos, o próprio Chomsky - acreditam que a estrutura profunda per se é dispensável. Para desestimular todo o tumulto gerado pela palavra “profundo”, os lingüistas agora costumam referir-se a isso como “estrutura -d” [de deep, destaque nosso].¹⁴⁴

¹⁴³ MEIRELES, José Antônio e RAPOSO, Eduardo Paiva. “Introdução” in Aspectos da teoria da sintaxe, p. 61, 1975.

¹⁴⁴ PINKER, Steven. O instinto da linguagem, p. 143, 2002.

Malgrado qualquer distorção semântica, verificaremos adiante¹⁴⁵ a interpretação que os conceitos receberam na elaboração do metamodelo da PNL e na aplicação por meio da modelagem.

3.2.3 Má-formação semântica: homonímia, ambigüidade e a transformação ativa-passiva

O processo de derivação evidencia a relevância de uma possível má-formação semântica quando o modelo sintagmático é aplicado, colocando sob suspeita o caráter universal da já mencionada regra $X \rightarrow Y$ (Frase \rightarrow SN [sintagma nominal] + SV [sintagma verbal = V + SN]), uma vez que, a considerar-se o sentido, nem todas as derivações que obedecem tal regra acabam por constituir frases. Exemplo:

“O general admira a lealdade” (SN [Art + N] + SV [V + SN {Art + N}]) = **frase**
 “A lealdade admira o general” (SN [Art + N] + SV [V + SN {Art + N}]) = **não-frase**

A partir dessa premissa, Chomsky aponta algumas questões relativas:

- a) à transformação de uma frase **afirmativa para o modo interrogativo** (*John likes banana / Does John like banana?*) ou **negativo** em língua inglesa (*John likes banana / John doesn't like banana*), com o uso do verbo auxiliar **to do**, não aplicável ao português;
- b) à transformação da **voz ativa para a passiva**, com o uso da preposição **by** + **verbo auxiliar** (to be) + **particípio passado** (*John admires beauty / Beauty is admired by John*), aplicável à língua portuguesa (John admira a beleza / A beleza é admirada por John);
- c) à homonímia de construção, casos em que uma “determinada seqüência de fonemas é analisada de várias maneiras num nível qualquer”¹⁴⁶, gerando ambigüidade, seja fonológica (ex.: *a name / an aim, son / sun, o mano / humano*) ou estrutural (*João encontrou o rapaz estudando na*

¹⁴⁵ Cf. tópico 4.2.1 “O processo de derivação: Estrutura Superficial, Estrutura Profunda e sua aplicabilidade no metamodelo”.

¹⁴⁶ CHOMSKY, Noam. Estruturas sintáticas, s.d.

biblioteca = João encontrou / o rapaz [*que estava*] estudando na biblioteca ou João encontrou o rapaz / [*quando estava*] estudando na biblioteca).

As questões relativas à má-formação semântica, conforme destacado anteriormente, encontram-se presentes em Estruturas, embora sem respostas até então. No já mencionado capítulo 9, “Sintaxe e semântica”, Chomsky analisa alguns dos argumentos mais frequentemente invocados a favor da dependência entre gramática e sentido:

- d) “dois enunciados são fonologicamente distintos se, e só se, diferirem quanto ao sentido”. O autor observa que há, no entanto, enunciados fonologicamente distintos e idênticos quanto ao sentido (ex.: *bachelor/single man*; semáforo/farol = sinonímia) e enunciados fonologicamente idênticos e diferentes quanto ao sentido (ex.: *bank* – instituição financeira ou margem do rio; manga – fruta ou parte de uma roupa = homonímia);
- e) “os morfemas são os elementos mínimos dotados de sentido”. O linguísta rebate essa afirmação exemplificando com morfemas desprovidos de sentido como “*to*” em “*I want to go*” ou “*did*” em “*Did he come?*” (sem correspondência para a língua portuguesa);
- f) “frases gramaticais são as que têm significado semântico”. Essa abordagem foi criticada à medida que, em Estruturas, o autor defendia que um enunciado como “Incolores idéias verdes dormem furiosamente” poderia ser considerado gramaticalmente correto;
- g) “a relação gramatical sujeito-verbo (SN-SV) corresponde ao ‘sentido estrutural’ geral actor-acção”. Chomsky aponta a insustentabilidade da afirmação pelos seguintes exemplos.: “John recebeu uma carta” (**alguém** escreveu uma carta) ou “O combate cessou” (**os guerreiros** pararam de lutar);

- h) “a relação gramatical verbo-objecto (Verbo-SN) corresponde ao sentido estrutural acção-objectivo ou acção-objecto da acção”. Tal afirmação é refutada pelos seguintes exemplos: “Perdi o trem” ou “Ignorarei sua incompetência”;
- i) “uma frase activa e sua correspondente passiva são sinônimas”. Para rebater o pressuposto, Chomsky vale-se de um exemplo, em suas próprias palavras, “quantificado”: “*Everyone in the room knows at least two languages*”, e o correspondente na voz passiva “*At least two languages are known by everyone in the room*”¹⁴⁷ (explica o autor que existe diferença de sentido em “Todas as pessoas da sala falam pelo menos duas línguas”, supostamente verdadeira, em contraposição a “Duas línguas são faladas por todas as pessoas da sala”, que pode ser falsa à medida que uma pessoa fale exclusivamente espanhol e italiano e, uma outra, fale apenas francês e alemão (nesse caso, já somariam quatro as línguas faladas por todas as pessoas da sala, não apenas duas).

Apesar das conjecturas apresentadas, o autor conclui que “não podemos, todavia, ignorar o facto de que existem correspondências entre traços formais e semânticos. Estas correspondências deverão ser estudadas numa teoria mais geral da linguagem, que inclua, como subpartes, uma teoria da forma lingüística e uma **teoria do uso da língua**”¹⁴⁸ [destaque nosso].

Cabe avaliar se tal proposta foi acatada pela PNL.

3.3 Alguns problemas residuais: as fronteiras entre a sintaxe e a semântica e a estrutura do léxico

No último capítulo de Aspectos, homônimo a este tópico, Chomsky apresenta alguns conceitos relativos à **gramaticalidade** (avaliação do falante acerca da boa formação de frases segundo as regras gramaticais de sua língua) e às **entradas lexicais** (conjunto de traços sintáticos, fonológicos e semânticos),

¹⁴⁷ CHOMSKY, Noam. Estruturas sintácticas, p. 103-110, s.d.

¹⁴⁸ Id., *ibid.*, p.111.

oportunamente reinterpretados na abordagem de Bandler e Grinder quando da concepção do metamodelo, conforme verificaremos na análise comparativa, a partir do capítulo 4. Em relação à abordagem limítrofe entre a sintaxe e a semântica, Chomsky examina também os efeitos da paráfrase, comparação, nominalização, construção causativa e reflexivização, explorados também pelo metamodelo da PNL¹⁴⁹.

3.3.1 Gramaticalidade: regras e desvios

Como visto anteriormente, uma gramática constitui um conjunto de regras que orientam as entradas lexicais, limitando-as a certos contextos. Casos de violação dessas regras produzem frases como:

1. *John found sad* (John encontrou triste)
John compelled (John compeliu)
John persuaded great authority to Bill
 (John persuadiu grande autoridade a Bill)

2. *Colorless green ideas sleep furiously*
 (Incolores idéias verdes dormem furiosamente)
Golf plays John (Golfe joga João)
The boy may frighten sincerity (O rapaz pode assustar a sinceridade)

Conforme destaca Chomsky, tanto seqüências como as exemplificadas em (1), que violam regras de subcategorização estrita, quanto seqüências como (2), que violam regras de selecção, são desviantes. Nesse sentido, destaca:

No entanto, o tipo de desvio ilustrado em (2) é muito diferente daquele ilustrado em (1). As frases que violam regras de selecção podem ser interpretadas muitas vezes metaforicamente (particularmente, como personificações – cf. Bloomfield, 1963) ou alusivamente, de um modo ou de outro, se for fornecido um contexto apropriado de maior ou menor complexidade. Isto é, estas regras são aparentemente interpretadas por uma analogia directa com frases bem construídas que respeitam as regras de selecção em questão. É evidente que seria necessário proceder de um modo inteiramente diferente se fossemos [sic] forçados a atribuir uma interpretação a frases que violam regras de subcategorização estrita, por exemplo, as frases de (1).¹⁵⁰

¹⁴⁹ Cf. tópico 3.3.2 “Gramática e semântica: efeitos da paráfrase, comparação, reflexivização, nominalização e construção causativa”.

¹⁵⁰ CHOMSKY, Noam. Aspectos da teoria da sintaxe, p. 241, 1975.

O lingüista observa que frases bem formadas, como nos exemplos a seguir, não necessitam de qualquer tipo de interpretação:

3. *Revolutionary new ideas appear infrequently*
(Revolucionárias novas idéias aparecem raramente)
John plays golf (John joga golfe)
Sincerity may frighten John (A sinceridade pode assustar John)

Em nota explicativa, o autor destaca que o grau de gramaticalidade não está diretamente relacionado à capacidade de uma gramática gerar apenas frases adequadas, que se encaixem na descrição estrutural por ela estabelecida, e que suas derivações também devem ser consideradas:

[...] a gramática gera directamente a língua constituída exclusivamente pelas frases que não desviam de nada da gramaticalidade (como(3)), com as suas descrições estruturais. A gramática gera de modo derivado todas as outras seqüências (como (1) e (2)), com as suas descrições estruturais. Estas descrições estruturais indicarão o modo e o grau de desvio das frases geradas de modo derivado.¹⁵¹

Chomsky também observa que podem ocorrer desvios ainda que se use o mesmo traço de seleção. Por exemplo, a entrada lexical de um adjetivo em uma frase como: *A very [adjetivo] person appeared* (Uma pessoa muito [adjetivo] apareceu), nem sempre apresentará um grau satisfatório de gramaticalidade, conforme os exemplos:

4. *A very frightening [amusing / charming] person appeared.*
Uma pessoa muito assustadora [divertida / encantadora] apareceu.
5. *A very walking [hitting] person appeared.*
Uma pessoa muito “andante” [“batedora”] apareceu.

Em (4), o grau de gramaticalidade é satisfatório; em (5), com a mesma entrada lexical (adjetivo, no que tange à sintaxe), é insatisfatório. O mesmo acontece nas entradas lexicais dos seguintes exemplos:

6. *John frightened sincerity* (John assustou a sinceridade).

¹⁵¹ CHOMSKY, Noam. Aspectos da teoria da sintaxe, p. 241, 1975.

7. *It is nonsense to speak of frightening sincerity*
(É absurdo falar em assustar a sinceridade).
8. *Sincerity is not the sort of thing that can be frightening*
(A sinceridade não é o tipo de coisa que possa ser assustadora).

Enquanto em (6) o grau de gramaticalidade é insatisfatório, em (7) e (8) é perfeitamente aceitável. Sobre isso, Chomsky observa que:

Os exemplos como os de [7 e 8] não apresentam um argumento particularmente forte para remover as regras de selecção da componente sintáctica e atribuir sua função às regras semânticas interpretativas. No entanto, se esta última solução for escolhida, então [6, 7 e 8] serão gerados directamente por regras sintácticas, e, pelo menos em casos como estes, a relação de gramaticalidade com o desvio intuitivo será, portanto, muito mais próxima. Isto poderia ser apresentado como uma ligeira consideração a favor da decisão de eliminar as regras de selecção sintáctica, e de modificar a teoria da componente semântica de maneira a poder acomodar estes fenómenos.¹⁵²

Seguindo seu raciocínio sobre a questão das entradas lexicais, voltando-se mais especificamente ao sistema de “definições de dicionário”, o lingüista aponta “dois grandes problemas” abertos à investigação:

Em primeiro lugar, é importante determinar as restrições universais, independentes das línguas, sobre os traços semânticos – em termos tradicionais, o sistema de conceitos possíveis. A própria noção de “entrada lexical” pressupõe um determinado tipo de vocabulário fixo, universal, em termos do qual estes objectos são caracterizados, do mesmo modo que a noção “representação fonética” pressupõe um tipo determinado de teoria fonética universal. É certamente a nossa ignorância dos factos psicológicos e fisiológicos que torna possível a crença largamente espalhada de que o sistema de “conceitos acessíveis” é pouco estruturado ou mesmo a priori não estruturado. Além disso, e completamente à parte da questão das restrições universais, parece óbvio que, em qualquer sistema lingüístico dado, as entradas lexicais entram em relações semânticas intrínsecas de um tipo muito mais sistemático do que o sugerido pelo que foi dito até agora.¹⁵³

Um pouco adiante, complementa seu pensamento acerca dos desvios de selecção e a componente semântica, destacando que:

Como Katz e Fodor sublinharam, é evidente que o sentido de uma frase se baseia no sentido das suas partes elementares e no modo como se combinam. É também evidente que o modo de combinação apresentado pela estrutura de superfície (de constituintes imediatos) é, em geral, quase totalmente não pertinente para a interpretação semântica, ao passo que as relações

¹⁵² CHOMSKY, Noam. *Aspectos da teoria da sintaxe*, p. 250-251, 1975.

¹⁵³ Id., *ibid.*, 252-253.

gramaticais expressas na estrutura profunda abstracta são, em muitos casos, precisamente aquelas que determinam o sentido de uma frase.¹⁵⁴

3.3.2 Gramaticalidade e semântica: efeitos da paráfrase, comparação, reflexivização, nominalização e construção causativa

Para ilustrar a afirmação anterior, Chomsky toma como exemplo a paráfrase, examinando os casos em que a relação de sentido pode ser formulada em termos transformacionais:

9. i. *John strikes me as pompous / I regard John as pompous*
 ii. John me parece pomposo / Eu considero John pomposo)
 iii. *I liked the play / The play pleased me*
 (Eu gostei da peça / A peça agradou-me)

10. *John is easy for us to please / It is easy for us to please John*
 (John é fácil de ser agradado por nós / É fácil para nós agradar John)
It was yesterday that he came / He came yesterday
 (Foi ontem que ele veio / Ele veio ontem)

O autor ainda observa que:

No caso de [10] as estruturas profundas das frases associadas são idênticas em todos os aspectos pertinentes para a interpretação semântica, tal como a estamos a considerar aqui, de modo que a análise transformacional explica a sinonímia (cognitiva). Contudo, isto não parece ser verdade no caso de [9]. Por exemplo, no caso de [9i], embora as estruturas profundas mostrem que “pompous” modifica “John” em ambas as frases do par, não exprimem as relações dos dois Nomes com o Verbo, que são (num sentido obscuro) as relações semanticamente significativas. Assim, num certo sentido, a relação de “John” com “strike” é a mesma que a de “John” com “regard”, e a relação de “strike” com “me” é a mesma de “regard” com “I”. Não possuímos nenhum mecanismo para formular este facto, e, logo, para explicar a relação de sentido, em termos de traços lexicais ou de relações gramaticais da estrutura profunda. Conseqüentemente, parece que, para além das noções de estrutura de superfície (como “sujeito gramatical”) e de estrutura profunda (como “sujeito lógico”), existe uma noção ainda mais abstracta de “função semântica”, ainda inexplicada. Alguns dispositivos para formular estes factos saltam à vista, mas o problema geral não me parece trivial.¹⁵⁵

Com relação à idéia de “sujeito gramatical” em contraposição à de “sujeito lógico”, Chomsky destaca, em nota explicativa, que John é o “sujeito

¹⁵⁴ CHOMSKY, Noam. *Aspectos da teoria da sintaxe*, p. 254, 1975.

¹⁵⁵ Id., *ibid.*, p. 255-256

gramatical” de *strikes* na estrutura profunda de “*John strikes me as pompous / John me parece pomposo*”.

Enfatiza também que tal construção gramatical não deixa isso óbvio, porque existe uma estrutura anterior, implícita e subjacente (*It strikes me that John is pompous / Parece-me que John é pomposo*), que deveria submeter-se a uma transformação a fim de produzir a frase “*John strikes me as pompous*”, para a qual “*I / me*” figura como “sujeito lógico” (uma vez que é a mim que John parece pomposo).

Observa o autor ainda que frases com tal estrutura não admitem passivização: “John foi achado pomposo por mim” encerra um desvio incompatível com a noção de gramaticalidade apresentada anteriormente.

Ainda em relação à estrutura do léxico, Chomsky aborda a questão relativa às construções comparativas. Tomando por exemplo:

11. *John is more clever than Bill* (John é mais inteligente que Bill).

No exemplo acima, é possível destacar a omissão de um Indicador Sintagmático subjacente, como em:

12. *John is more clever than Bill [is clever]* (John é mais inteligente do que Bill [é inteligente])

Nesse caso, fica claro o caráter recuperável do apagamento, uma vez que, na transformação, ocorre uma operação de rasura, conforme definido por Chomsky, segundo a qual um termo Y da análise é substituído por um termo X, desde que X permaneça intacto.

Para melhor ilustrar a aplicação da regra, basta empregá-la no exemplo acima, em que X (*is... clever*) e Y (*is clever*) são destacados em negrito (sendo Y em itálico): *John is more clever than Bill [is clever]*. “Diremos (...) que uma operação de rasura pode usar o termo X para apagar Y contanto que X e Y sejam idênticos”¹⁵⁶, resume o autor.

¹⁵⁶ CHOMSKY, Noam. Aspectos da teoria da sintaxe, p. 235, 1975.

Considerando um outro exemplo, um pouco mais complexo:

13. *I know several more successful lawyers than Bill [which is a lawyer]*

Eu conheço vários advogados mais bem sucedidos que Bill [que é advogado], Chomsky conclui:

Estas observações sugerem que pode não ser correcto considerar um formativo simplesmente como um conjunto de traços, alguns inerentes e alguns adicionados por transformação e como uma consequência da inserção num Indicador Sintagmático. Em particular, a partir de exemplos como estes, parece que os traços adicionados a um formativo por transformações de concordância não fazem parte do formativo no mesmo sentido daqueles que lhe são inerentes ou daqueles que adopta quando entra num Indicador Sintagmático. Assim, no caso da transformação relativa, a pluralidade do Nome (que é um traço que o Nome adopta quando entra num Indicador Sintagmático) é um traço que tem de ser considerado quando se determina se esse Nome é idêntico a outro Nome, tal como acabamos de ver. Contudo, no caso dos Adjectivos [ex.11] e da cópula (também dos Verbos, que entram em regras similares) os traços flexionais que são adicionados por transformações de concordância não são aparentemente considerados quando se determina se o item em questão é estritamente idêntico a qualquer outro item.¹⁵⁷

A questão do apagamento fica ainda mais evidente quando são comparados traços de naturezas diferentes, como em:

14. *John is as sad as the book he read yesterday*

(John é tão triste quanto o livro que leu ontem)

15. *Is Brazil as independent as the continuum hypothesis?*

(É o Brasil tão independente quanto à hipótese do contínuo?)

Nesse sentido, Chomsky observa que:

É evidente que estas frases são desviantes e devem ser marcadas como tal numa gramática descritivamente adequada. Em cada um dos casos, os itens apagados distinguem-se dos itens com os quais são comparados pelos traços de selecção. [...] Contudo, ao introduzirmos exemplos deste tipo, tocamos em problemas de homonímia e de extensão de sentido, os quais estão neste momento envolvidos em tal obscuridade que não é possível deles tirar qualquer conclusão.¹⁵⁸

Quanto ao apagamento, no entanto, afirma que:

Em resumo, parece que somos levados à conclusão de que aquilo que está em jogo no apagamento, é a não-distinção, e não a identidade estrita, e de que

¹⁵⁷ CHOMSKY, Noam. *Aspectos da teoria da sintaxe*, p. 274, 1975.

¹⁵⁸ Id., *ibid.*, p. 278.

apenas aqueles traços de um formativo que são inerentes ou à sua entrada lexical ou à posição da frase em que é inserido devem ser considerados na determinação da não-distinção. Formalmente, podemos dizer que um formativo deve ser considerado como um par de conjuntos de traços, sendo um membro formado por traços “inerentes” da entrada lexical ou da posição de frase, e sendo o outro membro formado por traços “não-inerentes” introduzidos por transformação. O princípio geral para as operações de rasura, é, portanto, o seguinte: um termo X da análise própria pode ser utilizado para rasurar um termo Y da análise própria apenas no caso em que a parte inerente do formativo X for não-distinta da parte inerente do formativo Y. Mas repare-se que é perfeitamente natural chegar a esta decisão. A intuição original que motivou esta condição era a de que os apagamentos deveriam, nalgum sentido, ser recuperáveis; e os traços não inerentes do formativo são precisamente aqueles que são determinados pelo contexto, logo que são recuperáveis mesmo se forem apagados. Do mesmo modo, é natural fundamentar a operação sobre a não-distinção mais do que sobre a identidade, porque os traços não especificados nas estruturas subjacentes (como o número, na posição de predicado) também não trazem nenhuma contribuição independente à interpretação da frase, sendo essencialmente adicionados por regras de redundância, e sendo, na realidade, simplesmente um reflexo do contexto. Assim, eles são recuperáveis na medida em que o contexto que os determinou está ainda presente na seqüência depois do apagamento do item em questão. Logo, a condição em itálico formaliza um sentido muito mais razoável da expressão “natureza recuperável do apagamento.”¹⁵⁹

O apagamento também está presente na operação de **reflexivização**, como em “*I hurt myself*” = “*I hurt I*”. Convém observar que tal operação é somente aplicável entre dois itens referenciais estritamente idênticos (como *I* e *myself*). “Note-se (...) que a regra de reflexivização nem sempre se aplica (...), ainda que os dois Nomes sejam rigorosamente idênticos e portanto coreferentes [sic]”¹⁶⁰, explica Chomsky.

O autor ainda exemplifica que em “*I kept it near me* (Eu conservei-o próximo a mim)”, os referenciais *I* e *me* não se apresentam como co-referentes, pois *me* refere-se àquilo (*it*) que foi conservado. Isso já não ocorre em “*I aimed it at myself* (Eu apontei-o para mim)”

Ainda em relação ao processo de derivação, Chomsky destaca algumas questões exploradas no metamodelo da PNL. Uma delas refere-se às transformações de **nominalização**, que produzem frases como: “*Their destruction of the property* (Sua destruição da propriedade)” ou “*Their refusal to participate* (Sua recusa em participar)”

¹⁵⁹ CHOMSKY, Noam. *Aspectos da teoria da sintaxe*, p. 276-277, 1975.

¹⁶⁰ Id., *ibid.*, p. 236.

A derivação sobre o Indicador Sintagmático resultaria em “*They destroy the property* (Eles destroem a propriedade)” e “*They refuse to participate* (Eles recusam-se a participar)”. Em casos dessa natureza, segundo o lingüista, o Sintagma Predicativo nominalizado ocupa a posição de Nome, enquanto o Nome – *refusal* – adquire a posição de Verbo, na medida em que deriva da seqüência subjacente “*they refuse*”.

Nesses exemplos, bem como no mencionado em (3), “*Sincerity may frighten John* (A sinceridade pode assustar John)”, a transformação gera um “Predicado defeituoso”. O sintagma *sincerity* aparece como um SN gerado a partir da frase subjacente “SN-*is-sincere*”, resultando nas formas possíveis “*John is sincere* (John é sincero)” e/ou “*John’s sincerity* (A sinceridade de John)”.

Também em relação à formação de palavras a partir de um dado radical, nem sempre é possível chegar a regras por meio do processo de derivação, conforme ilustrado por exemplos selecionados, tais como: *horror, horrid, horrify; terror, terrid, terrify*; ou *candor, candid, candify*.

Em português, segundo apontam Meireles e Raposo, poderiam ser encontradas correspondências em horror, hórrido, horrendo, horrífico, horroroso, horrorizar; terror, terrífico, terrorizar; mas não em térrido, terrendo, terroroso; existem também aterrorizar, terrorista, terrorismo, série sem similar no núcleo de “horror”, mas não ahorrizar, horrorista, horrorismo. Existem ainda candor, candura, cândido, candidez, mas não candorizar, candorismo, candorista, candífico.

Sobre o assunto, destaca Chomsky:

Nestes casos, não existem regras com alguma generalidade que produzam os itens derivados, como existem no caso de *sincerity, destruction, etc.* Logo, parece que estes itens têm que ser introduzidos no léxico directamente. Contudo, esta conclusão é muito pouco feliz, na medida em que é importante, tanto do ponto de vista da interpretação semântica como do ponto de vista da interpretação fonológica, que uma estrutura interna seja representada nestas palavras. O seu sentido é, até certo ponto, claramente predizível (ou pelo menos limitado) pelas propriedades semânticas inerentes dos morfemas que elas contêm, e é fácil mostrar que é necessário atribuir a estes itens uma estruturação interna se quisermos que as regras fonológicas se apliquem correctamente ao formarem as suas representações fonéticas. [...]

Este dilema é típico de uma larga classe de exemplos com graus de produtividade variáveis, e sua solução não é de modo nenhum clara; na realidade, nem sequer é evidente que se possa chegar a qualquer solução não-ad hoc. Talvez se deva considerar que as lacunas são acidentais, pelo menos nalguns destes casos, e incorporar na gramática regras muito gerais que permitam os casos não ocorrentes bem como os casos reais. Em alternativa, talvez seja necessário alargar a teoria do léxico de modo a permitir uma certa “computação interna”, em lugar da aplicação simples da regra lexical.¹⁶¹

Chomsky aponta ainda na direção de uma possível “**construção causativa subjacente**”. Um exemplo por ele selecionado, “*It frightens John* (Isso assusta John)”, derivaria da estrutura subjacente “*It makes John afraid* (Isso faz John amedrontado)” que, por sua vez, derivaria da estrutura abstrata subjacente do tipo “*John is afraid* (John está amedrontado)”¹⁶².

Seguindo essa linha de raciocínio, o linguísta amplia a lista de exemplos incluindo verbos como *enrage* e *clarify* (enfurecer, esclarecer). A partir deles, temos: *It enrages / clarifies John* (Isso enfurece / esclarece John) → *It makes John enrage / clarify* (Isso torna John furioso / esclarecido)” [primeira derivação] → *John is enraged/clarified* (John está furioso / esclarecido) [segunda derivação].

Uma vez apresentados os conceitos originais segundo a visão chomskyana, é possível empreender a comparação, visando esclarecer como tais termos foram interpretados pelos criadores da PNL.

¹⁶¹ CHOMSKY, Noam. Aspectos da teoria da sintaxe, p. 281, 1975.

¹⁶² Os tradutores Meireles e Raposo observam que, medo, em português, funciona como Substantivo; diferentemente do inglês, em que funciona como Adjetivo.

4. ANÁLISE COMPARATIVA DOS CONCEITOS DA GRAMÁTICA GERATIVO-TRANSFORMACIONAL ADAPTADOS AO METAMODELO

Neste capítulo, empreendemos uma análise comparativa dos conceitos da Gramática Gerativo-transformacional, apontados no capítulo anterior, com os empregados na constituição do metamodelo da PNL.

Enfocamos a adaptação da derivação aos processos de “Eliminação”, “Distorção” e “Generalização” relacionados à modelagem; apresentamos a definição de tais processos e a possível intervenção do terapeuta, mediante a aplicação de sucessivas transformações, para a recuperação da Estrutura Profunda de enunciados “eliminados” (com partes ausentes), “distorcidos” ou “generalizados”.

Destacamos, por fim, a relação estabelecida por Bandler e Grinder entre os conceitos de “Boa-Estruturação Semântica” – baseada na Gramática Gerativo-transformacional – e “Boa-Estruturação em Terapia”, em consonância com o metamodelo.

4.1 A Gramática Gerativo-transformacional na visão de Bandler e Grinder

Buscando elaborar um metamodelo, Bandler e Grinder afirmam ter tomado como modelo a gramática transformacional¹⁶³, conforme concebida por Chomsky. O metamodelo da PNL busca, por meio da exploração da linguagem, oferecer ao indivíduo um enfoque terapêutico visando a um modelo de mundo mais amplo, que permita ao paciente alcançar novas interpretações semânticas em relação a suas experiências.

Sobre o assunto, afirmam os autores que “a terapia bem sucedida envolve modificações”. Justificam ainda que “o metamodelo, adaptado do modelo transformacional de linguagem, fornece um método explícito para compreensão e modificação dos modelos empobrecidos dos pacientes”¹⁶⁴. E complementam que:

¹⁶³ Cf. nota 47, tópico 1.2 “Objetivos da PNL”

¹⁶⁴ BANDLER, Richad e GRINDER, John. A estrutura da magia I, p. 82, 1977.

O metamodelo que estamos apresentando é, em grande parte, inspirado pelo modelo formal desenvolvido na lingüística transformacional. Já que o modelo transformacional foi criado para responder a questões que não estão imediatamente ligadas ao modo pelo qual os humanos se modificam, nem todas as porções dele são igualmente úteis na criação de um metamodelo para terapia. Assim, adaptamos o modelo, selecionando apenas as partes relevantes para nossas finalidades e ordenando-as em um sistema adequado aos nossos objetivos em terapia.¹⁶⁵

Cabe, pois, examinar a interpretação dos autores acerca de alguns conceitos fundamentais do modelo transformacional e, onde aplicável, sua adaptação e adequação ao metamodelo.

No capítulo 2 da obra A estrutura da magia I, intitulado “A estrutura da linguagem”, os criadores da PNL expõem resumidamente sua interpretação sobre a abordagem chomskyana no tocante à criação de uma gramática universal, destacando que:

A linguagem serve como um sistema representativo para nossas experiências. Nossas experiências possíveis, enquanto humanos, são tremendamente ricas e complexas. Se a linguagem é adequada a preencher sua função como um sistema representativo, ela própria precisa fornecer um conjunto rico e complexo de expressões para representar nossas experiências possíveis. Os gramáticos transformacionais reconheceram que abordar o estudo dos sistemas das línguas naturais por meio do estudo direto deste conjunto rico e complexo de expressões tornaria sua tarefa homérica*. Escolheram estudar não as expressões em si, mas as regras para a formação destas expressões (sintaxe). Os gramáticos transformacionais fazem a suposição simplificada de que as regras para a formação deste conjunto rico de expressões podem ser estudadas independentemente do conteúdo.¹⁶⁶

Em relação à intuição lingüística própria do falante nativo, presente no modelo da gramática transformacional, Bandler e Grinder postulam que:

[...] as pessoas têm intuições coerentes sobre a língua que falam” ainda que “comumente não [estejamos] conscientes do processo de seleção das palavras para representar nossa experiência. Quase nunca estamos conscientes do modo pelo qual ordenamos e estruturamos as palavras que selecionamos. [...] Embora tenhamos pouca ou nenhuma consciência do modo pelo qual

¹⁶⁵ BANDLER, Richad e GRINDER, John. A estrutura da magia I, p. 65, 1977.

¹⁶⁶ Id., *ibid.*, p. 45-46. * Coerente com o conceito de língua apresentado por Chomsky como um conjunto – finito ou infinito – de frases de extensão finita construídas a partir de um conjunto de elementos (fonologia, léxico, sintaxe, etc.). Cf. nota 47, tópico 1.2 “Objetivos da PNL”

formamos nossa comunicação, nossa atividade — o processo de usar a linguagem — é altamente estruturada.¹⁶⁷

De onde concluem:

Os gramáticos transformacionais criaram um modelo que representa esse comportamento governado por regras — essas intuições coerentes sobre as frases. O modelo formal em lingüística fornece uma solução quanto a se um determinado grupo de palavras, por exemplo, é ou não uma frase. O modelo transformacional representa também outros tipos de intuições lingüísticas. Já que o modelo é uma descrição do comportamento humano governado por regras, o modo pelo qual determinamos se as regras do modelo se ajustam ou não é examinando-as em relação às intuições dos falantes nativos — intuições acessíveis a todo falante nativo. [...] O propósito do modelo transformacional da linguagem é representar os padrões nas intuições que temos sobre nosso sistema de linguagem.¹⁶⁸

Assim, a partir do modelo proposto por Chomsky, baseado na criação de um sistema para o estudo das línguas, Bandler e Grinder propõem a adaptação das regras ali apresentadas visando à criação de um conjunto de regras aplicáveis ao estudo do comportamento humano; conforme observam:

Dizer que a comunicação e a linguagem são um sistema é dizer que elas têm estrutura, que existe algum conjunto de regras que identifica qual seqüência de palavras fará sentido, representará um modelo de nossa experiência. Em outras palavras, nosso comportamento, quando está criando uma representação, ou quando está comunicando, é o comportamento governado por regras. Mesmo que não estejamos conscientes da estrutura no processo de representação e comunicação, essa estrutura, a estrutura da linguagem, pode ser entendida em termos de padrões regulares.

Felizmente, há um grupo de teóricos que fez da descoberta e da declaração explícita destes padrões o assunto de seu estudo, a gramática transformacional. De fato, os gramáticos transformacionais desenvolveram o mais completo e sofisticado modelo explícito do comportamento humano governado por regras. A noção de comportamento humano governado por regras é a chave para a compreensão do modo pelo qual nós, humanos, usamos a linguagem.¹⁶⁹

Referindo-se aos exemplos extraídos *ipsis litteris* de Chomsky em Estruturas sintáticas (1. “*Colorless green ideas sleep furiously*” e 2. “*Furiously sleep ideas green colorless*”), os criadores da PNL destacam:

¹⁶⁷ BANDLER, Richard e GRINDER, John. A estrutura da magia I, p. 46 e 43, 1977.

¹⁶⁸ Id., *ibid.*, p. 46-47.

¹⁶⁹ Id., *ibid.*, p. 44.

Muito embora haja algo de estranho quanto ao primeiro grupo de palavras, as pessoas reconhecem que, de certo modo, é gramatical ou bem formado, o que não o é o segundo grupo. O que estamos aqui demonstrando é que **as pessoas têm intuições coerentes sobre a língua que falam**. Por intuições coerentes, queremos dizer que a mesma pessoa posta diante do mesmo grupo de palavras hoje, e novamente um ano após esta data, fará os mesmos julgamentos sobre se elas são uma frase bem estruturada de sua língua. Além disso, falantes nativos diferentes farão os mesmos julgamentos sobre se o mesmo grupo de palavras é uma frase ou não. Esta capacidade [intuitiva e coerente] é um exemplo clássico do comportamento humano governado por regras. Embora não estejamos conscientes de como somos capazes de nos comportar coerentemente [de acordo com o que falamos/pensamos – ou seja, de acordo com nossa fala/linguagem], ainda assim o fazemos¹⁷⁰ [destaque nosso].

Mediante os trechos selecionados, é possível observar que o caráter intuitivo da linguagem e a sistematização das línguas por meio do modelo proposto pela gramática transformacional foram interpretados por Bandler e Grinder de acordo com os conceitos originais propostos por Chomsky¹⁷¹.

O metamodelo da PNL, visando à criação de um sistema que permita ao paciente vislumbrar, mediante seu discurso, novas opções de comportamento, baseia-se, pois, no modelo lingüístico da gramática transformacional, segundo a qual o ser humano seria capaz de distinguir, intuitiva e coerentemente, entre frases bem formadas ou não.

Da mesma maneira, segundo os autores, o paciente seria capaz de escolher, por meio do metamodelo, dentre várias opções de comportamento reveladas pelas possíveis interpretações semânticas extraídas a partir de suas enunciações, aquelas apropriadas a uma dada situação em detrimento de outras consideradas inadequadas.

Seguimos examinando a adaptação empreendida pelos autores de outras “partes relevantes” por eles selecionadas a partir dos conceitos da teoria chomskyana.

¹⁷⁰ BANDLER, Richard e GRINDER, John. *A estrutura da magia I*, p.46 e 43, 1977.

¹⁷¹ Cf. tópico 3.2.1 “Estrutura sintagmática”, itens (a), (b) e (c).

4.2 Metamodelo e derivação

O metamodelo, principal ferramenta da PNL utilizada para proporcionar uma variada gama de escolhas ao Sujeito falante, tem origem no processo de derivação, conforme apresentado pela Gramática Gerativo-transformacional. Examinamos, a seguir, a adaptação empreendida por Bandler e Grinder a partir do modelo lingüístico-semântico para o enfoque terapêutico, para a adoção de novos comportamentos.

4.2.1 O processo de derivação: Estrutura Superficial, Estrutura Profunda e sua aplicabilidade no metamodelo da PNL

Bandler e Grinder utilizam os conceitos de **Estrutura Superficial** e **Estrutura Profunda** da Gramática Gerativo-transformacional na formulação do metamodelo, de modo a proporcionar ao paciente, como resultado final, um modelo de mundo “mais rico”; isso à medida que o processo de derivação revela ao indivíduo novas informações a partir de indagações adequadas acerca de uma dada enunciação por ele proferida. Segundo seu entendimento,

[...] cada frase, dentro do modelo transformacional, é analisada em dois níveis de estrutura, correspondentes a dois tipos coerentes de intuições que os falantes nativos têm: Estrutura Superficial – na qual se dá uma representação de estrutura em árvore às suas intuições sobre a estrutura coerente – e Estrutura Profunda – na qual se dão suas intuições, sobre o que é uma representação completa das relações semânticas lógicas. Já que o modelo dá duas representações para cada frase (Estrutura Superficial e Estrutura Profunda), os lingüistas têm o encargo de expor, explicitamente, como estes dois níveis se ligam. O modo pelo qual eles representam esta ligação é um processo ou derivação que é uma série de transformações.¹⁷²

Por meio de sucessivas transformações de um enunciado – proposto inicialmente pelo paciente, em Estrutura Superficial – constitui-se um conjunto de frases bem-estruturadas em sua língua nativa. Esse conjunto de frases, quando adequadamente estruturado, poderá proporcionar ao paciente outras interpretações sobre seus pensamentos e ações, contribuindo para a expansão

¹⁷² BANDLER, Richard e GRINDER, John. A estrutura da magia I, p. 51, 1977.

de seu modelo de mundo a partir do acervo de suas próprias experiências, mediante novas escolhas, o que lhe permitirá adotar novos comportamentos.

Os autores definem **transformação** como “uma exposição explícita de um tipo de padrão que os falantes nativos reconhecem dentre as frases de sua língua”, e **derivação** como “uma série de transformações que liga a Estrutura Superficial à Estrutura Profunda”¹⁷³. As interpretações dos conceitos de **Estrutura Profunda**, **Estrutura Superficial**, **transformação** e **derivação**, quando comparadas com os propostos originalmente por Chomsky para a Gramática Gerativo-transformacional, apresentam correspondência¹⁷⁴.

Baseando-se nas trocas verbais que ocorrem entre paciente e terapeuta na maioria das formas de terapia, o objetivo final que ambos almejam pode ser definido como a busca de mudanças de padrões/comportamentos considerados inadequados e/ou indesejáveis por parte do paciente. Como enfatizam os criadores da PNL:

Uma das características comuns do encontro terapêutico é que o terapeuta tenta descobrir para que o paciente veio à terapia; o que o paciente quer modificar. Em nossos termos, o terapeuta está tentando descobrir que modelo de mundo tem o paciente. Quando os pacientes comunicam seus modelos, o fazem em Estruturas Superficiais. [...] A maneira pela qual o paciente utiliza a linguagem para comunicar seu modelo/representação está sujeita aos processos universais da modelagem humana, tal como [a] eliminação [dentre outros descritos a partir dos tópicos subseqüentes]. A própria Estrutura Superficial é uma representação da representação lingüística completa da qual derivou – a Estrutura Profunda.¹⁷⁵

De acordo com os autores, um modelo “enriquecido” de mundo é capaz de desvelar – a partir da Estrutura Superficial – um novo sentido, que permite vislumbrar outros aspectos (conseqüentemente, possíveis soluções), alcançando a Estrutura Profunda – ante uma situação conflitante (problema). Para viabilizar tais mudanças, visando à passagem de um modelo “empobrecido” de mundo para sua versão mais ampla, Bandler e Grinder sugerem a recuperação dos conteúdos subjacentes às mensagens expressas pela Estrutura Superficial:

¹⁷³ BANDLER, Richard e GRINDER, John. *A estrutura da magia I*, p. 51, 1977.

¹⁷⁴ Cf., respectivamente, tópicos 3.2.2 “Estrutura Profunda e Estrutura Superficial” (nota 137) e 3.2.1 “Estrutura sintagmática”

¹⁷⁵ Id., *ibid.*, p. 65-66.

No caso onde [sic] o processo lingüístico de eliminação¹⁷⁶ ocorreu, a descrição verbal resultante – a Estrutura Superficial – está necessariamente ausente para o terapeuta. Este pedaço também pode estar ausente do modelo consciente que o paciente tem do mundo. Se faltam pedaços no modelo da experiência do paciente, este está empobrecido. Os modelos empobrecidos, como afirmamos antes, implicam opções limitadas para o comportamento. À proporção que as partes ausentes são recuperadas, inicia-se o processo de modificação dessa pessoa.

O primeiro passo para o terapeuta é ser capaz de determinar se a Estrutura Superficial do paciente é uma representação completa da representação lingüística plena, da qual se derivou – a Estrutura Profunda.¹⁷⁷

Os autores destacam que a Estrutura Superficial deriva da Estrutura Profunda; embora essa possa ser considerada, segundo eles, “a mais completa representação lingüística do mundo”, não é o próprio mundo, representando apenas o somatório de todas as experiências acumuladas pelo paciente/enunciador. Observam ainda que não cabe ao terapeuta empreender qualquer tipo de juízo de valor em relação aos comportamentos adotados pelos pacientes, uma vez que eles

[...] estão, na realidade, fazendo as melhores escolhas disponíveis em seu próprio modelo particular. Em outras palavras, o comportamento dos seres humanos, não importa quão bizarro possa parecer à primeira vista, faz sentido quando é visto no contexto das escolhas geradas por seu modelo. O problema não é que estejam fazendo a escolha errada, mas sim que não têm escolhas em número suficiente – não têm um enfoque rico do mundo. O paradoxo mais comum da condição humana que encontramos é que os processos que nos permitem sobreviver, crescer, modificar-nos e sentir alegria são os mesmos processos que nos permitem manter um modelo empobrecido de mundo – nossa habilidade para manipular símbolos, isto é, criar modelos. Então os processos que nos permitem executar as mais extraordinárias e incomuns atividades humanas são os mesmos processos que bloqueiam nosso crescimento posterior, se cometemos o erro de tomar o modelo pela realidade. Podemos identificar três mecanismos gerais pelos quais fazemos isto: Generalização, Eliminação e Distorção.¹⁷⁸

Apresentamos, a seguir, algumas aplicações do processo de derivação, relativas aos conceitos de “Eliminação”, “Distorção” e “Generalização”, visando à recuperação da Estrutura Profunda dos enunciados do paciente/enunciador, submetidos, *a priori*, a esses processos.

¹⁷⁶ Cf. tópico 4.2.2 “Derivação e os processos de Eliminação, Distorção e Generalização”.

¹⁷⁷ BANDLER, Richard e GRINDER, John. A estrutura da magia I, p. 66, 1977.

¹⁷⁸ Id., *ibid.*, p. 35-36.

4.2.2 Derivação e os processos de “Eliminação”, “Distorção” e “Generalização”

Na aplicação do metamodelo, caberá, pois, ao terapeuta, identificar se a Estrutura Superficial por meio da qual o paciente/enunciador se expressa corresponde a uma transformação adequada ou inadequada da Estrutura Profunda original. Assim, esse profissional deverá manter-se atento à manifestação de **três processos universais** fundamentais a que as representações lingüísticas estão sujeitas: “Eliminação”, “Distorção” e “Generalização”. Cada um desses conceitos será verificado na visão de Bandler e Grinder.

Sobre a **Eliminação**, os autores destacam:

A Eliminação é um processo pelo qual nós prestamos atenção seletivamente a certas dimensões de nossa experiência e excluimos outras. Tomemos, por exemplo, a capacidade que as pessoas têm para não registrar ou excluir todos os outros sons, numa sala cheia de gente conversando, para ouvir a voz de determinada pessoa. Usando o mesmo processo, as pessoas são capazes de bloquear a audição de mensagens de apreço de outras pessoas que consideram importantes. Por exemplo, um homem que estava convencido de que não era digno de atenção, queixou-se a nós de que sua mulher nunca lhe dera mostras de apreço. Quando visitamos a casa deste homem, ficamos cientes de que a esposa dele, na realidade, expressava sinais de apreço para com ele. Entretanto, como estas mensagens conflitavam com a generalização que o homem tecera sobre seu próprio valor, literalmente, ele não ouvia sua mulher. Isto foi constatado quando lhe chamamos a atenção para algumas destas mensagens, e o homem afirmou que sequer ouvira a esposa quando ela dissera aquelas coisas.

A Eliminação reduz o mundo a tais proporções, que sentimos ser capazes de controlá-lo. A redução pode ser útil em alguns contextos e, no entanto, ser fonte de sofrimento em outros.¹⁷⁹ [destaque nosso].

Referente ao processo de **Distorção**, afirmam que:

A Distorção é o processo que nos permite fazer substituições em nossa experiência de dados sensoriais. A fantasia, por exemplo, permite-nos um preparo para experiências que possamos ter antes que elas ocorram. As pessoas distorcerão a realidade do momento ao ensaiar um discurso que farão mais tarde. É este processo que tornou possível todas as criações artísticas que nós, humanos, produzimos. Um céu como o representado por Van Gogh

¹⁷⁹ BANDLER, Richard e GRINDER, John. A estrutura da magia I, p. 37, 1977.

numa pintura é possível somente na medida em que Van Gogh foi capaz de distorcer sua percepção do tempo-lugar em que estava situado no momento da criação. De modo semelhante, todos os grandes romances, todas as descobertas revolucionárias das ciências envolvem a habilidade de distorcer e adulterar a realidade presente. Usando a mesma técnica, as pessoas podem limitar a riqueza de suas experiências. Por exemplo, quando a [sic] nosso amigo mencionado anteriormente [...] foram apontadas as mensagens de apreço por parte de sua esposa, ele imediatamente as distorceu. Especificamente, cada vez que ele ouviu uma mensagem de apreço que anteriormente vinha eliminando, voltava-se para nós, sorrindo, e dizia: “Ela diz isso só porque quer alguma coisa”. Deste modo, o homem era capaz de impedir que a experiência entrasse em contradição com o modelo do mundo que havia criado, e, por esse meio, impediu a si mesmo de ter uma representação mais rica, bloqueando-se de [sic] um relacionamento mais íntimo e satisfatório com sua esposa¹⁸⁰ [destaque nosso].

Por fim, no tocante à **Generalização**, asseguram:

Generalização é o processo pelo qual os elementos ou partes do modelo de uma pessoa afastam-se de sua experiência original, e vêm a representar toda a categoria da qual a experiência é um exemplo. Nossa habilidade para generalizar é essencial para enfrentar o mundo. Por exemplo, nos é útil sermos capazes de generalizar a partir da experiência de nos queimarmos quando tocamos um fogão quente, formulando a regra de que não se deve tocar fogões quentes. Mas generalizar esta experiência a uma percepção de que fogões são perigosos e, portanto, recusar-se a ficar no mesmo recinto com um fogão é limitar desnecessariamente nossa movimentação no mundo.

Suponhamos que, na primeira vez em que uma criança estiver às voltas com uma cadeira de balanço, ela se apóie no encosto e caia. Poderia estabelecer uma regra para si mesma de que cadeiras de balanço são instáveis e recusar-se para sempre a experimentá-las. Se o modelo da criança agrupa cadeiras de balanço e cadeiras em geral, então todas as cadeiras se enquadrarão na regra: não se apóie no encosto! Outra criança que crie um modelo que distinga cadeiras de balanço dos outros tipos de cadeiras terá mais escolhas em seu comportamento. De sua experiência, desenvolve uma nova regra ou generalização relativa apenas ao uso de cadeiras de balanço – Não se apóie no encosto! – e, por conseguinte, tem um modelo mais rico e mais escolhas.

O mesmo processo de generalização pode levar um ser humano a estabelecer uma regra tal como “Não expresse sentimentos”. Esta regra no contexto de um campo de prisioneiros de guerra pode ter um alto valor de sobrevivência, e permitirá a quem dela faz uso evitar colocar-se em situação de ser punida. No entanto, esta pessoa, usando esta mesma regra num casamento, limita seu potencial para um relacionamento mais íntimo, pela exclusão de levá-la a ter sentimentos de solidão e isolamento – aqui a pessoa sente não ter escolha, já que a possibilidade de expressar sentimentos não está disponível em seu modelo.

O que importa aqui é que a mesma regra será útil ou não, dependendo do contexto – quer dizer, não há generalizações corretas; cada modelo precisa ser avaliado em seu contexto. Ademais, isto nos dá uma chave para a compreensão do comportamento humano que nos pareça estranho ou

¹⁸⁰ BANDLER, Richard e GRINDER, John. A estrutura da magia I, p. 38, 1977.

inadequado — isto é, se podemos ver o comportamento da pessoa no contexto em que se originou¹⁸¹ [destaque nosso].

Cabe registrar que os autores destacam que tais processos, assim apresentados, são úteis, exclusivamente, a seus propósitos, tanto para a criação do metamodelo quanto na sua aplicação por meio da modelagem. Observam ainda que a reflexão acerca do significado comum dos três termos poderia conduzir a maioria dos leigos, não familiarizados com as especificidades por eles apontadas, a considerar a **Generalização** e a **Eliminação simplesmente como casos especiais de Distorção**¹⁸² (por isso, na definição *ad hoc* dessas categorias, os termos estão grafados com iniciais maiúsculas, em uma distinção ao uso vernáculo).

De acordo com os conceitos definidos, os autores estabelecem que, a partir da observação cuidadosa, o terapeuta será capaz de verificar em que medida tais processos interferem na Estrutura Superficial, conforme apresentada pelo paciente, corrompendo o sentido original da Estrutura Profunda correspondente e impondo limitações ao paciente/enunciador na edificação de seu modelo de mundo e, por conseqüência, aos comportamentos/atitudes por ele assumidas.

4.2.3 Derivação: possíveis intervenções do terapeuta

Para empreender o processo de derivação adequado e alcançar as transformações inerentes apropriadas, os autores apontam três ações a serem adotadas pelo terapeuta:

- **aceitar** o modelo empobrecido apresentado pelo paciente;
- **indagar** ao paciente sobre as partes lingüisticamente eliminadas;
- **intuir** a parte omitida pelo mecanismo de Estrutura Profunda.

¹⁸¹ Id., *ibid.*, p. 36-37.

¹⁸² Em nota de rodapé à p. 36 de *A estrutura da magia I*, Bandler e Grinder afirmam: “Mais uma vez, desejamos assinalar que nossas categorias não impõem qualquer exigência à estrutura da realidade — achamos que estas categorias são úteis na organização de nosso próprio pensamento e ações, tanto na apresentação deste material como na terapia. Suspeitamos que a maioria de nossos leitores, caso pensem a respeito dos significados comuns dos termos, chegará a ver a Generalização e a Eliminação como casos especiais de Distorção.”

A fim de examinar os efeitos de tais procedimentos, Bandler e Grinder analisam cada uma dessas proposições a partir de exemplos baseados em Estrutura Superficial e submetidos aos três processos universais por eles definidos, começando pela **Eliminação**.

Direcionando o foco às **partes ausentes** de uma Estrutura Superficial, como no exemplo “*I’m scared* / Estou com medo”, em que a **causa do medo foi eliminada** (suprimida) pelo paciente, os autores observam que:

- a aplicação da **aceitação**, sem a interferência do terapeuta, fará com que o processo de autodescoberta seja prolongado, visto que o paciente terá de extrair sozinho, do próprio discurso, os elementos ausentes para chegar à derivação adequada, a partir da qual empreenderá transformações úteis a ponto de preencher as lacunas da Estrutura Superficial. Desse modo, será capaz de reconstituir a Estrutura Profunda – ou seja, acabará por descobrir sozinho as causas de seu medo, após inúmeras ressignificações elaboradas com base no enunciado original;
- a aplicação da **indagação** poderá conduzir o paciente a uma derivação mais satisfatória (o terapeuta poderá indagar, por exemplo, “Medo de quê?”, para iniciar um processo de derivação como, por exemplo: “Tenho medo” → [“Medo de quê?”]¹⁸³ “Das pessoas” → [“Quem, especificamente (assusta você)?”] “Meu pai me assusta” → [“Como / O que seu pai faz para assustá-lo?”] “Ele ameaça me castigar caso eu não tire boas notas”). A recomposição das partes ausentes por meio das transformações provocadas pela intervenção do terapeuta resgata a Estrutura Profunda original e amplia o modelo de mundo do paciente, tornando clara a combinação de vários aspectos que constituem o motivo real de seu medo (o castigo que o pai pode vir a lhe impingir caso fracasse nos estudos);
- a aplicação da **intuição** do terapeuta poderá basear-se em sua experiência clínica com outros pacientes ou na interpretação de sinais não-verbais – entonação, postura corporal, expressão facial – a que o próprio terapeuta

¹⁸³ As observações apresentadas entre colchetes [] correspondem a supostas indagações do terapeuta.

tenha atribuído significados particulares (Ex.: postura infantilizada, remissão a lembranças da infância, revolta, etc.). Ante a afirmação “Tenho medo”, o terapeuta poderia propor algo como [“Quero que você tente dizer isto e veja se é adequado para o seu caso: ‘Meu pai me amedronta’”]. Ao observar a reação do paciente frente ao enunciado, o terapeuta pode intuir se a proposição ajusta-se à representação completa do paciente, reconstituindo a Estrutura Profunda correspondente.

Ainda no tocante à Eliminação, Bandler e Grinder afirmam:

Em geral, a eficácia de uma determinada forma de terapia está associada à capacidade de recuperar as partes ‘suprimidas’ ou ausentes do modelo do paciente. Assim, o primeiro passo na aquisição deste instrumental é aprender a identificar as partes ausentes no modelo – especificamente, identificar o fato de ter ocorrido a eliminação lingüística. As partes ausentes na Estrutura Superficial são o material que foi removido pelas transformações por eliminação. Recuperar o material ausente implica um movimento em direção a uma representação mais completa – a Estrutura Profunda.¹⁸⁴

É de suma importância, portanto, que o terapeuta seja capaz de **detectar e desafiar as eliminações que não são úteis ao modelo do paciente**, as que traduzem sofrimento, limitação, impossibilidade, relacionadas às “áreas em que o paciente, literalmente, não pode ver nenhuma escolha, a não ser aquelas que são insatisfatórias – as que são penosas”, destacam os autores. “Tipicamente, uma área em que ocorreu uma eliminação empobrecedora é aquela em que a percepção do paciente de seu potencial é limitada – ele parece estar bloqueado, entalado, condenado...”¹⁸⁵, concluem.

A **Distorção** também resulta em uma representação empobrecida da Estrutura Profunda, pois o indivíduo assume a **postura de mero espectador diante dos fatos resultantes de seu comportamento como ator**. Nesse sentido, Bandler e Grinder propõem o exame de seus efeitos por meio de um exemplo típico de **distorção, a nominalização**¹⁸⁶.

¹⁸⁴ BANDLER, Richard e GRINDER, John. *A estrutura da magia I*, p. 68-69, 1977. Cf. tópico 3.3.2 “Gramaticalidade e semântica”, ex. 11 a 15 ref. aos conceitos de **apagamento/construções comparativas**.

¹⁸⁵ Id., *ibid.*, p. 77-78.

¹⁸⁶ Cf. tópico 3.3.2 “Gramaticalidade e semântica” ref. conceito de **nominalização**.

Na frase “*I really regret my decision*” / “Eu realmente lamento minha decisão”, os autores destacam que o substantivo *decision*/decisão assume o significado da ação (*to decide*/decidir), fazendo com que o enunciador restrinja o significado expresso na Estrutura Superficial a um evento posto e acabado.

Explorado em termos de Estrutura Profunda, todavia, o sentido pode ser ampliado, visto que julgam tratar-se de um processo, uma ação em andamento – não de um fato consumado – capaz de permitir ao indivíduo múltiplas escolhas. Assim, afirmam que:

A tarefa do terapeuta é auxiliar o paciente a ver que o que ele representou em seu modelo como um evento terminado e acabado é um **processo em andamento**, que pode ser influenciado por ele. Há inúmeras maneiras de se executar isto. Por exemplo, o terapeuta pode perguntar como o paciente se sente a respeito de sua decisão. O paciente responde, e o terapeuta continua a aplicar as técnicas do metamodelo. Aqui, o terapeuta está trabalhando para religar o evento com o processo corrente¹⁸⁷ [destaque nosso].

O terapeuta poderia formular uma questão do tipo: [“Você poderia imaginar alguma coisa (ou situação) capaz de mudar sua decisão?” ou “Você poderia imaginar como a situação ficaria se você tomasse uma decisão diferente?”¹⁸⁸]; caso a resposta do paciente fosse elaborada novamente nos moldes de Estrutura Superficial, caberia ao terapeuta empreender sucessivas transformações, “como guia para seu próximo passo em induzir a modificação no paciente”.

A partir dessa observação, os autores concluem que o efeito da exploração sistemática destas duas técnicas – identificação e conseqüente debelação de eliminações e distorções mediante a aplicação do processo de derivação – promoveria tanto a recuperação de partes removidas pelas transformações sucessivas no processo de eliminação quanto as conseqüentes transformações das nominalizações (distorções). Tal operação possibilitaria ao paciente recuperar as palavras-processo de onde se originaram, sempre no sentido Estrutura Superficial → Estrutura Profunda de uma dada enunciação.

¹⁸⁷ BANDLER, Richard e GRINDER, John. *A estrutura da magia I*, p. 70, 1977.

¹⁸⁸ Bandler e Grinder consideram mais eficaz incentivar o paciente a pensar no **processo** (“Como você faz/faria isso? Como isso seria?”) em vez de lhe proporcionar a chance de tornar-se evasivo por meio de **justificativas** (usando “Por que você faz isso?”). Em nota à p. 83 de *A estrutura da magia I*, os autores afirmam: “achamos eficaz pedir que os pacientes dêem respostas de *como* (isto é, o processo), ao invés de respostas de [sic] *por que*, (isto é, justificativas)” [às perguntas formuladas].

Ao processo de **Generalização**, afirmam os autores, também é aplicável a derivação. Complementando os **efeitos de restrição** de sentido proposto no exemplo inicial “*I’m scared* / Estou com medo”, a derivação de tal modelo poderia resultar em uma generalização, como em: “Estou com medo” → [“De quê? / De quem?”] → “**Das pessoas**”.

Nesse caso, a derivação da Estrutura Superficial deve buscar especificidade, no sentido de revelar **quem, especificamente**, causa temor ao Sujeito enunciator. Assim, é oportuno que o terapeuta investigue, questionando [“Que pessoas, especificamente, lhe causam temor?”], o que poderia gerar uma resposta como “Algumas pessoas da minha família”.

A derivação pode revelar um modelo como o exemplificado a seguir: “Estou com medo” → [“De quê/De quem?”] → “Das pessoas” → [“Quais pessoas, especificamente?”] → “Algumas pessoas da minha família” → [“Quem de sua família, especificamente?”] → “Meus tios, que são muito conservadores e não aceitarão minha decisão”.

Nota-se que a transformação da generalização resultou em nominalizações (“**conservador**” / [“Como / em que medida seus tios são conservadores?”] e, novamente, “**decisão**”, conforme descrito anteriormente), que irão requerer novos processos de derivação até que a Estrutura Profunda, desdobrada por meio de sucessivas transformações, desvele o sentido que o Sujeito realmente quer expressar (no exemplo proposto: “Tenho medo de que algumas pessoas da minha família – meus tios mais conservadores, especificamente – não aceitem minha decisão de engravidar sem ter um marido/parceiro”).

Uma Estrutura Profunda, conforme acima especificada, poderia conduzir a outras generalizações na forma de Estrutura Superficial, como: “**As pessoas** [“Quais pessoas, especificamente?”] desprezam mães solteiras” ou “**Todas as crianças** [“Todas, sem exceção?”] precisam conviver com pai e mãe”.

Uma vez identificadas, essas generalizações poderiam ser submetidas a novas transformações, até desvelarem a Estrutura Profunda de tais proposições. O percurso dessas derivações proporcionaria ao paciente o vislumbre de novas

possibilidades, conseqüente ampliação/aprimoramento de seu modelo de mundo e adoção de outros comportamentos.

Verifica-se, assim, que a aplicação da **indagação** por parte do terapeuta, no processo de derivação, permite que eliminações, distorções e generalizações sejam trabalhadas em separado ou conjuntamente. Sobre isso, Bandler e Grinder afirmam:

A técnica de recuperação da representação lingüística completa funciona e é passível de ser aprendida, na medida em que exista uma representação explícita – a Estrutura Profunda – com a qual a Estrutura Superficial possa ser comparada. Isto é essencialmente o processo de comparar uma representação (Estrutura Superficial) com o modelo completo do qual se (sic!) derivou – a Estrutura Profunda. As próprias Estruturas Profundas derivam-se (sic!) de uma gama completa de experiências disponíveis aos seres humanos. A Estrutura Profunda está à disposição de qualquer falante nativo através da intuição. O mundo de experiência está à disposição de qualquer um que deseje experimentá-lo.¹⁸⁹

Já no que se refere à aplicação da **intuição** do terapeuta sobre a Estrutura Superficial apresentada pelo paciente, este ficará exposto ao mesmo risco de ter partes de sua Estrutura Profunda generalizadas, eliminadas ou distorcidas pelo próprio terapeuta, segundo observam os autores:

No papel de terapeutas, identificamos como uma eliminação do modelo do paciente qualquer opção que, em situação idêntica, possamos imaginar que tivéssemos, ou qualquer pessoa que, segundo sabemos, poderia ter essa opção.

Neste ponto, a eliminação da experiência do modelo de mundo do paciente será freqüentemente tão óbvia aos terapeutas, que os mesmos podem começar a oferecer sugestões/conselhos sobre alternativas de lidar com o problema [baseados em sua própria experiência/modelo de mundo, afastando-se, pois, da derivação a partir da Estrutura Superficial oferecida pelo paciente]. É provável que possamos [como pacientes] concordar com muitas das sugestões feitas pelo terapeuta, na medida em que nossa experiência incluisse estas alternativas, mas, segundo nossa experiência [de Bandler e Grinder], sugestões ou conselhos que caíam nas lacunas criadas pela eliminação em um modelo do paciente são relativamente ineficazes. Estas eliminações empobrecem o modelo do paciente, e são precisamente essas porções da experiência possível do paciente que o terapeuta está recomendando, aquelas que não estão representadas no modelo. Aqui, tipicamente, o paciente ou ‘resistirá’ ou não ouvirá as opções, já que as eliminou de seu modelo. Assim, sugerimos que o terapeuta guarde estas

¹⁸⁹ BANDLER, Richard e GRINDER, John. A estrutura da magia I, p. 78, 1977.

sugestões até que o modelo do paciente se tenha enriquecido o bastante para enquadrá-las [destaque nosso].¹⁹⁰

Desse modo, interpretações do tipo intuitivas, sejam a partir da visão de mundo do terapeuta ou de qualquer tipo de aconselhamento, tanto baseando-se em sua própria experiência quanto na observação de comportamentos semelhantes apresentados por outros pacientes, podem constituir, na opinião dos autores, enunciados formulados novamente em Estrutura Superficial – tão ou mais incompletos que os esboçados pelo paciente. Assim, complementam:

Uma vantagem adicional ao fato de o terapeuta reter as sugestões e envolver o paciente no desafio de seu próprio modelo, e a criar suas próprias soluções, é a de que o terapeuta evita atolar-se no **conteúdo** e, ao invés disso, é capaz de centralizar-se no **processo** de dirigir o esforço do paciente. Isto é, o terapeuta utiliza seu metamodelo para operar diretamente no modelo empobrecido do paciente¹⁹¹ [os destaques são nossos].

Apesar de acenarem aos terapeutas como as opções de aceitação e intuição, fica claro que os autores consideram a indagação como o meio mais eficaz utilizado na aplicação do metamodelo para a recuperação da Estrutura Profunda, por meio do processo de derivação.

Destacamos que, para cada um dos processos universais de modelagem, Bandler e Grinder atribuem “classes especiais”, e um esboço dessas categorias é apresentado no capítulo 4 de A estrutura da magia I. A partir dessa classificação, elaboramos o **Apêndice A**, em que, à maneira dos autores¹⁹², procuramos especificar, descrever e exemplificar todas elas, para tornar claro como se processa a passagem da Estrutura Superficial do enunciado original do Sujeito para a Estrutura Profunda, nos casos especiais de Eliminação, Distorção e Generalização.

¹⁹⁰ BANDLER, Richard e GRINDER, John. A estrutura da magia I, p. 78, 1977.

¹⁹¹ Id., *ibid.*

¹⁹² Uma compilação organizada de forma mais didática do metamodelo e de suas categorias foi apresentada pelos autores somente em 1981, em um apêndice do livro Atravessando: passagens em psicoterapia¹⁹², sendo utilizada desde então por Bandler, Grinder e seus seguidores. O **Anexo** desta dissertação traz o texto integral dessa versão, que poderá ser cotejada com o conteúdo do **Apêndice A**, com exemplos de nossa própria elaboração, a fim de verificar a pertinência de nossa adaptação. Observamos que o livro Soluções: antídotos práticos para problemas sexuais e de relacionamento (1985), de Leslie Cameron-Bandler, também apresenta, no Apêndice I, um resumo bastante didático sobre as categorias do metamodelo.

Também apontamos a relação entre certas construções sintáticas mencionadas por Chomsky em Estruturas, apresentadas no capítulo 3, e os exemplos baseados nas categorias do metamodelo. Sugerimos sua leitura para melhor compreensão do processo de modelagem.

4.3 Além da Estrutura Profunda: “boa-estruturação semântica” e “boa-estruturação em terapia”

No capítulo 2 de A estrutura da magia I, após apresentarem os conceitos de Eliminação, Distorção e Generalização, Bandler e Grinder destacam que “uma grande parte do trabalho que os lingüistas transformacionais vêm executando é a descoberta e exposição do modo pelo qual se realizam estes três universais de representação, no caso de sistemas de linguagem humana”¹⁹³, sempre tomando por base a capacidade de o ser humano refletir, intuitiva e coerentemente, sobre seu sistema de linguagem.

A partir do modelo gerativo-transformacional, destacam as três categorias de intuições lingüísticas que consideraram relevantes para a criação e aplicação do metamodelo:

- **Boa-Estruturação:** “os julgamentos coerentes que os falantes nativos fazem sobre (sic) se grupos de palavras são ou não orações em sua língua”¹⁹⁴ (Exs.: [1] “Até o presidente tem lombrigas” x [2] “Até o presidente tem **idéias verdes**” x [3] “Até o presidente **tens** lombrigas” (os destaques são nossos). Segundo os autores, o exemplo [1] é sintaticamente bem-estruturado e transmite um significado aos falantes nativos; o exemplo [2] é semanticamente mal-estruturado, pois não encerra um sentido possivelmente reconhecível para o falante nativo; já o exemplo [3], embora passível de significado, é sintaticamente mal-

¹⁹³ BANDLER, Richard e GRINDER, John. A estrutura da magia I, p. 47, 1977.

¹⁹⁴ Id., *ibid.*

estruturado. Tais proposições apresentam-se em conformidade em relação à teoria original de Chomsky.¹⁹⁵

- **Estrutura Constituinte:** “os julgamentos coerentes que os falantes nativos fazem sobre o que se ajusta como uma unidade ou constituinte dentro de uma frase de sua língua”¹⁹⁶ (ex.: “O Guru de Ben Lomond pensou que Rosemary estivesse nos controles”¹⁹⁷: as palavras “O” e “Guru” constituem, de alguma forma, uma unidade, enquanto “Guru” e “de”, não. Tais constituintes formam unidades maiores que também podem ajustar-se ou não. Ex.: “O Guru” ajusta-se a “de Ben Lomond”, mas “de Ben Lomond” não se ajusta a “estivesse”). As afirmações estão de acordo com os postulados da **estrutura sintagmática de Chomsky**.¹⁹⁸
- **Relações Semânticas Lógicas:** “os julgamentos coerentes que os falantes nativos fazem a respeito das relações lógicas refletidas nas frases de sua língua”¹⁹⁹, por meio de cinco mecanismos:
 - 1) **Integralidade:** relação ou conexão entre coisas que o falante nativo pode apreender de um verbo (ex.: **Beijar** denota alguém beijando e alguém/algo sendo beijado);
 - 2) **Ambigüidade:** o falante nativo identifica frases com duplo sentido (ex.: Paulo tirou a camisa de Antonio – Paulo tirou a camisa que Antonio vestia ou Paulo tirou a camisa que ele próprio estava usando, e que era de Antonio?), em conformidade com o conceito de homonímia de construção, gerando ambigüidade²⁰⁰;
 - 3) **Sinonímia:** o falante nativo reconhece o mesmo sentido em frases cujas palavras encontram-se ordenadas diferentemente, mas que transmitem a

¹⁹⁵ Cf. tópicos 3.2.1 “Estrutura sintagmática” e 3.3.1 “Gramaticalidade: regras e desvios”

¹⁹⁶ BANDLER, Richard e GRINDER, John. *A estrutura da magia I*, p. 48, 1977.

¹⁹⁷ Exemplo extraído do corpus, embora um tanto sem sentido quando traduzido para o português.

¹⁹⁸ Cf. tópico 3.2.1 “Estrutura sintagmática” (especialmente a Figura 1, “diagrama de árvores” e o Quadro 2 sobre “formação de constituintes”).

¹⁹⁹ Id. *ibid.*.

²⁰⁰ Cf. tópico 3.2.3, item (c), sobre “má-formação semântica: homonímia gerando ambigüidade estrutural”.

mesma mensagem (Paulo entregou a carta a Antonio = Paulo entregou a Antonio a carta)²⁰¹;

- 4) Índices Referenciais: o falante nativo é capaz de determinar se uma palavra ou frase refere-se a um objeto **de sua própria experiência** (ex.: **meu** carro) ou se identifica uma **classe** de objetos (ex.: **carros**); é capaz também de fazer julgamentos coerentes sobre duas ou mais palavras que se referem ao mesmo objeto ou classe: (ex.: Paulo cortou-se – “se” refere-se a Paulo “**ele mesmo**”); esse último caso encontra correspondência no princípio de reflexivização²⁰²;
- 5) Pressuposições: o falante nativo é capaz de determinar qual experiência de um falante o leva a emitir uma frase (ex.: em “Meu gato fugiu”, está implícito que “Eu tenho/tinha um gato”)²⁰³.

Resumidamente, o que os autores consideram representar um modelo de boa-estruturação semântica para o falante nativo – conseqüentemente, a base para o metamodelo – deve reunir, de forma ordenada, as seguintes regras estabelecidas pela gramática gerativo-transformacional:

- suas intuições sobre as seqüências de palavras que constituem orações em sua língua natural (**boa-estruturação**);
- as intuições que permitam ao falante nativo decidir coerentemente como as palavras ajustam-se para formar uma unidade (**estrutura de constituintes**);
- as intuições que permitam ao falante nativo distinguir as **relações lógicas/semânticas** em uma dada oração, constituindo estruturas ou formas diferentes de mesmo significado (**sinonímia**) ou estruturas semelhantes de significados diferentes (**ambigüidade**).

Em suas próprias palavras, esclarecem:

²⁰¹ Cf. tópico 3.3.2 “Gramaticalidade e semântica”, ex. 10, ref. “paráfrase”.

²⁰² Cf. tópico 3.3.2 “Gramaticalidade e semântica” ex. ref “reflexivização”, apresentado à p. 90

²⁰³ Cf. tópico 3.2.3, “Má-formação semântica”, item (g), ref. relação gramatical verbo-objeto.

O metamodelo, adaptado do modelo transformacional de linguagem, fornece um método explícito para compreensão e modificação dos modelos empobrecidos dos pacientes. Uma maneira de compreender o efeito global deste metamodelo é em termos de boa-estruturação. Como falantes nativos, podemos distinguir coerentemente entre grupos de palavras que são bem-estruturadas – isto é, as frases – e grupos de palavras que não são bem-estruturadas. (...) O que aqui estamos propondo é que haja um subconjunto de frases bem-estruturadas do inglês que possamos reconhecer como bem-estruturadas em terapia.²⁰⁴

Com base no metamodelo, os autores definem as frases “bem-estruturadas em terapia”, adaptadas a partir desse modelo lingüístico, como as que:

- “são bem estruturadas em inglês;
- não contêm eliminações transformacionais ou eliminações inexploradas na porção do modelo na qual o paciente não experimenta escolha;
- não contêm nominalizações (processo → evento);
- não contêm palavras ou locuções sem índices referenciais.
- não contêm verbos incompletamente especificados;
- não contêm pressuposições inexploradas na porção do modelo na qual o paciente não experimenta escolha;
- não contêm frases que violem as condições semânticas de boa-estruturação”²⁰⁵.

Em suma, “boa-estruturação em terapia”, na visão de Bandler e Grinder, diz respeito à recuperação da Estrutura Profunda a partir dos enunciados originais do paciente, por meio do processo de derivação e, com a participação do terapeuta, que colabora desafiando e debelando os processos de Eliminação, Distorção e Generalização.

²⁰⁴ BANDLER, Richard e GRINDER, John. *A estrutura da magia I*, p. 82, 1977. Em nota de rodapé à p. 195, os autores ponderam que: “O metamodelo que apresentamos é universal para terapia em inglês. Estamos convencidos de que pode ser facilmente adaptado a outras línguas, na medida em que seja baseado nos mesmos princípios formais” [destaque nosso].

²⁰⁵ Id., *ibid.*, p. 83.

A aplicação dessas condições de boa-estruturação lingüístico-semântica às Estruturas Superficiais originalmente apresentadas resulta em uma “estratégia explícita para induzir modificação no modelo do paciente. Ao utilizar estas condições gramaticais adequadas para terapia, os terapeutas enriquecem-lhe o modelo, independentemente da forma particular de terapia que exerçam”²⁰⁶.

Assim, deixam claro que **a aplicação do metamodelo não constitui uma forma de terapia, mas apenas um instrumento** que enriquece os enunciados proferidos pelo paciente em Estrutura Superficial até chegar ao âmago do problema, representado pela Estrutura Profunda subjacente, a partir da qual o terapeuta é capaz de oferecer a ele uma melhor orientação. Nesse sentido, os autores afirmam:

Como temos afirmado repetidamente, nosso metamodelo não esgota, de forma alguma, as escolhas ou possibilidades daquilo que um terapeuta possa fazer no encontro terapêutico. É, antes, projetado para integrar-se às técnicas e métodos das formas de psicoterapia já estabelecidas. A integração do metamodelo explícito a técnicas e métodos da terapia em que você já se tornou hábil não ampliará as escolhas que você tem como terapeuta, mas aumentará a potência de seu estilo de terapia, ao tornar as intervenções, que você utiliza, dirigidas explicitamente à expansão do modelo que seu paciente tem do mundo. Assim, o metamodelo dá ao terapeuta uma estratégia explícita para terapia.²⁰⁷

Tendo em vista que, neste estudo, priorizamos o enfoque lingüístico do metamodelo, sua contextualização em relação a outras abordagens terapêuticas é apresentada no **Apêndice B**, para eventual consulta.

²⁰⁶ BANDLER, Richard e GRINDER, John. A estrutura da magia I, p. 83, 1977.

²⁰⁷ Id., *ibid.*, p. 194.

Parte III
METAMODELO E DISCURSO PERSUASIVO

5 - A estrutura PERSUASIVA do metamodelo

Como vimos anteriormente, o metamodelo propõe a ampliação do modelo de mundo “empobrecido” do Sujeito, por meio de novos aspectos extraídos de um enunciado formulado por ele em Estrutura Superficial. Buscamos, neste capítulo, rastrear um eventual percurso persuasivo que possibilitaria ao paciente-enunciador optar por empreender novos rumos em sua vida, a partir da aceitação dos novos significados resultantes das sucessivas transformações que desvelam a Estrutura Profunda subjacente ao enunciado original.

A fim de verificar a possível relação do metamodelo com as práticas argumentativas, em especial a persuasão, serão adotados os seguintes procedimentos:

- apresentação das diferenças conceituais entre **convicção** e **persuasão**;
- discussão da **hipótese de o Sujeito deliberar consigo mesmo**, ocupando, simultaneamente, o papel do terapeuta no processo de derivação, formulando mentalmente as prováveis perguntas que desencadeariam a derivação;
- abordagem do processo de **racionalização** visando ao convencimento e à persuasão;
- verificação dos argumentos de **enquadramento/ reenquadramento** e de **vinculação** e sua possível relação com o metamodelo, para convencer e persuadir o paciente-enunciador.

5.1 Convencer e persuadir

O embate travado entre interlocutores imersos em um processo dialético subjaz à idéia de convencimento, posto que os participantes partilham, a princípio, de olhares diferentes sobre o mesmo recorte de realidade, cada qual defendendo sua trajetória argumentativa para alcançar a verdade.

Philippe Breton associa a argumentação à “família das ações humanas que têm como objetivo convencer”. O autor aponta como formas consideradas coercitivas a manipulação psicológica, a propaganda e a sedução; tais métodos “exercem uma violência mental inegável”²⁰⁸ e podem ser comparados a um aprendizado de processos que visam colocar o interlocutor em uma espécie de armadilha mental, da qual ele sairá apenas ao adotar a ação ou a opinião que lhe são “propostas”.

A partir de Breton, verificamos um entrelaçamento dos campos por ele delimitados – a manipulação psicológica, a propaganda e a sedução –, uma fusão dos vários instrumentos que a retórica coloca à disposição do Sujeito falante, de forma a torná-los inseparáveis quando combinadas duas ou mais modalidades argumentativas. Nesse sentido, enfatiza o autor que:

Uma visão cínica das realidades humanas poderia levar à negação da riqueza e da complexidade dos meios utilizados para convencer. Esta visão implica em [sic] ver como método principal apenas a utilização da sedução e [sic] depois dela, o uso de puras relações de poder. Se esta tendência existe, não significa que ela constitui a “natureza” do homem ou que sejamos condenados a ela.

[...] A sedução tem certamente seus charmes e é apropriada para muitas situações. Mas reconhecemos aqui que existem inúmeros casos, sobretudo em todos os debates provocados atualmente pela democracia, em que **convencer pode estar ligado essencialmente ao uso de raciocínios que levam em conta o auditório em uma situação de livre comunicação**. É neste espírito que definiremos a argumentação [...], tendo consciência de que se trata ao mesmo tempo de descrever e de fazer a apologia de mecanismos de um elemento essencial da atividade humana²⁰⁹ [destaque nosso].

Aristóteles refere-se à retórica como “arte”, e afirma que “sua função não é persuadir [sic] mas discernir os meios de persuasão mais pertinentes a cada caso, tal como acontece em todas as outras artes.”²¹⁰

Chaïm Perelman fez ressurgir, na década de 90, o interesse em torno do pensamento aristotélico no tocante à argumentação e persuasão, por meio de sua “nova retórica”. No Tratado da argumentação, escrito em colaboração com Lucie Olbrechts-Tyteca, distingue persuasão de convicção, afirmando:

²⁰⁸ BRETON, Philippe. A argumentação na comunicação, 1999, p. 7-8.

²⁰⁹ Id., *ibid.*, p. 12.

²¹⁰ ARISTÓTELES. Retórica, 1988, p. 47.

Para quem se preocupa com o resultado, persuadir é mais do que convencer, pois a convicção não passa da primeira fase que leva à ação. Para Rousseau, de nada adianta convencer uma criança “se não se sabe persuadi-la” [sic].

Em contrapartida, para quem está preocupado com o caráter racional da adesão, convencer é mais do que persuadir. Aliás, ora essa característica racional da convicção depende dos meios utilizados, ora das faculdades às quais o orador se dirige. Para Pascal, o autômato é que é persuadido, e ele entende com isso o corpo, a imaginação, o sentimento, em suma, tudo quanto não é a razão²¹¹ [destaque nosso].

O autor destaca que, embora o matiz entre os termos convencer e persuadir seja impreciso, motivo pelo qual é arriscado adotar essas distinções dentro de um pensamento vivo, cumpre reconhecer que a linguagem humana utiliza duas noções distintas para representar essas ações. E esclarece:

Propomo-nos a chamar persuasiva a [sic] uma argumentação que pretende valer só para um auditório particular e chamar convincente àquela [sic] que deveria obter a adesão de todo ser racional. [...]

Se a convicção é fundamentada na verdade de seu objeto e, por isso, válida para qualquer ser racional, apenas ela pode ser provada, pois a persuasão tem um alcance unicamente individual. [...]

A distinção que propomos entre persuasão e convicção explica indiretamente o vínculo que se costuma estabelecer, ainda que confusamente, de um lado entre persuasão e ação, do outro entre convicção e inteligência²¹²

Na medida em que extrai novos significados de um enunciado formulado no nível de Estrutura Profunda, o metamodelo pode abalar as convicções que antes edificavam o modelo de mundo do paciente-enunciador. **Uma vez convencido** de que a nova possibilidade, resultante de sucessivas transformações, configura uma solução adequada para dirimir a insatisfação que sua proposição inicial encerra, o Sujeito está apto para a ação.

Nesse caso, **o metamodelo conduziria a um fazer persuasivo ou auto-persuasivo**, se considerarmos que o paciente-enunciador escolhe sozinho, dentre as transformações desencadeadas pela derivação, aquela que lhe parece significativa a ponto de provocar mudanças.

²¹¹ PERELMAN. Chaïm e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Tratado da argumentação, p. 30, 1996.

²¹² Id., *ibid.*, p. 31-32.

5.1.1 Demonstração, razão e emoção

Como opção para o ato de convencer, Breton aponta uma outra direção, a da ciência, em que o **convencimento é efetivado por meio da demonstração**, “conjunto de meios que permitem transformar uma afirmação ou um enunciado em um ‘fato estabelecido’, que ninguém poderá contestar, a menos que se oponha a ele um outro enunciado, mais bem demonstrado”²¹³. Sobre isso, complementa que:

Esta separação dos diferentes meios utilizados para convencer é bastante teórica e na realidade é menos simples do que parece, na prática. [...] Toda a história da retórica, a antiga “arte de convencer” [sic] é atravessada (...) pela importância que “agradar” ou “emocionar” devem ter em relação ao estrito raciocínio argumentativo. Do mesmo modo, a publicidade moderna, objeto complexo, deve sua temível eficiência ao fato de trabalhar ao mesmo tempo com todos os registros do ato de convencer. Todos estes elementos são geralmente intimamente ligados. Seria preferível então descrever estas situações, segundo os casos, como uma situação em que a sedução é dominante, ou a argumentação é dominante.”²¹⁴

Perelman concorda e assinala que “com muita freqüência a persuasão será considerada uma transposição injustificada da demonstração”²¹⁵. Citando Dumas, destaca que, na persuasão, o indivíduo “se contenta com razões afetivas e pessoais”, sendo essas, em geral, “sofísticas” – o que caracterizaria seu aspecto demonstrativo. Dumas, no entanto, **não especifica em que uma prova afetiva diferiria tecnicamente de uma prova objetiva**, confundindo ainda mais as noções de persuasão e convicção.

Aristóteles afirma que o método artístico refere-se às provas por persuasão, e que essas são “uma espécie de demonstração (pois somos persuadidos, sobretudo quando entendemos que algo está demonstrado)”; defende ainda “que a demonstração retórica é o entinema [silogismo dedutivo] e que este é, geralmente falando, a mais decisiva de todas as provas por persuasão”²¹⁶. Todavia, conforme observa, a demonstração, com seu caráter racional, não é garantia de persuasão, já que:

²¹³ BRETON, Philippe. A argumentação na comunicação, p. 7-8, 1999.

²¹⁴ Id., *ibid.*, p. 11-12.

²¹⁵ PERELMAN, Chaïm e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Tratado da argumentação, p. 30, 1996.

²¹⁶ ARISTÓTELES. Retórica, 1988, p. 46, o destaque é nosso.

[...] nem mesmo que [sic] tivéssemos a ciência mais exacta nos seria fácil persuadir com ela certos auditórios. Pois o discurso científico é próprio do ensino, e o ensino é aqui impossível, visto ser necessário que as provas por persuasão e os raciocínios se formem de argumentos comuns [...]. Além disso, é preciso ser capaz de argumentar persuasivamente sobre coisas contrárias como também acontece nos silogismos; não para fazer uma e outra coisa — pois não se deve persuadir o que é imoral — mas para que nos não escape o real estado da questão e para que, sempre que alguém argumentar contra a justiça, nós próprios estejamos habilitados a refutar seus argumentos. Ora, nenhuma das outras artes obtém conclusões sobre contrários por meio de silogismos a não ser a dialética e a retórica, pois ambas se ocupam igualmente dos contrários. Não porque os factos de que se ocupam tenham igual valor, mas porque os verdadeiros e melhores são pela sua natureza sempre mais aptos para os silogismos e mais persuasivos.²¹⁷

Esse campo do fazer comunicativo, tão abrangente quanto complexo à medida que mistura razão e emoção, inspirou Perelman a romper com a visão tipicamente cartesiana, conforme justifica afirmando que:

[...] conquanto não passe pela cabeça de ninguém negar que o poder de deliberar e de argumentar seja um sinal distintivo do ser racional, faz três séculos que o estudo dos meios de prova utilizados para obter a adesão foi completamente descurado pelos lógicos e teóricos do conhecimento. Esse fato deveu-se ao que há de não-coercivo nos argumentos que vêm ao apoio de uma tese. A própria natureza da deliberação e da argumentação se opõe à necessidade e à evidência, pois não se delibera quando a solução é necessária e não se argumenta contra a evidência. O campo da argumentação é o do verossímil, do plausível, do provável, na medida em que este último escapa às certezas do cálculo.²¹⁸

Mais adiante, postula:

Com efeito, ao passo que Aristóteles já analisara as provas dialéticas ao lado das provas analíticas, as que se referem ao verossímil ao lado das que são necessárias, as que são empregadas na deliberação e na argumentação ao lado das que são utilizadas na demonstração, a concepção pós-cartesiana da razão nos obriga a fazer intervir elementos irracionais, cada vez que o objeto do conhecimento não é evidente. Consistam esses elementos em obstáculos que devem ser superados — tais como a imaginação, a paixão ou a sugestão — ou em fontes supra-rationais de certeza, como o coração, a graça, o *Einfühlung* ou a intuição bergsoniana, essa concepção introduz uma dicotomia, uma distinção das faculdades humanas inteiramente artificial e contrária aos procedimentos reais de nosso pensamento.²¹⁹

A persuasão requer, portanto, uma dose de emoção. Aristóteles já destacava essa característica ao apontar três espécies de provas persuasivas relacionadas

²¹⁷ PERELMAN, Chaïm e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação*, p. 47, 1996.

²¹⁸ Id., *ibid.*, p. 1.

²¹⁹ Id., *ibid.*, p. 3-4.

ao discurso: as que residem no **caráter moral do orador**, as relativas à **disposição dos ouvintes** e aquelas contidas no próprio discurso, apreensíveis “pelo que este demonstra ou parece demonstrar”:

Persuade-se pelo caráter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé. Pois acreditamos mais e bem mais depressa em pessoas honestas, em todas as coisas em geral, mas sobretudo nas de que não há conhecimento exacto e que deixam margem para dúvida. É, porém, necessário que esta confiança seja resultado do discurso e não de uma opinião prévia sobre o caráter do orador; pois não se deve considerar sem importância para a persuasão a probidade do que fala, como aliás alguns autores desta arte propõem, mas quase se poderia dizer que o caráter é o principal meio de persuasão.

Persuade-se pela disposição dos ouvintes, quando estes são levados a sentir emoção por meio do discurso, pois os juízos que emitimos variam conforme sentimos tristeza ou alegria, amor ou ódio. É desta espécie de prova e só desta que, dizíamos, se tentam ocupar os autores actuais de artes retóricas.

Persuadimos, enfim, pelo discurso, quando mostramos a verdade ou o que parece verdade, a partir do que é persuasivo em cada caso particular.

Ora, como as provas por persuasão se obtêm por estes três meios, é evidente que delas se pode servir quem for capaz de formar silogismos, e puder teorizar sobre os caracteres, sobre as virtudes e, em terceiro lugar [sic] sobre as paixões (o que cada uma das paixões é, quais as suas qualidades, que origem têm e como se produzem)²²⁰ [os destaques são nossos].

Observamos que as três provas apontadas por Aristóteles estão presentes no metamodelo:

- primeiramente, o **discurso**; submetido ao processo de derivação, para persuadir, deve “mostrar a verdade ou o que parece verdade”²²¹; nota-se que, no metamodelo, o discurso configura-se como uma espécie de “diálogo interno”, ocupando o paciente-enunciador, por vezes, os papéis simultâneos de orador e ouvinte;
- em seguida, ante a nova opinião resultante da derivação, o paciente-enunciador reavalia suas crenças, verificando a possibilidade de aceitar a novidade; caso venha a aceitá-la, reafirma seu **caráter moral** (imbuído que está do papel de orador, à medida que “fala consigo mesmo”) e se dispõe a empreender a mudança (**convencimento**);

²²⁰ ARISTÓTELES. *Retórica*, 1988, p. 49.

²²¹ Id., *ibid.*, p. 50.

- por fim, é necessário que a nova opinião, filtrada pelo crivo da razão, mexa com **as emoções** do paciente-enunciador (agora no papel de ouvinte) a ponto de mobilizá-lo rumo a uma nova direção (**persuasão**).

Abaixo, examinamos um exemplo de aplicação do metamodelo em que o Sujeito se vê às voltas com um enunciado que traduz a crença limitante [**Eu não consigo emagrecer**].

A princípio, o **discurso** revela o que parece verdade (o Sujeito **acredita** que não consegue); em um segundo momento, ocupando simultaneamente o papel de **orador e de audiência**, poderá indagar a si mesmo [**“O que me impede de emagrecer?”**], de onde deduz, como ouvinte: [**Como demais quando estou ansioso**] (**convencimento** → **SE comer menos, ENTÃO conseguirá emagrecer**). Ainda no papel de ouvinte, pode, **em resposta**, propor: [**Vou comer menos**] ou [**Vou procurar ajuda para controlar minha ansiedade**] (**persuasão** → **ação**).

A alternativa revelada pela Estrutura Profunda, quando aceita, reforça o “caráter moral” do orador-ouvinte, na medida em que a sugestão revela bom senso. Contudo, tal sugestão só conduzirá à autopersuasão caso seja aceito o simulacro de verdade nela contida (o Sujeito pode **não aceitar** a condição de **comer menos, mas considerar a possibilidade de recorrer a algum tipo de terapia**; ou, ao contrário, **descartar a possibilidade de necessitar de ajuda especializada e optar por controlar a ingestão de alimentos**; ou ainda **não se satisfazer com nenhuma das soluções** reveladas, podendo, então, dar continuidade ao processo de derivação).

Atribuindo o mesmo valor tanto para a argumentação decorrente do discurso elaborado com fins persuasivos quanto para aquela mais afeita à “retórica dos sentimentos” – o caráter do orador e as emoções que este é capaz de despertar na audiência –, a abordagem aristotélica foi refutada inicialmente por Descartes e, em seguida, pela tradição científica, segundo a qual não haveria razão fora da ciência, sendo o resto apenas afetos e paixões.

Entretanto, conceber a argumentação sob o enfoque exclusivamente racional configura, igualmente, uma abstração. Sobre isso, Breton afirma que “as

ciências exatas não têm muito a dizer sobre o homem em sociedade ou sobre as razões que nos guiam nas nossas escolhas cotidianas”. Isso constitui a primeira grande dificuldade para a aplicação irrestrita do enfoque científico. O segundo entrave, conforme aponta:

[...] se refere [sic] ao fato de os homens em sociedade terem boas ou más razões para agir, entre as quais é preciso contar os grandes valores que os grupos humanos compartilham. Evidentemente, **estas razões são misturadas às paixões** e isto pode ser considerado um aspecto positivo. O importante, para retomar a noção da dominante na comunicação, é saber que é possível e desejável que em certos momentos nós estejamos em uma comunicação com dominante de paixão, minimizando o raciocínio, e que em outros momentos, o inverso seja o desejável. Os arroubos de generosidade dos quais o homem é capaz, isto sim, sobrepõem-se às vezes à razão. O exercício da razão permite, por sua vez, que se evite a violência dos conflitos, sempre que for desejável que esta violência seja evitada²²² [destaque nosso].

Considerando, pois, o aspecto racional-emocional indissolúvel do ser humano, fica claro o relevante papel das emoções como base para a argumentação, especialmente se a finalidade é persuadir. Nesse sentido, o autor menciona que “argumentar é também contribuir para construir, de certa maneira, um mundo no qual, quando se trata de defender uma opinião, a razão prevaleceria sobre as paixões e a estética sem, no entanto, negá-las [sic]”²²³.

O metamodelo oferece ao paciente-enunciador a oportunidade de percorrer o caminho que conduz da razão à emoção e vice-versa. As transformações permitem que o Sujeito experimente novas sensações diante de um mesmo fato – à medida que revelam novos significados –, “convencendo-se” de que seus conteúdos são passíveis de variadas interpretações. Ao persuadir-se pela reconstrução de seu próprio discurso, é impelido à ação, capacitando-se a adotar novas maneiras de ver e de estar no mundo.

²²² BRETON, Philippe. A argumentação na comunicação, p. 57, 1999.

²²³ Id., *ibid.*, p. 56.

5.2 Persuasão e deliberação

A retórica aristotélica apresenta três gêneros discursivos, cada qual empregado com fins específicos para sensibilizar ou mobilizar o auditório: o **deliberativo**, o **judicial** e o **epidíctico**.

A deliberação refere-se ao aconselhamento e à dissuasão, o gênero judicial à acusação e à defesa e o epidíctico ao elogio e à censura. A análise deste trabalho recai sobre o **gênero deliberativo**, por considerarmos ser esse o foco principal do metamodelo da PNL. Isso porque Bandler e Grinder recomendam que o terapeuta atenha-se a sucessivas indagações e deixe de emitir quaisquer juízos de valor²²⁴ sobre os enunciados originalmente apresentados pelo paciente, visando permitir que o Sujeito reflita sobre novos significados a partir de suas próprias afirmações.

Nas palavras de Aristóteles, “para o que delibera, o fim é o conveniente ou o prejudicial; pois o que aconselha recomenda-o como o melhor, e o que desaconselha dissuade-o como o pior”²²⁵.

Examinemos, então, o conceito de **deliberação**, a fim de apurarmos em que medida o Sujeito, submetido ao processo de derivação, seria capaz de deliberar. Nesse sentido, Aristóteles explica:

O orador deliberativo [...] não se ocupa de todas as coisas, mas apenas das que podem vir a acontecer ou não. [...] os assuntos passíveis de deliberação são claros; são os que naturalmente se relacionam conosco [sic] e cuja produção está em nossas mãos. Pois desenvolvemos a nossa observação até descobrirmos se nos é possível ou impossível fazer isso.²²⁶

O processo de derivação, conforme aplicado no metamodelo²²⁷, oferece ao Sujeito a possibilidade de deliberar sobre as transformações apuradas na passagem de seus enunciados do nível da Estrutura Superficial para o nível da Estrutura Profunda. A partir das novas possibilidades apresentadas ao

²²⁴ Cf. tópico 4.2.3 “Derivação: possíveis intervenções do terapeuta”.

²²⁵ ARISTÓTELES. *Retórica*, p. 56, .1988.

²²⁶ Id., *ibid.*, p. 58.

²²⁷ Cf. tópico 4.2.3 “Derivação: possíveis intervenções do terapeuta”.

paciente-enunciador, ele opta por adotá-las ou não sem a intervenção da vontade do terapeuta.

Uma vez que esse último participa do processo com a finalidade exclusiva de provocar, por meio de perguntas simples, inferências extraídas pelo próprio paciente, a partir das sucessivas transformações de seu enunciado original, fica claro que não é papel do terapeuta interferir diretamente no processo decisório.

Está, então, “nas mãos do paciente” decidir sobre o que é possível ou impossível de realizar, caracterizando assim o caráter deliberativo do metamodelo. Isso permite supor que o terapeuta é figura de que se pode prescindir no processo; uma vez compreendida a dinâmica do metamodelo, o próprio Sujeito estaria apto a empreender a derivação, encadeando a série de transformações que resulta na apuração da Estrutura Profunda do enunciado original, conforme exemplificado no tópico anterior.

5.2.1 Deliberar consigo mesmo

“Meditar, examinar, consultar a si mesmo; ponderar, refletir; decidir, resolver”: esses são alguns dos significados atribuídos ao verbete “deliberar”, segundo o Dicionário Aurélio. Deliberar consigo mesmo configuraria então uma espécie de **diálogo interior**, em que o orador representaria, simultaneamente, a própria audiência. A **relação entre deliberação e a natureza do auditório** é elemento-chave da prática persuasiva, conforme verificaremos.

Perelman afirma que a natureza do auditório ao qual alguns argumentos podem ser submetidos com sucesso determina tanto o aspecto que assumirão as argumentações quanto o caráter e o alcance que lhe serão atribuídos, e apresenta as três espécies de auditórios consagradas pelas práticas argumentativas:

O primeiro, constituído pela humanidade inteira, ou pelo menos por todos os homens adultos e normais, que chamaremos de **auditório universal**; o segundo [sic] formado, no diálogo, unicamente pelo **interlocutor a quem se**

dirige; o terceiro, enfim, **constituído pelo próprio sujeito**, quando ele delibera ou figura as razões de seus atos²²⁸ [destaque nosso].

Para a análise do discurso persuasivo presente no metamodelo, examinaremos o terceiro tipo de auditório, para constatar os possíveis efeitos da derivação sobre a deliberação do Sujeito consigo mesmo. Partimos do pressuposto que, conhecendo a estrutura do metamodelo, o paciente-enunciador pode assumir, simultaneamente, dois papéis: o de paciente e o de terapeuta, empreendendo um diálogo interior que lhe permita a auto-aplicação do processo de derivação de acordo com o metamodelo.

Segundo Perelman, a lógica identifica-se com as regras aplicadas para conduzir o pensamento próprio, ao contrário da dialética, que seria a técnica da controvérsia com outrem, e da retórica, técnica do discurso dirigido a muita gente. Ao deliberar consigo mesmo, “parece que o homem dotado de razão, que **procura formar-se [sic] uma convicção**, tem de desprezar todos os procedimentos que visam conquistar os outros: ele não pode, crê-se, deixar de ser sincero consigo mesmo e [sic] é, mais do que ninguém, capaz de experimentar o valor dos seus próprios argumentos”²²⁹.

O autor reforça seu pensamento citando Chaignet, que em sua abordagem sobre a retórica, afirma: “quando somos convencidos, somos vencidos apenas por nós mesmos, pelas nossas idéias. Quando somos persuadidos, sempre o somos por outrem.”²³⁰

A máxima de Isócrates corrobora o pensamento de Chaignet no que se refere ao convencimento, já que o filósofo postula que “os argumentos pelos quais convencemos os outros falando são os mesmos que utilizamos quando refletimos; chamamos oradores aos que são capazes de falar perante a multidão e consideramos de bom conselho aqueles que podem conversar consigo mesmos, da forma mais judiciosa, sobre os negócios”.²³¹

²²⁸ PERELMAN, Chaïm e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Tratado da argumentação, p. 34, 1996.

²²⁹ Id., *ibid.*, p. 45.

²³⁰ Chaignet, apud Perelman e Olbrechts-Tyteca. Tratado da argumentação, p. 45-46, 1996.

²³¹ Isócrates, apud Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca. Tratado da argumentação, p. 46, 1996.

Perelman complementa:

Com muita frequência, aliás, uma discussão com outrem não é mais do que um meio que utilizamos para nos esclarecer melhor. O acordo consigo mesmo é apenas um caso particular do acordo com os outros. Por isso, do nosso ponto de vista, é a análise da argumentação dirigida a outrem que nos fará compreender melhor a deliberação consigo mesmo, e não o inverso.²³²

Em resumo, os autores afirmam que, para persuadir um auditório, seja esse do tipo universal ou representado por um único interlocutor, no procedimento dialético, tornamo-nos tanto mais convincentes quanto mais estamos seguros das nossas próprias convicções.

5.2.2 Racionalização: debate versus discussão

A tênue demarcação que eventualmente se possa delinear entre a “discussão íntima” e aquela dirigida a outrem para chegar-se ao convencimento resvala, segundo observa Perelman, na diferenciação estabelecida pela psicologia entre **razão e racionalização**. Assim, assinala o autor que:

A psicologia das profundezas ensinou-nos a desconfiar até do que parece indubitável à nossa própria consciência. Mas as distinções que ela estabelece entre razões e racionalizações só poderão ser compreendidas se não tratarmos a deliberação como um caso particular de argumentação. O psicólogo dirá que **os motivos alegados pelo sujeito para explicar sua conduta constituem racionalizações**, se diferirem dos móveis reais que o determinaram a agir e que o sujeito ignora. Quanto a nós, tomaremos o termo racionalização num sentido mais amplo, sem nos prender ao fato de o sujeito ignorar, ou não, os verdadeiros motivos de sua conduta²³³ [destaque nosso].

A racionalização, conforme apresentada, seria, portanto, uma espécie de “justificativa”, “confirmação” ou “explicação” da razão que move o Sujeito em uma dada direção – razão essa nem sempre lógica, por tratar-se, muitas vezes, do impulso intuitivo que o impele naturalmente, como resposta a uma dada emoção. Como observa o autor, nem sempre o Sujeito busca, por meio desse expediente, camuflar os verdadeiros motivos de suas ações:

²³² PERELMAN, Chaïm e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Tratado da argumentação, p. 46, 1996.

²³³ Id., *ibid.*, p. 47.

Conquanto pareça ridículo, à primeira vista, um ser ponderado que, depois de ter agido por motivos muito “razoáveis”, se empenha em dar, em seu foro íntimo, razões muito diferentes aos seus atos, menos verossímeis, mas que o deixam sob uma luz mais bonita, uma racionalização assim explica-se perfeitamente quando a consideramos um arrazoado antecipado para o uso dos outros, que pode [sic] aliás [sic] ser perfeitamente adaptado a este ou àquele presumido ouvinte. Tal racionalização de modo algum significa, como crê Schopenhauer, que o nosso “intelecto” se atém a camuflar os verdadeiros motivos de nossos atos, que seriam, por sua vez, completamente irracionais. É possível que alguns atos tenham sido perfeitamente refletidos e tenham tido outras razões além daquelas que procuramos, posteriormente, fazer nossa consciência admitir. Aqueles que não vêem, ou não admitem, [sic] a importância da argumentação não podem explicar-se [sic] a racionalização que, para eles, não seria mais que a sombra de uma sombra.²³⁴

O processo de derivação, como se observa, admitiria, em um primeiro momento, a racionalização: ante um novo conteúdo semântico, o Sujeito poderia sentir-se tentado a questionar o porquê daquilo que lhe é apresentado ou qual o “verdadeiro” significado dessa nova proposição obtida pela transformação²³⁵, a fim de justificar ou consolidar as razões relativas a seu enunciado original.

Contudo, pôr-se a racionalizar sobre cada nova transformação obtida por meio do metamodelo não seria recomendável, pois tal procedimento estagnaria o processo de ampliação do modelo de mundo do paciente-enunciador, impedindo o convencimento e a autopersuasão. Ademais, sejam quais forem as razões, o que importa é que o Sujeito encontre soluções para suas aflições mediante a ampliação do modelo de mundo.

Nesse sentido, Perelman observa que:

[...] o valor retórico de um enunciado não poderia ser anulado pelo fato de que se trataria de uma argumentação que se julga construída a posteriori, depois que uma decisão íntima estava tomada, ou pelo fato de que se trata de uma argumentação baseada em premissas às quais o próprio orador não adere. Em ambos os casos, que são distintos embora ligados por certo aspecto, poderá ser feita a censura de insinceridade, de hipocrisia, por um observador, [sic] ou por um adversário. Mas esse será apenas um meio de desqualificação cujo alcance só subsistirá se a pessoa adotar uma perspectiva totalmente diferente da nossa; o mais das vezes, aliás, tal perspectiva se baseia numa concepção bem definida do real da pessoa.²³⁶

²³⁴ PERELMAN, Chaïm e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Tratado da argumentação, p. 47, 1996.

²³⁵ Bandler e Grinder propõem que a armadilha da racionalização seja evitada, sugerindo ao paciente-enunciador que deixe de lado as justificativas, concentrando-se no processo (“Como?” em vez de “Por quê?”). Cf. nota 188).

²³⁶ PERELMAN, Chaïm e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Tratado da argumentação, p. 49, 1996.

O trecho acima parece esclarecer o debate íntimo travado pelo Sujeito que experimenta, ante uma novidade, o torvelinho da contradição; sendo observador de si mesmo e identificando estados contraditórios em uma sucessão de enunciados próprios, assume sua adversidade interna, podendo, eventualmente, sob a ótica autocrítica, mirar-se no espelho da hipocrisia e da insinceridade. Dessa forma, observa o autor que:

[...] uma crença, uma vez estabelecida, sempre pode ser intensificada [...]. Por conseguinte, é legítimo que quem adquiriu uma certa convicção se empenhe em consolidá-la perante si mesmo, sobretudo perante ataques que possam vir do exterior; é normal que ele considere todos os argumentos suscetíveis de reforçá-la. Essas novas razões podem intensificar a convicção, protegê-la contra certos ataques nos quais não se pensara desde o início, precisar-lhe o alcance²³⁷ [destaque nosso].

Diante do exposto, parece natural que o Sujeito busque intensificar o sentido do enunciado originalmente proposto, estreitando seu significado em vez de ampliá-lo, pois tal amplitude pode gerar controvérsias. Eis um grande desafio a ser considerado para que o processo de derivação possa vencer a resistência naturalmente imposta pelo paciente-enunciador ante o sentimento de dúvida, incerteza ou contrariedade que cada transformação é capaz de gerar internamente.

Mudar a visão de mundo e empreender novas escolhas pode significar, para o Sujeito, a negação de suas razões anteriores e a ressignificação de cada novo enunciado obtido pela derivação a partir do zero.

Enredado na armadilha da racionalização, o Sujeito poderá consumir-se em um debate íntimo ao assumir dois papéis simultâneos: o de paciente e, supostamente, o de terapeuta, empreendendo ele próprio o questionamento que resultasse nas sucessivas transformações do enunciado original, conforme recomenda o metamodelo.

Resumidamente, na tentativa de opor as razões inerentes ao novo significado àquelas de seu enunciado original, o Sujeito experimenta uma contradição interior e, como vimos anteriormente, tende a racionalizar. De acordo com

²³⁷ PERELMAN, Chaïm e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Tratado da argumentação, p. 49, 1996.

Perelman, o procedimento dialético – nesse caso representado pelo diálogo interno – favorece o clima de debate e semeia conflitos à medida que se mostra francamente parcial. Como observa o autor:

No debate, [...] cada interlocutor só aventaria argumentos favoráveis à sua tese e só se preocuparia com argumentos que são desfavoráveis para refutá-los ou limitar-lhes o alcance. O homem com posição tomada é [sic] portanto parcial, tanto por ter tomado posição como por já não poder fazer valer senão a parte dos argumentos pertinentes que lhe é favorável, ficando os outros, por assim dizer, gelados e só aparecendo no debate se o adversário os aventar. Como se supõe que este último adote a mesma atitude, compreende-se que a discussão seja apresentada como uma busca sincera da verdade, enquanto, no debate, cada qual se preocupa sobretudo com o triunfo de sua própria tese.²³⁸

Ainda segundo o autor, o **diálogo interno**, à maneira do metamodelo, não deveria, porém, constituir:

[...] um **debate** em que as convicções estabelecidas e opostas são defendidas por seus respectivos partidários, mas uma discussão, em que os interlocutores buscam honestamente e sem preconceitos a melhor solução de um problema controvertido. [...] Opondo ao ponto de vista erístico o ponto de vista heurístico, certos autores contemporâneos apresentam a discussão como instrumento ideal para chegar a conclusões objetivamente válidas. Supõe-se que os interlocutores, na discussão, não se preocupam senão em mostrar e provar todos os argumentos, a favor ou contra, atinentes às diversas teses em presença. A discussão, levada a bom termo, deveria conduzir a uma conclusão inevitável e unanimemente admitida, se os argumentos, presumidamente com o mesmo peso para todos, estivessem dispostos como que nos pratos de uma balança²³⁹ [destaque nosso].

Então, parece-nos oportuno refletir sobre a questão **debate versus discussão** em relação ao metamodelo. Será assim retomado o exemplo apresentado em 5.1, a partir do qual foi simulada a seguinte situação de diálogo interno²⁴⁰:

Eu não consigo emagrecer. [ES]
“O que me impede de emagrecer?”
Como demais quando estou ansioso. [T]
Vou comer menos.[T]
Vou procurar ajuda para controlar minha ansiedade [T]

²³⁸ PERELMAN, Chaïm e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Tratado da argumentação, p. 42, 1996.

²³⁹ Id., *ibid.*, p. 41-42.

²⁴⁰ Neste exemplo e nos seguintes, as falas reproduzidas entre aspas “ ” correspondem aos enunciados do Sujeito quando representa o papel do terapeuta.

Ao transformar sua crença limitante [**Eu não consigo** emagrecer] na possível solução [**comer menos**], o Sujeito pode empreender um diálogo interno a partir de certas racionalizações, como [**Não consigo** comer pouco], [**Já como pouco**], [**Adoro comer**], [Comer é um de meus raros prazeres, do qual **não abro mão**], etc. Ante tal **debate íntimo**, a construção revelada no nível da Estrutura Profunda não é aceita pelo paciente-enunciador, constituindo, dessa maneira, novos problemas em vez de uma solução.

Ao examinar a segunda hipótese [**procurar ajuda**], o diálogo interno pode evidenciar, por meio da racionalização, outros entraves, como [**Não confio** em terapeutas/terapias], [**Não tenho dinheiro** para recorrer a uma terapia], [**Não estou disposto a** tomar remédios], todos eles reforçando a razão primeira para manter-se acima do peso desejado [**Não consigo**].

Diferentemente, a **discussão íntima** propõe uma abertura pluralista, em que cada novo significado revelado pelo processo de derivação seria considerado a partir de um equilibrado senso de razão e emoção: no primeiro caso [**comer menos**], o paciente poderia empreender transformações para descobrir [**“É saudável (para mim) comer menos?”**]; [**“Como eu me sentiria se comesse menos?”**]; em relação à segunda opção [**procurar ajuda**], o diálogo interno poderia conduzi-lo a perguntar-se [**“Que tipos de terapia seriam indicadas para quem quer emagrecer?”**]; [**“Quanto pode custar um tratamento para emagrecimento?”**].

Em suma, submetendo o enunciado originalmente proposto a sucessivas transformações, o paciente-enunciador pode, a princípio, alimentar um conflituoso **debate íntimo**, ao perceber que sua afirmação primeira vai assumindo outros significados, diferentes daquele inicialmente posto como verdadeiro.

Por outro lado, mais produtivo seria se as sucessivas transformações obtidas por meio desse processo configurassem, em vez de **debate íntimo**, uma **discussão interior**, que lhe permitisse considerar indiscriminadamente novos pontos de

vista a partir do pressuposto inicial, já que o Sujeito poderia encontrar-se aberto às novas possibilidades, sem arraigar-se às posições que antes defendia.

Tal enfoque estaria em conformidade com a proposta do metamodelo: a ampliação do modelo de mundo por meio de transições suaves, que evitam o conflito e não levam em conta juízos de valor preexistentes.

Assim sendo, a discussão interior pode tanto estimular quanto bloquear a racionalização; nesse último caso, é bem-vinda para a deliberação do Sujeito consigo mesmo durante o processo de derivação, pois permite ao paciente-enunciador expor suas razões para si mais claramente. Isso o encaminhará, conseqüentemente, ao convencimento e à autopersuasão.

5.3 O duplo gatilho argumentativo

Neste tópico, apresentamos alguns aspectos taxionômicos do argumento, buscando evidenciar possíveis práticas argumentativas relacionadas ao metamodelo a fim de promover persuasão. Exploraremos os conceitos de reenquadramento e vinculação, que constituem o que Breton apresenta como “duplo gatilho argumentativo”.

5.3.1 A dinâmica argumentativa

Baseamo-nos no conceito de argumento de BRETON, que o trata como “um molde ou forma argumentativa dada, e não o conjunto da mensagem”²⁴¹. O autor apresenta um esquema da dinâmica argumentativa, segundo o qual o orador:

- “mobiliza sua opinião, isolando-a provisoriamente do contexto na qual ela é produzida;
- identifica o seu ou os seus auditórios;
- identifica o contexto no qual seu argumento será recebido;

²⁴¹ BRETON, Philippe. A argumentação na comunicação, p. 62, 1999.

- ‘encaixa’ sua opinião em um ou vários argumentos;
- intervém no contexto de recepção do auditório para modificá-lo a fim de ‘abrir um lugar’ dentro dele para sua opinião. Ele utiliza para isso uma primeira categoria de argumentos, os ‘argumentos de enquadramento’;
- liga a opinião proposta ao contexto de recepção assim modificado, utilizando uma segunda categoria de argumentos, os ‘argumentos de ligação ou de vínculo’.”²⁴²

Na comparação do esquema ora proposto com o metamodelo observamos que:

- o enunciado concebido originalmente no nível da Estrutura Superficial é isolado provisoriamente de seu contexto original, para que se possa empreender a passagem à Estrutura Profunda;
- ao deliberar consigo mesmo, existe uma coincidência entre o orador e seu auditório (o próprio Sujeito);
- o paciente-enunciador não tem, a princípio, consciência do contexto adequadamente receptivo a seus novos argumentos face o conteúdo original revelado a cada nova transformação;
- mediante o processo de derivação, o Sujeito tenta “encaixar” a nova opinião, valendo-se de um ou mais argumentos (procedimento de racionalização);
- o paciente-enunciador promove um debate interno ou uma discussão íntima e procura “enquadrar” o(s) conteúdo(s) revelado(s) no nível da Estrutura Profunda;
- por fim, “vincula” o(s) novo(s) conteúdo(s) ao seu modelo de mundo, na medida em que tais novidades lhe pareçam plenamente aceitáveis.

Sob essa ótica, a dinâmica argumentativa apresentada por Breton pode ser associada ao metamodelo.

²⁴² BRETON, Philippe. A argumentação na comunicação, p. 64, 1999.

O autor ainda afirma que as **razões para aderir a um argumento** são de três ordens:

- 1) a ressonância: uma nova apresentação dos fatos pode entrar em ressonância com nossa visão mais geral do mundo, mesmo que ela apareça dotada de certo coeficiente de novidade. Tal ressonância tornará essa nova apresentação aceitável, sem outra conotação e com sentimento de evidência imediata;
- 2) a curiosidade: que nos levará a examinar com boa vontade uma nova maneira de ver as coisas, em que ainda não havíamos pensado;
- 3) o interesse: que poderá ser um formidável vetor de aceitação de uma visão de mundo que poderíamos rapidamente avaliar como algo que nos seria conveniente²⁴³.

Os novos significados apresentados pelas transformações empreendidas no metamodelo poderão suscitar curiosidade ou despertar o interesse do Sujeito, que possivelmente será persuadido a avaliá-las. No entanto, a ressonância, ao adaptar e enquadrar imediatamente o novo enunciado no modelo de mundo do Sujeito, torna o argumento prontamente aceitável, gerando convicção e persuasão.

Breton afirma que “o primeiro objetivo de um argumento é modificar o contexto de recepção do auditório para introduzir aí uma opinião”²⁴⁴, e explica que:

[...] a modificação do contexto de recepção se realiza [...] em duas etapas. A primeira etapa visa construir um real comum ao orador e ao auditório. Nesta comunhão [sic] o segundo tempo da argumentação se apoiará para construir um vínculo entre este acordo e a opinião proposta. Falaremos aqui de “duplo gatilho” argumentativo. Esta expressão designa aqui o que parece ser o aspecto essencial da dinâmica da comunicação: dirigimo-nos aos outros, primeiramente para que eles **mudem sua visão das coisas** [enquadramento], em seguida, para lhes **mostrar que a nova opinião proposta está de acordo com esta nova visão das coisas** [vinculação]²⁴⁵ [os destaques são nossos].

²⁴³ BRETON, Philippe. A argumentação na comunicação, p. 72-74, 1999.

²⁴⁴ Id., *ibid.*, p. 67.

²⁴⁵ Id., *ibid.*, p. 67.

Assim, examinaremos que relação se pode estabelecer entre o duplo gatilho argumentativo e o metamodelo.

5.3.2 Enquadramento

No tocante ao **enquadramento**, Breton postula:

Primeira fase essencial do duplo gatilho argumentativo, o enquadramento do real permite constituir o fundo no qual a opinião proposta encontrará harmoniosamente seu lugar, desde que o vínculo seja convenientemente estabelecido. Este real de referência que devemos construir, [sic] será para o auditório, a condição de aceitabilidade do que queremos convencer.

O enquadramento do real dita a ordem do mundo e propõe que a partilhemos.²⁴⁶

Essa “ordem do mundo”, de acordo com o autor, constitui “famílias de argumentos”, conforme três princípios:

- 1) delegação do saber sobre essa ordem (argumento pela autoridade);
- 2) compartilhamento *a priori* de valores ou crenças (argumento pelos valores);
- 3) “reenquadramento”, que compreende a invenção ou combinação de elementos.

A partir dessa topicalização, destacam-se duas categorias distintas de argumentos: os dois primeiros casos configurarão argumentos **conservadores**²⁴⁷, enquanto o reenquadramento revelará argumentos **inovadores**.

Os argumentos **conservadores** “visam reativar circuitos antigos ao invés de fazer nascer novos circuitos, mesmo que a argumentação consista no estabelecimento

²⁴⁶ BRETON, Philippe. *A argumentação na comunicação*, p. 75, 1999.

²⁴⁷ Salvo alguns casos especiais de compartilhamento de valores que buscam promover mudanças e que poderiam ser incluídos entre os **argumentos inovadores**. Breton destaca que certos valores podem ser considerados revolucionários, à medida que visam provocar mudanças em vez de perpetuar o *status quo* baseando-se nos conceitos de valores concretos e abstratos de Perelman (para maiores detalhes, Cf. PERELMAN, 1996, p. 87-90).

de um novo vínculo entre a tese e o já aceito”²⁴⁸. Dentre as principais características apontadas para essa categoria de argumentos, destacam-se:

- a busca de elementos preexistentes no auditório;
- a ressonância entre o já conhecido e a novidade proposta;
- o foco no já adquirido, no previamente existente, na tradição;
- o baixo coeficiente de novidade;
- a afirmação pela autoridade, seja na do próprio orador ou invocada por ele ou ainda nos aspectos conhecidos de autoridade do próprio auditório; pode-se também empregar uma construção *a contrario*, usando uma autoridade negativa para desqualificar uma opinião (invocando personalidades sobejamente apontadas como de caráter polêmico negativo ou duvidoso, como, por exemplo, afirmar que “Hitler concordaria com este ponto de vista” ou “Herodes aprovaria esta prática”, em uma tentativa de induzir a audiência a rechaçar um argumento).

Ao empregar o poder de delegação por meio da **afirmação pela autoridade** para manter a ordem do mundo, o modelo conservador apóia-se, principalmente, no saber, na competência, na experiência e na confiabilidade inerentes à autoridade eleita como exemplar; também se vale do testemunho (no caso, como modelo de autoridade própria) para a validação dos argumentos propostos²⁴⁹.

No metamodelo, a afirmação por testemunho é aceitável, por relacionar-se diretamente ao paciente-enunciador, enquanto a afirmação por autoridade parece pouco provável, pois o terapeuta não pode ser considerado como tal, na medida em que não deve emitir juízos de valor. Além disso, não se deve confundir a invocação da autoridade com a invocação do poder, uma vez que,

²⁴⁸ BRETON, Philippe. *A argumentação na comunicação*, p. 76, 1999.

²⁴⁹ Id., *ibid.*, p. 77.

nesse último caso, os argumentos apresentados configurariam o exercício da força, da coação e da violência²⁵⁰.

O compartilhamento de valores e de crenças é considerado atinente à estrutura conservadora, visto que “os valores comuns constituem um apoio essencial para desenvolver uma argumentação. Sua lembrança é em si mesma um argumento que enquadra com mais força do que a realidade se os valores tiverem um alcance mais amplo e uma força de incitação maior”²⁵¹.

Cada comunidade organiza-se em torno de valores específicos, que adquirem significado comum aos seus integrantes, não havendo, assim, argumentos que satisfaçam unanimemente às expectativas de variados auditórios. Analogamente, em uma mesma comunidade, não existem argumentos capazes de satisfazer a todos os seus integrantes.

Portanto, vale registrar a orientação de Bandler e Grinder, ao destacarem que cada paciente sempre faz as melhores escolhas em função de seu modelo de mundo particular, constituído por um repertório de valores comuns a uma dada sociedade²⁵².

Em detrimento dos argumentos inovadores, os **conservadores** parecem mais convenientes ao metamodelo, pois representariam uma suave transição do paciente-enunciador rumo à aceitação do novo significado obtido pela Estrutura Profunda desvelada, já que são caracterizados pelo baixo coeficiente de novidade, ressonância e apelo a elementos preexistentes. Além disso, ao delegar, eventualmente, a esse paciente o *status* de autoridade, incitando-o a relembrar suas experiências anteriores bem sucedidas, permite-lhe a validação do novo enfoque proposto pelo próprio testemunho.

Diferentemente, os **argumentos inovadores** propõem uma nova definição do real, uma representação original no interior da qual a tese proposta tem um lugar natural e evidente, caracterizando, assim, o terceiro princípio fundamental para o estabelecimento da “ordem do mundo”: o reenquadramento

²⁵⁰ BRETON, Philippe. *A argumentação na comunicação*, p. 13, 1999.

²⁵¹ Id., *ibid.*, p. 86.

²⁵² Cf. nota 332, p. 184.

do real²⁵³. Nesse sentido, Breton apresenta as três categorias dos argumentos de reenquadramento: a **definição**, a **apresentação** e a **associação-dissociação**.

A primeira delas, a **definição**, constitui, segundo o autor, um instrumento preciso de reenquadramento. É preciso cautela, no entanto, para não confundir o **argumento de definição** com o **instrumento de conhecimento** que a própria definição constitui:

A definição argumentativa é bem distinta da definição normativa ou descritiva, que supõe uma identidade controlável entre o que é definido e quem define, ao passo que se trata neste caso de apresentar o que é definido sob um ângulo propício à argumentação, sem que com isso se esteja enganando o auditório. Uma definição argumentativa que se apresenta como uma definição normativa ou descritiva e leva o auditório a crer nesta confusão é manipulação.²⁵⁴

O argumento de definição é empregado pelo metamodelo nos casos de “verbos não-completamente especificados”, “leitura da mente” e debelação de “nominalizações”²⁵⁵. Se o Sujeito afirma, por exemplo, “Segui o **procedimento** e não obtive o resultado desejado”, é possível empreender a derivação a partir da sugestão “**Defina procedimento**”, de forma a permitir que ele reflita sobre suas ações na medida em que as vai detalhando, passo a passo.

Mediante a definição que lhe é apresentada, é capaz de convencer-se das novas possibilidades reveladas pela representação em Estrutura Profunda, empreender nova escolha e alcançar o resultado desejado. Assim sendo, o argumento de definição pode ser empregado pelo metamodelo para convencer e persuadir.

A **apresentação**, segunda categoria apontada pelo autor, visa ordenar a exposição dos argumentos, valendo-se das seguintes subcategorias:

²⁵³ A questão do reenquadramento recebeu especial atenção de Bandler e Grinder; em 1982, os autores publicaram o livro *REFRAMING: Neuro Linguistic Programming and the Transformation of Meaning* que, em português, recebeu o nome de *Resignificando: programação neurolingüística e a transformação do significado* [1984], em que relatam diversas experiências voltadas ao uso da ressignificação (Cf. **Glossário**), conceito bastante aproximado ao de reenquadramento.

²⁵⁴ BRETON, Philippe. *A argumentação na comunicação*, p. 97, 1999.

²⁵⁵ Cf. exemplos no **Apêndice A**.

A descrição: no procedimento descritivo, os fatos que geram o percurso narrativo são selecionados, qualificados, amplificados e geralmente interpretados. Sobre isso, o autor postula:

Todas estas operações concorrem para a sua identificação e para o seu uso argumentativo [encadeados sem] a pretensão de dizer a verdade dos fatos, mas de partilhar uma narrativa provisória para fazer que [sic] dela derive uma convicção.

Um elemento do raciocínio pode assim ser isolado e qualificado como sendo “fato”, suscetível, então [sic] de observação, de testemunho, de prova, de transcrição em linguagem cifrada. Deste modo, o argumento de probabilidade, que não tem nada a ver com as estatísticas, insiste em uma suposta regularidade do real que foi isolado para a ocasião. Poderíamos, assim [sic] convencer uma pessoa a pegar um guarda-chuva ao descrever-lhe o céu como nublado. Fora de qualquer conhecimento meteorológico (cujos limites são [sic] aliás [sic] bem conhecidos), o real proposto se [sic] apóia na probabilidade que associa a presença de nuvens à chuva.²⁵⁶

O processo de derivação incentiva o paciente-enunciador a **descrever seu raciocínio**, estimulando-o a ordená-lo e a perceber outras possíveis atitudes – e conseqüentes sensações a elas atreladas – relacionadas à Estrutura Superficial inicial (como nos casos do emprego inadvertido de “advérbios de modo”, de “pressuposições” ou de “leitura da mente”)²⁵⁷.

Ante a afirmação “Pelo jeito como ele me trata, **obviamente não gosta de mim**”, é possível obter transformações solicitando ao Sujeito: “**Descreva o ‘jeito’ como você é tratado**”. A partir do quadro esboçado pela descrição detalhada, o paciente-enunciador é capaz de concluir que “**Ele é discreto, não gosta de demonstrar suas emoções publicamente**”, representação mais completa da Estrutura Profunda obtida a partir do primeiro enunciado. Assim, os argumentos por descrição parecem igualmente presentes e adequados ao metamodelo para fins persuasivos.

A amplificação: consiste no reforço da idéia pelo encadeamento de certos elementos que não sejam duvidosos por meio da **repetição**, da **acumulação de detalhes** ou da **acentuação** de certas passagens, ex.: “Ele não gosta de mim:

²⁵⁶ BRETON, Philippe. *A argumentação na comunicação*, p. 100-101, 1999.

²⁵⁷ Cf. Apêndice A, Eliminação/“Clara e obviamente”; Distorção/“Pressuposições” e “Leitura da mente”.

todos os dias **chega apressado, mal me cumprimenta, não me olha e senta no fundo da sala, praticamente me ignora**".

Perelman recomenda cuidado na utilização desse recurso, pois a amplitude do argumento pode encerrar incompatibilidades e incoerências, fazendo cair por terra a trama argumentativa encadeada pelo orador²⁵⁸. No exemplo apresentado, "chegar atrasado" não apresenta relação direta com "sentar no fundo da sala" nem com o suposto desprezo experimentado pelo paciente-enunciador ao declarar "praticamente me ignora".

Os argumentos de amplificação parecem especialmente apropriados à debelação de "pressuposições" e ao uso de "verbos não-completamente especificados"²⁵⁹, apontados pelo metamodelo. Ante o enunciado "Meu chefe **exige** muito de mim", o paciente-enunciador é estimulado a transformar, mediante derivação, o sentido da "exigência" – que, amplificado, desdobra-se em "Ele **exige pontualidade, clareza de informações e capricho nos relatórios**", tornando essas virtudes mais visíveis e aceitáveis para o Sujeito.

A qualificação: o argumento de qualificação remete a uma justificação suposta, porém adequada à argumentação em curso. Requer, por vezes, o desenvolvimento de algumas das noções empregadas no decorrer da exposição e facilita a consolidação do ponto de vista do orador junto à audiência. Observamos que o argumento de qualificação somente poderia ser empregado pelo Sujeito à medida que, uma vez convencido pelo novo significado apreendido no nível da Estrutura Profunda, proponha-se a racionalizar sobre a novidade apresentada, procedimento incomum na exploração do metamodelo (geralmente, conforme exemplificado anteriormente, o paciente-enunciador **aceita e assimila** prontamente o significado resultante de uma dada transformação ou **continua a derivação** até encontrar algum sentido que lhe pareça adequado ou **interrompe o processo**). O uso de tal argumento parece-nos mais adequado quando ocorre a intervenção do terapeuta, contribuindo para

²⁵⁸ PERELMAN, Chaïm e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Tratado da argumentação, p. 551, 1996.

²⁵⁹ Cf. Apêndice A, Distorção/"Pressuposições" e Generalização/"Verbos não-completamente especificados" .

justificar e consolidar o novo significado, caracterizando, assim, intervenção terapêutica, não a exploração do metamodelo pelo próprio Sujeito.

A expoliação: consiste em uma “repetição do mesmo sentido sob várias formas diferentes e permite assim uma melhor compreensão sem provocar cansaço.”²⁶⁰

O argumento de expoliação é composto a partir de sinônimos e metáforas, baseadas em um acordo prévio com a audiência que, encadeados, traçam uma visão global do real, que encontra ressonância junto ao imaginário da ouvinte. Como no caso da qualificação, o emprego desse argumento parece também mais apropriado mediante a intervenção do terapeuta.

Apresentamos, por fim, a terceira categoria dos argumentos de reenquadramento: a **associação-dissociação**. Optamos por subcategorizá-la, para facilitar seu entendimento.

A associação: consiste em uma nova combinatória de elementos preexistentes, geralmente obtida ao se fazer reagrupamentos, confrontações e aproximações inéditas, visando à criação de um “novo real”²⁶¹. Apoiando-se no pensamento de Pierre Oléron, Breton enfatiza a importância da “relação” entre os fatos ou as atitudes, já que, de acordo com aquele, “uma parte da atividade intelectual consiste em apreender ou em estabelecer similitudes ou conexões entre os objetos sobre os quais ela é exercida”²⁶². Breton acrescenta:

Segundo ele [Oléron], estas similitudes ou conexões não podem, no entanto, “ser definidas de uma maneira perfeitamente objetiva” e “a argumentação trabalha com esta relativa indeterminação” [1993, p. 97-98]. [...]

A “similitude entre fatos, procedimentos, instituições, abordagens” permite igualmente, segundo Oléron, que apareçam “comunidades de natureza” [1993, p. 101]. O autor cita o exemplo da eutanásia [sic] que pode ser considerada ou não como um “assassinato” (o que nos aproxima da qualificação examinada anteriormente). Para ele, efetuar uma aproximação sem vínculo “com o objetivo essencial de produzir um efeito no auditório” é um “amálgama”, um autêntico procedimento de apresentação, sem relação com o raciocínio argumentativo.²⁶³

²⁶⁰ BRETON, Philippe. A argumentação na comunicação, p. 105, 1999.

²⁶¹ Id., *ibid.*, p. 106.

²⁶² OLÉRON apud BRETON, *ibid.*, p. 107, 1999.

²⁶³ Id., *ibid.*, p. 107-108

Portanto, a associação constitui um exercício da percepção humana na reconstrução do real.

A dissociação: “o argumento por dissociação permite que se quebre a unidade de noções muito dogmáticas e induz uma maior flexibilidade para se mover no real”²⁶⁴. “Depois da operação de dissociação, a opinião proposta que não encontrava espaço em um primeiro momento, [sic] estará de acordo com uma das visões de mundo obtidas”²⁶⁵. Sobre a dissociação, Perelman esclarece:

A dissociação das noções, como a concebemos, consiste num remanejamento mais profundo, sempre provocado pelo desejo de remover uma incompatibilidade, nascida do cotejo de uma tese com outras, trate-se de normas, de fatos ou de verdades. Algumas soluções práticas possibilitam resolver a dificuldade no plano exclusivo da ação, evitar que a incompatibilidade se apresente, diluí-la no tempo, sacrificar um dos valores que entram em conflito, ou os dois. A dissociação das noções corresponde, nesse plano prático, a um compromisso, mas conduz, no plano teórico, a uma solução que valerá igualmente no futuro porque, ao reestruturar a nossa concepção do real, ela impede o reaparecimento da mesma incompatibilidade. Ela salvaguarda, ao menos parcialmente, os elementos incompatíveis. Ainda que o objeto tenha desaparecido na operação, foi porém [sic] com menor prejuízo que esta se realizou, pois damos, ao que é importante, seu lugar certo no pensamento, propiciando a ele, ao mesmo tempo, uma coerência ao abrigo das dificuldades da mesma ordem.²⁶⁶

Os conceitos de associação e dissociação são amplamente utilizados no metamodelo da PNL, quer no intuito de despertar sensações²⁶⁷, quer na debelação de generalizações, como no caso de desconstrução de equivalências, conforme o seguinte exemplo:

Meu marido não sorri para mim = Meu marido não gosta de mim
(*associação* “não sorri→não gosta”)
“O fato de seu marido não sorrir para você [ES] significa que ele não gosta de você [ES]?” (*associação*)
Sim. [ES] (*associação mediante emoção/sensação*)
“O fato de você não sorrir para seu marido significa que você não gosta dele?” (*dissociação* “eu→meu marido”)
Não. [T] (*dissociação racional*)
“O que isso pode significar?”
Que estou cansada; ou que estou aborrecida com outra coisa (as crianças, meu trabalho). [T] [*recuperação da Estrutura*]

²⁶⁴ BRETON, Philippe. A argumentação na comunicação, p. 109, 1999.

²⁶⁵ Id., *ibid.*, p. 108.

²⁶⁶ PERELMAN, Chaïm e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Tratado da argumentação, p. 469, 1996.

²⁶⁷ Cf. conceitos de associação/dissociação no Glossário.

Profunda; (associação “não sorrir→estar cansada/aborrecida com outra coisa”)]

“Seu marido também poderia estar cansado ou aborrecido com outra coisa e, por isso, não sorrir para você?” [(associação “meu marido→eu”); (associação “não sorrir→estar cansado/aborrecido com outra coisa”)]

Sim. [T] Meu marido pode não sorrir para mim por estar cansado ou aborrecido e, mesmo assim, gostar de mim. [EP] (associação)

Breton considera o argumento de reenquadramento do real mais difícil de ser empregado do que os dois outros tipos – argumento pela autoridade ou pelos valores – mas igualmente poderoso. “Seu uso mobiliza amplamente o pensamento, quer se trate de sua agilidade ou de sua abertura”²⁶⁸.

A ampliação do modelo de mundo proposta pelo metamodelo requer o enquadramento/reenquadramento da Estrutura Profunda desvelada pelo processo de derivação e adequada à realidade do paciente-enunciador. A aceitação de novos significados desvelados a partir do uso dos argumentos de enquadramento/reenquadramento evidencia o caráter persuasivo do metamodelo.

5.3.3 Vinculação

Enquanto o argumento de enquadramento propõe ao auditório o exame de um novo ponto de vista, a vinculação busca mudar a opinião da audiência mediante a adesão a essa nova visão de mundo. A estrutura do “díptico argumentativo” é efetivada em duas etapas: um “acordo prévio” – enquadramento, em que a audiência “permite” que uma nova opinião lhe seja apresentada – e um “acordo final” – vinculação, a partir do qual a audiência “admite” ou “aceita” a novidade proposta²⁶⁹.

Nessa segunda etapa, “os argumentos são de duas ordens, correspondendo a vínculos que não são da mesma natureza: ou deduziremos que a opinião defendida faz parte da realidade assim enquadrada, ou proporemos que a

²⁶⁸ Cf. BRETON, 1999, p. 111.

²⁶⁹ Cf. BRETON, 1999, p. 113.

realidade enquadrada constitui um dos termos de uma analogia e o outro termo é a opinião”²⁷⁰. Os vínculos seriam, então, de natureza dedutiva ou analógica. Cada um deles será examinado, bem como suas subcategorias à maneira como o autor as apresenta.

O **vínculo dedutivo** tem sua origem na lógica, baseando-se especialmente na estrutura do silogismo; trata-se de construir uma cadeia que será contínua e, de certa maneira, lógica. Breton destaca três subcategorias relacionadas ao vínculo dedutivo: os **argumentos quase-lógicos**, os **causais** e os **de reciprocidade**. Abaixo, será verificado como cada um deles opera, além de sua possível relação com o metamodelo.

Argumentos quase-lógicos: usam um raciocínio próximo do raciocínio científico, o que os torna, às vezes, difíceis de serem distinguidos da demonstração. Todavia, a demonstração lógica tem verificação para todos os casos, ao passo que a argumentação quase lógica, por sua natureza, comporta inúmeras exceções muito amplas²⁷¹. Compreendem os argumentos de **transitividade**, de **onipotência** e de **divisão**, conforme exemplificado a seguir.

O **argumento de transitividade**, que enuncia que “os amigos de meus amigos são meus amigos”, constitui um exemplo de como se constrói uma cadeia contínua a partir de elementos fortemente relacionados:

Trata-se de um argumento que é somente “quase lógico”, pois se sabe que ele está mais inserido no espaço do provável do que no espaço da certeza. Deste modo, é provável que as escolhas de meus amigos possam ser próximas das escolhas que eu poderia fazer, mas esta regra tem evidentemente exceções notáveis: nem todos os amigos de meus amigos poderiam ser meus amigos por diversas razões.²⁷²

No exemplo que ilustra o caso de associação/dissociação, o terapeuta vale-se de um argumento de transitividade para convencer o Sujeito de que “não sorrir” é diferente de “não gostar”. Para tanto, induz o paciente-enunciador a se colocar no lugar do outro por meio do questionamento “Quando você não sorri é

²⁷⁰ Cf. BRETON, 1999, p. 113-114.

²⁷¹ Cf. BRETON, 1999, p. 121.

²⁷² BRETON, Philippe. A argumentação na comunicação, p. 118, 1999.

porque não gosta?” e estabelece a seguir uma relação quase lógica: “Da mesma maneira que você não sorri, mas gosta, seu marido pode não sorrir e gostar”. Verifica-se, pois, a presença de tais argumentos no processo de derivação e seu teor de persuasão.

Argumento de onipotência: “consiste em considerar o auditório que se quer convencer como ‘todo-poderoso’ sobre a situação dada; [...] é freqüentemente empregado em um contexto dramático, em que a força ameaça ser vencedora.”²⁷³ O argumento de onipotência, assim como o de qualificação, requer, a nosso ver, a intervenção do terapeuta; o paciente-enunciador não parece capaz de identificar em si mesmo o poder intrínseco, requisitado por esse tipo de argumento, a partir do processo de derivação conforme proposto pelo metamodelo. O Sujeito necessitaria, pois, do estímulo do terapeuta para reforçar sua auto-estima, não estando habilitado ao uso desse argumento no processo auto-deliberativo.

Argumento da divisão: neste tipo de argumento de transitividade, as qualidades do todo são transferíveis às partes, como no exemplo proposto por Breton, em que afirma:

[...] posso convencer que um objeto é verde se mostrar que ele pertence a um conjunto que é, por sua vez, de cor verde. [...] Deste modo, certa árvore terá provavelmente folhas verdes, pois as árvores, em geral, têm folhas verdes. [...] Pode-se ver a força e a fragilidade deste raciocínio. Ele enquadra o real afirmando que a maioria das árvores têm [sic] folhas verdes e propõe como argumento de vínculo uma dedução: logo, uma árvore em particular será provavelmente verde.²⁷⁴

O argumento de divisão está presente no processo de Generalização²⁷⁵ da modelagem e pode ser facilmente desconstruído pela derivação: quando o paciente-enunciador afirma convicto que [Todos os meus colegas de trabalho me ignoram], ante a indagação enfática do terapeuta [“**TODOS ELES sem exceção??!!**”], é possível fazer com que ele alcance o nível da Estrutura Profunda mediante transformações que tornem o enunciado mais próximo do

²⁷³ Cf. BRETON, 1999, p. 118-119.

²⁷⁴ BRETON, Philippe. *A argumentação na comunicação*, p. 122, 1999.

²⁷⁵ Cf. tópico 4.2.2 “Derivação e os processos de Eliminação, Distorção e Generalização” e Apêndice A.

real até chegar a [Apenas os gerentes me ignoram; os demais colegas são amistosos]; observamos que o Sujeito é capaz de empreender tais transformações ao deliberar consigo mesmo.

A segunda categoria de argumentos dedutivos baseia-se na relação de **causa e efeito**, como constataremos a seguir.

Argumentos causais: consistem “em transformar a opinião que se quer sustentar em uma causa ou em um efeito de alguma coisa sobre a qual não exista um acordo.”²⁷⁶

Um exemplo do uso inadequado dos argumentos causais no metamodelo pode ser encontrado nas distorções que estabelecem relações de “causa e efeito”²⁷⁷, como, por exemplo, a afirmação “**Ele me confunde com tantos dados**”. As transformações derivadas a partir desse enunciado podem revelar ao paciente-enunciador um novo significado: “**Eu não sei lidar com muitos dados**”, convencendo-o de suas limitações e persuadindo-o a adotar novos métodos para resolver tais dificuldades.

A terceira e última categoria compreende o princípio lógico da simetria, presente nos argumentos de reciprocidade, com será descrito a seguir.

Argumentos de reciprocidade: “visam aplicar o mesmo tratamento a duas situações correspondentes”, como afirma Perelman²⁷⁸. O conceito de relação simétrica, em lógica formal, refere-se a uma relação que possa ser afirmada tanto entre **b** e **a** como entre **a** e **b**; nas palavras do autor, “a ordem do antecedente e do conseqüente pode, pois, ser invertida”²⁷⁹. Como exemplo, o autor cita Quintiliano: “**O que é honroso aprender, também é honroso ensinar**”, em que seria possível considerar a recíproca verdadeira (**O que é honroso ensinar, também é honroso aprender**).

O uso do argumento de reciprocidade, a nosso ver, também está consignado à intervenção do terapeuta; a ele caberia a tarefa de estabelecer correspondência

²⁷⁶ Cf. BRETON, 1999, p. 127.

²⁷⁷ Cf. Apêndice A, Distorção/“Causa e efeito”.

²⁷⁸ Cf. PERELMAN, 1996, p. 250.

²⁷⁹ Cf. PERELMAN, 1996, p. 250.

entre o significado apurado pelo paciente-enunciador e um outro semelhante, possivelmente extraído do acervo amalhado pelo terapeuta a partir de suas clínicas. O Sujeito não estaria, em princípio, preparado para empreender tais relações, especialmente pelo caráter de novidade revelado por meio da transformação de seu enunciado original.

Concluindo o estudo da vinculação, passemos ao exame do **vínculo analógico** a partir do ponto de vista de Breton, que postula:

O uso da analogia constitui a segunda modalidade do **vínculo** que a argumentação tece **entre a opinião e o contexto da recepção**. A analogia é um vínculo menos garantido que a dedução, mas talvez mais poderoso, paradoxalmente, do ponto de vista da convicção que ele provoca. Ele consiste em estabelecer uma correspondência entre duas zonas do real até então separadas. Esta correspondência vai permitir que se transfira a uma das zonas as qualidades reconhecidas na outra zona²⁸⁰ [os destaques são nossos].

Como exemplo de vinculação por analogia, Breton vale-se de uma citação extraída de Aristóteles, que diz que “os magistrados não devem ser sorteados: na realidade é como se escolhêssemos os atletas por sorteio, não entre os que têm aptidão física para concorrer, mas os que tivessem sido favorecidos pela sorte: ou ainda que escolhêssemos por sorteio o marinheiro que deveria segurar o leme.”²⁸¹

No referido exemplo, Aristóteles realiza o **enquadramento** a partir de uma constatação: a de que os melhores competidores esportivos são os atletas treinados e aptos para tal objetivo. Em seguida, **estabelece um vínculo analógico**, ao propor que o nível de competência exigido dos atletas é análogo ao nível de competência exigido dos magistrados. Relaciona, assim, duas zonas distintas do real: uma é o objeto de um acordo prévio obtido pelo apelo aos valores, à autoridade ou a um reenquadramento da situação; a outra é formada pela opinião proposta.²⁸²

Breton destaca que, enquanto nos casos de vínculos dedutivos o acordo prévio é construído passo a passo e de maneira coerente, no modo analógico os vínculos

²⁸⁰ BRETON, Philippe. *A argumentação na comunicação*, p. 114, 1999.

²⁸¹ Cf. ARISTÓTELES, apud BRETON, 1999, p. 114-115).

²⁸² Cf. BRETON, 1999, p. 130.

podem ser supostos ou mesmo inventados. Desse modo, conforme exemplifica, “[...] se eu afirmar que ‘todo mundo, na América, pode fazer fortuna’, eu posso, para convencer, usar o argumento pelo exemplo que enunciaria que Bill Gates (uma das maiores fortunas da América) ou Steve Jobs ‘são jovens que começaram do nada e que hoje são bilionários’.”²⁸³

O vínculo criado pela analogia nada tem de lógico, mas é reconhecido e validado pela audiência, pois, como nos explica o autor,

O vínculo tecido aqui entre cada americano e estes dois em particular não depende de uma dedução, mas de uma ponte que é lançada sobre o precipício que separa estas duas personalidades dos outros americanos. Mas há neles “alguma coisa” que estabelece uma correspondência entre cada americano. Esta correspondência é subterrânea, mas reconhecida pelo auditório. Neste ponto pode-se dizer que surgiu uma espécie de outro acordo prévio. Mas este acordo não é explicitado no raciocínio argumentativo e não deve sê-lo, sob pena de destruir a analogia e seu poder de convicção. Ao contrário do caso do argumento dedutivo, em que a transferência do acordo se faz ao longo de uma cadeia contínua, estamos aqui em um espaço descontínuo, em que a palavra se permite saltos que ela teria dificuldade em justificar explicitamente em outras circunstâncias. A ponte lançada entre duas zonas do real se justifica assim apenas porque ela permite passar de uma margem para a outra.²⁸⁴

Embora se trate de uma “dedução escondida, não explicitada”, a vinculação analógica não se opõe à razão, visto que “as redes de correspondência subterrâneas que sustentam as analogias se [sic] alimentam dos recursos de nossa língua, de nossa cultura, das comunidades de pensamento que nos unem e constituem um dos elementos mais seguros dessas redes.”²⁸⁵

A analogia serve também para relacionar uma opinião que se queira defender a uma outra já aceita pelo auditório. Entretanto, convém observar que “**nem todas as analogias são argumentos** porque elas não estão todas a serviço da defesa de uma opinião.”²⁸⁶ Dentre as que constituem vínculos analógicos, o autor distingue três tipos: **a comparação**, **o exemplo** e **a metáfora**. Abaixo, será examinado o campo de ação de cada um deles.

²⁸³ BRETON, Philippe. *A argumentação na comunicação*, p. 131, 1999.

²⁸⁴ Id., *ibid.*

²⁸⁵ Id., *ibid.*, p. 132.

²⁸⁶ Cf. BRETON, 1999, p. 132, destaque nosso.

A comparação: de uso freqüente e cotidiano, esse vínculo retrata sua forte dimensão material relevando aspectos qualitativos (**melhor que, mais belo que**) e quantitativos (**maior que, superior a**). Contudo, os termos da comparação podem ser abrangentes, contestáveis ou mesmo confusos; como exemplifica Breton, “a famosa frase ‘tudo era melhor no meu tempo’ abre caminho para múltiplas avaliações termo a termo”²⁸⁷, uma vez que o enunciado tanto pode significar que as pessoas eram **mais educadas** ou que o nível escolar era **mais elevado**. Porém, há que se considerar: “**mais**” em relação a **quê**? Nem sempre é possível estabelecer critérios de precisão no que se refere à qualidade e à quantidade. Esse exemplo, assim como o apresentado anteriormente na análise do processo de Eliminação²⁸⁸ (Paulo é o **melhor** aluno / Paulo é o aluno **mais inteligente**), permite constatar que as comparações, quando desafiadas no processo de derivação, podem ser contestadas e facilmente derrubadas.

O exemplo: empregado amplamente com a finalidade de persuadir, é prático e eficaz a ponto de criar uma correspondência instantânea e subterrânea²⁸⁹. Além disso, segundo Perelman, apresenta como característica seu aspecto generalizante. Segundo sua abordagem, questiona:

Qual é a generalização que pode ser tirada do exemplo? A essa questão vincula estreitamente a de saber quais os casos que podem ser considerados exemplos da mesma regra. Isso porque é em relação a uma certa regra que alguns fenômenos são intercambiáveis e, por outro lado, a enumeração destes permite discernir o ponto de vista no qual foram assimilados um ao outro. É por essa razão que, quando se trata de aclarar uma regra com casos de aplicação variáveis, é útil fornecer alguns exemplos dela, tão diferentes quanto possível, pois dessa forma indica-se que, nesse caso, tais diferenças não importam.²⁹⁰

O autor aponta, como variantes do exemplo, a ilustração e o modelo:

A ilustração difere do exemplo em razão do estatuto da regra que uma e outro servem para apoiar.

Enquanto o exemplo era incumbido de fundamentar a regra, a ilustração tem a função de reforçar a adesão a uma regra conhecida e aceita, fornecendo casos particulares que esclarecem o enunciado geral, mostram o interesse deste através da variedade das aplicações possíveis, aumentam-lhe a presença

²⁸⁷ Cf. BRETON, 1999, p. 137.

²⁸⁸ Cf. Apêndice A, Eliminação/“Real comparado a quê?”.

²⁸⁹ Cf. o exemplo de Gates e Jobs, p. 147)

²⁹⁰ PERELMAN, Chaïm e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Tratado da argumentação, p. 399 e p. 403, 1996.

da consciência. [...] Enquanto o exemplo deve ser incontestável, a ilustração, da qual não depende a adesão à regra, pode ser duvidosa, mas deve impressionar vivamente a imaginação para impor-se à atenção.²⁹¹

O modelo indica a conduta a seguir e serve de caução a uma conduta adotada:

O fato de seguir um modelo reconhecido, de restringir-se a ele, garante o valor da conduta; portanto, o agente que essa atitude valoriza pode, por seu turno, servir de modelo. [...] Podem servir de modelo pessoas ou grupos cujo prestígio valoriza os atos. O valor da pessoa, reconhecido previamente, constitui a premissa da qual se tirará uma conclusão preconizando um comportamento particular. Não se imita qualquer um; para servir de modelo, é preciso um mínimo de prestígio.²⁹²

O exemplo, a ilustração e o modelo são argumentos úteis na debelação de Eliminações que empreguem “operadores modais”²⁹³ em seus enunciados. Para desconstruir a Estrutura Superficial presente na frase [**É impossível** ficar rico], a derivação pode ter início tomando por base um modelo ou exemplo: “**Bill Gates** é um homem rico? / **Como ele fez** para enriquecer?”.

Mediante a aceitação e identificação do paciente-enunciador com o exemplo ou modelo proposto, é possível então convencê-lo e persuadi-lo quanto ao conteúdo desvelado pela Estrutura Profunda relativa à proposição inicial – “**É possível, sim, enriquecer**” -, o que comprova a validade do emprego desse tipo de argumento no processo de modelagem.

Estabelecidas as nuances entre os conceitos de exemplo, ilustração e modelo, examinemos a terceira categoria dos vínculos analógicos.

A metáfora: nem todas as analogias são argumentos; sendo assim, a metáfora pode ser considerada um argumento quando serve para convencer, distinguindo-se então esse seu uso do estilístico.²⁹⁴ Pela metáfora, “transporta-se a significação própria de um nome para outra significação, que só lhe convém em virtude de uma comparação que já existe na mente.”²⁹⁵ Como esclarece Breton:

²⁹¹ PERELMAN, Chaïm e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Tratado da argumentação, p. 407, 1996.

²⁹² Id., *ibid.*, p. 414-415.

²⁹³ Cf. Apêndice A, Eliminação/“Operadores modais”.

²⁹⁴ Cf. BRETON, 1999, p. 133.

²⁹⁵ Cf. DUMARSAIS apud PERELMAN, 1996, p. 453.

[...] dizer de alguém que esta pessoa é um burro, supõe uma analogia entre o comportamento obstinado de um burro (que todos podem constatar) e o comportamento de tal pessoa, que não seria caracterizada por sua inteligência. [...]

A busca de uma analogia para provocar a adesão e [sic] sua forma mais extrema que é a metáfora, é provavelmente o mais frágil e o mais poderoso dos raciocínios argumentativos. Como observa Philibert Secretan, “a analogia se caracteriza, então, por uma oscilação entre a semelhança que ela significa e a dissemelhança que ela transpõe, sem, no entanto, reduzi-la [sic]” [1984, p.7].²⁹⁶

A metáfora, ao que parece, induz a uma forma sutil de comparação mental:

Da comparação ao exemplo e até a metáfora, há uma progressão em direção de uma maior liberdade de sugestão. A comparação, de fato, obriga a se ter um olhar preciso, quase em busca de uma similitude que beira a busca do idêntico. [...] Em contrapartida, a metáfora autoriza correspondências subterrâneas que se alimentam, às vezes, no mais profundo de nosso ser e de nossa cultura.²⁹⁷

A partir dessa definição, notamos que a metáfora, assim como a comparação e o exemplo, são casos a que se reporta o metamodelo legitimando esses argumentos como capazes de conduzir o paciente-enunciador à convicção e à persuasão.

Observamos que os objetivos do metamodelo – o desdobramento do enunciado original rumo à Estrutura Profunda e a ampliação do modelo de mundo do paciente-enunciador – são respaldados pelos dispositivos que estão na base da dinâmica argumentativa: o enquadramento e a vinculação.

O novo significado obtido a partir do enunciado original do Sujeito, após sucessivas transformações, deve ser reenquadrado e vinculado ao modelo de mundo do paciente para atender às suas expectativas. O processo de derivação adaptado ao metamodelo vale-se das mais variadas modalidades de argumentos a fim de oferecer ao Sujeito novas opções, o que permite interpretá-lo como uma estratégia capaz de conduzir o paciente-enunciador à convicção e conseqüente persuasão.

²⁹⁶ BRETON, Philippe. *A comunicação na argumentação*, p. 135, 1999.

²⁹⁷ Id., *ibid.*, p. 134.

5.4 Metamodelo, modelagem e persuasão

A modelagem, conforme definição apresentada no tópico 2.2, é uma espécie de aplicativo do metamodelo²⁹⁸. Como afirmam Bandler e Grinder:

Desejamos [...] apresentar-lhe um instrumental específico que nos parece estar implícito nas ações desses terapeutas [referindo-se a Perls, Satir e outros “magos”] [...]. Já que este instrumental não está baseado em nenhuma teoria psicológica ou abordagem terapêutica preexistentes, gostaríamos de apresentar uma simples visão geral dos processos humanos, a partir dos quais criamos estes instrumentos. Chamamos a este processo **modelagem**.²⁹⁹

Os “processos humanos” a que fazem referência são a **Eliminação**, a **Distorção** e a **Generalização**³⁰⁰, apresentados como “os três universais de modelagem humana”, para a identificação de fenômenos lingüísticos específicos³⁰¹ por meio da recuperação da Estrutura Profunda do enunciado, a partir de sua representação em Estrutura Superficial. Cabe, assim, verificar a eventual relação entre modelagem e persuasão.

5.4.1 Modelagem, competência e performance

A modelagem é apresentada como um guia “passo a passo” de aplicação do metamodelo:

O metamodelo é um instrumento que está à disposição dos terapeutas de qualquer escola de psicoterapia. Sua praticabilidade é dupla: primeiro, oferece uma direção explícita (isto é, **passo a passo** e, portanto [sic] passível de ser aprendida [**modelada**]) para o que fazer a seguir [sic] em qualquer ponto do encontro terapêutico e, segundo, qualquer um que seja falante nativo do inglês já tem as intuições necessárias para a utilização do metamodelo; precisa apenas tornar-se consciente dessas intuições³⁰² [destaque nosso].

²⁹⁸ O conceito foi abordado de maneira mais abrangente pelos autores nas obras subsequentes à que estudamos em nosso corpus, especialmente em Sapos e príncipes (BANDLER e GRINDER, 1982) e Usando sua mente (BANDLER, 1987).

²⁹⁹ BANDLER, Richard e GRINDER, John. A estrutura da magia I, p. 26, 1977.

³⁰⁰ Cf. tópico 4.2.2 “**Derivação e os processos de Eliminação, Distorção e Generalização**”.

³⁰¹ BANDLER, Richard e GRINDER, John. A estrutura da magia I, p. 84, 1977.

³⁰² Id., *ibid.*, p. 193-194, 1977. Consideramos o metamodelo aplicável também para falantes nativos da língua portuguesa.

Ao considerar o metamodelo auto-aplicável por qualquer falante nativo de uma dada língua – desde que esse domine a técnica de modelagem, apresentada passo a passo –, Bandler e Grinder confirmam a hipótese de deliberação consigo mesmo a partir da exploração do processo de derivação. A performance do paciente-enunciador no mundo dependerá, então, da competência: ele é, a um tempo, o performático Sujeito que “faz ser” e o competente “ser do fazer”.³⁰³

O binômio **competência/performance** é objeto de interesse tanto da lingüística quanto da psicologia, especialmente no que se refere ao fazer persuasivo. Nesse sentido, postula Chomsky:

Não é raro traçar-se uma linha divisória entre as duas disciplinas – lingüística e psicologia –, em termos dos tipos de dados que cada um prefere utilizar e do seu interesse específico. Assim, a lingüística é considerada como a área que se baseia em julgamentos de informantes, em material extraído, no uso limitado que se possa fazer de um corpus concreto etc., para tentar determinar a natureza da gramática e da gramática universal. Interessa-se pela competência, o sistema de regras e princípios que supomos ter sido internalizado de algum modo pela pessoa que fala uma língua, e que permite ao falante, em princípio, compreender qualquer sentença e produzir sentenças que expressem seu pensamento. [...] A psicologia, ao contrário, preocupa-se com o desempenho, e não com a competência; interessa-se pelos processos de produção, interpretação e outros semelhantes, que utilizam o conhecimento obtido e pelos processos através dos quais se dá a transição do estado inicial ao estado final, isto é, a aquisição da linguagem.

Essa distinção sempre me pareceu sem sentido. [...] Uma pessoa que esteja preocupada com a competência subjacente certamente terá interesse em explorar qualquer explicação que possa surgir sobre modelos de processos que incluam este ou aquele conjunto de hipóteses a respeito do conhecimento lingüístico. Além disso, é evidente que a investigação do desempenho se apoiará, na medida do possível, naquilo que sabemos sobre os sistemas de conhecimento que são postos em prática.³⁰⁴

A relação entre **competência, performance e a abordagem sintagmática** foi questionada em 1976 por A. J. Greimas ao observar que:

[...] pode-se tentar uma abordagem diferente, perguntando-se, na perspectiva propriamente semiótica, se não é possível imaginar e determinar as condições em que as modalidades consideradas seriam suscetíveis de constituir seqüências sintagmáticas ordenadas, ou, na falta delas, percursos sintagmáticos previsíveis. Isso permitiria responder, ao menos parcialmente, a questões ingênuas do tipo: que percurso se adota para chegar, a partir da instância gerativa *ab quo*, do ponto zero, até a instância *ad quem*, até a

³⁰³ Cf. GREIMAS, A. J. *Da modalidade*, p. 61, 1976.

³⁰⁴ CHOMSKY, Noam. *Regras e representações*, p. 153, 1981.

realização do ato, até a performance? Como, por outro lado, se chega, a partir de um simples enunciado de estado, isto é, a partir de determinações quaisquer atribuíveis a sujeitos quaisquer, a um saber assegurado e assumido a respeito do mundo e a respeito do discurso que relata o mundo?³⁰⁵

A partir desse questionamento, o autor propõe a organização da **competência pragmática** em que as competências **dever/poder/querer/saber-fazer** resultariam na performance **fazer-ser**:

O esboço de organização sintagmática das modalidades que propomos, [sic] só pode ter um estatuto operatório. Esta é sugerida, em parte, por uma longa tradição filosófica; apóia-se, sobretudo, no reconhecimento dos esquemas canônicos da narração, em que se distinguem nitidamente duas instâncias – a da instauração do sujeito (marcada pela aparição das modalidades eficientes /dever-fazer/ e / ou /querer-fazer) e a da qualificação do sujeito (as modalidades / poder-fazer / e / ou /saber-fazer / [sic], que determinam os modos de ação ulteriores.

Todavia, fato bastante curioso, semelhante organização sintagmática, que se desejaria considerar como canônica, se [sic] parece justificar-se [sic] in abstracto, como o simulacro da passagem ao ato, não corresponde [sic] ao que se passa ao nível da manifestação e, notadamente, nos discursos que descrevem a aquisição da competência, que desencadeia performance: o sujeito pode, por exemplo, ser dotado do poder-fazer, sem que possua, por isso, o querer-fazer, o que deveria tê-lo precedido. Trata-se de uma dificuldade que a catálise, a explicitação dos pressupostos [sic] não pode resolver sozinha: tudo se passa como que [sic] as modalizações sucessivas que constituem a competência do sujeito não proviessem de uma única instância original, mas de várias (de vários destinadores, diríamos em termos de gramática narrativa). A interpretação que propõe distinguir modalidades intrínsecas (o querer-fazer e o saber-fazer), opondo-se às modalidades extrínsecas (o dever-fazer e o poder-fazer), por muito interessante que seja, não parece ainda trazer uma solução definitiva.³⁰⁶

Assim, a figura do terapeuta mostra-se, de fato, prescindível, não cabendo a esse “facilitador” (“*people-helper*”) nenhum tipo de ação com o objetivo explícito de convencer ou persuadir o paciente-enunciador de qualquer maneira, estimulando as modalidades extrínsecas de um dever-fazer ou poder-fazer. Cabe, pois, ao Sujeito, exclusivamente, decidir sobre seu querer-fazer; quando muito, a modelagem poderia dotá-lo de um saber/poder-fazer, a partir da recuperação da Estrutura Profunda de seus enunciados, que desvelariam novas opções de comportamentos e atitudes.

³⁰⁵ GREIMAS, A.J. *Da modalidade*, p. 73, 1976.

³⁰⁶ *Ibid.*, p. 75.

Isso é o que Bandler e Grinder evidenciam no parágrafo final da conclusão de A estrutura da magia I, ao afirmarem que:

Estamos satisfeitos em assinalar não só que o último encantamento para crescimento e potencial é que você próprio pode utilizar esta linguagem de crescimento para enriquecer as habilidades que tem como ajudante de pessoas, mas também que **você pode utilizar esta linguagem de crescimento para enriquecer sua própria vida e seu próprio potencial como ser humano**³⁰⁷ [destaque nosso].

³⁰⁷ BANDLER, Richard e GRINDER, John. A estrutura da magia I, p. 220, 1977.

CONCLUSÃO

Escrever é fácil.
Você começa com maiúscula
e termina com ponto.
No meio, você coloca idéias.

(Pablo Neruda)

A proposta inicial de explorar A estrutura da magia I a partir de pressupostos teóricos da Lingüística resultou num estudo a um tempo estimulante e surpreendente. Mergulhar no universo da Gramática Gerativo-transformacional e dela **extrair os padrões metodológicos** que estão na base de uma teoria *a priori* desordenada como a **Programação Neurolingüística (PNL)** tornaram nosso percurso desafiador e envolvente.

No Brasil, uma mística rondava a PNL; muitas vezes ouvimos falar de seu caráter especulativo e manipulador. Atribuía-se a seus praticantes certos sortilégios, a exemplo da abordagem antropológica de Lévi-Strauss sobre magia, apresentada na *Introdução* deste trabalho; tal aspecto mágico, no entanto, não se revelou.

Conforme constatamos no primeiro capítulo do presente estudo, a “magia” a que se referem **Richard Bandler e John Grinder**, os idealizadores da Programação Neurolingüística, refere-se à atuação de alguns “magos terapeutas” por eles observados, dentre os quais destacam-se Frederick (Fritz) S. Perls e Virgínia Satir.

A partir dessa observação, Bandler e Grinder evidenciaram alguns padrões lingüísticos que constituíam um “modelo bem-estruturado de linguagem para terapia”. Aqueles magos terapeutas sabiam explorar adequadamente tais padrões, extraíndo novos conteúdos semânticos do discurso de seus pacientes. Ao agregarem os novos significados revelados durante as sessões de terapia ao próprio repertório, os pacientes eram beneficiados com expressivas mudanças de comportamento e ampliação de visão de mundo.

Bandler e Grinder associaram os padrões empregados por Perls e Satir às **transformações** obtidas por meio do **processo de derivação** da **Gramática Gerativo-transformacional**. Tomando por base o modelo “semanticamente bem-

estruturado” de linguagem, desenvolvido por **Noam Chomsky**, os criadores da PNL idealizaram um modelo lingüístico “bem-estruturado para terapia”.

Conforme observaram os autores, cada indivíduo cria uma representação interna – um **modelo de mundo**, simulacro de realidade – a partir de suas próprias experiências. Ao “representar essas representações” por meio da linguagem, constitui seu **metamodelo**.

As transformações permitem a exploração do metamodelo a partir dos níveis mais simples e concretos – enunciados apresentados no discurso do Sujeito em **Estrutura Superficial** – aos níveis mais complexos e elaborados – novos significados resgatados pela **Estrutura Profunda**. Desta forma, o processo de derivação revela novos conteúdos semânticos que podem ser aceitos pelo paciente e adaptados ao seu modelo de mundo.

O metamodelo da PNL é explorado a partir do processo de **modelagem**, espécie de técnica descritiva “passo a passo” sobre como empreender as transformações adequadas que permitam alcançar o nível da Estrutura Profunda de um enunciado.

A minuciosa análise do metamodelo mostrou que este operador encontra-se, mediante a modelagem, à disposição de qualquer falante nativo, não requerendo atribuições especiais nem intermediários para sua exploração. É suficiente que o Sujeito saiba identificar e burilar adequadamente os processos de **Eliminação**, **Distorção** e **Generalização** – casos específicos de má-formação semântica a que as representações lingüísticas estão sujeitas – para empreender, a partir desses processos, as transformações adequadas.

Em Estruturas sintáticas, Chomsky registrou sua inquietação quanto às **relações sintático-semânticas**, enumerando vários problemas relativos à sintaxe, dentre os quais os **efeitos da comparação, da nominalização, da construção causativa e da reflexivização**. Bandler e Grinder recuperam tais efeitos, associando-os aos processos de Eliminação, Distorção e Generalização, examinados a partir de um **enfoque semântico**.

Observamos que, embora Bandler e Grinder não o façam de modo pontual, é possível relacionar algumas das construções sintáticas mencionadas por Chomsky em Estruturas aos exemplos apresentados pelos criadores da PNL nas categorias ou “classes” do metamodelo; assim, a questão do apagamento na construção comparativa é explorada no processo de Eliminação; e os efeitos da reflexivização, da nominalização e da relação causativa estão presentes no processo de Distorção.

Tais constatações, somadas ao emprego da derivação no processo de modelagem, nos permitem afirmar que a PNL baseou-se consistentemente nos princípios da Gramática Gerativo-transformacional.

Ainda no tocante à modelagem, os criadores da PNL recomendam que a participação do **terapeuta** fique restrita ao papel de mero “facilitador” (*people-helper*), cabendo a ele apenas **indagar** ao paciente sobre os elementos lingüísticos eliminados de seu modelo semanticamente mal-estruturado – enunciado formulado em Estrutura Superficial – a fim de promover a recuperação deles – ampliação do sentido mediante sua passagem para o nível da Estrutura Profunda.

Bandler e Grinder observam, no entanto, que o metamodelo poderia ser empregado como **método complementar a outras formas de terapia**³⁰⁸. Assim, os autores consideram também a possibilidade de o terapeuta simplesmente **aceitar** a representação do Sujeito ou **intuir** sobre essa representação, baseando-se em sua experiência clínica, auxiliando-o na ampliação do sentido.

Esta última possibilidade levou-nos a especular sobre a **prática argumentativa**, ante a hipótese de que os novos significados revelados no nível da Estrutura Profunda, se perscrutados pelo terapeuta, poderiam prestar-se a fins persuasivos.

Examinando os tipos clássicos de auditório apontados pela **retórica** (Aristóteles e Perelman) verificamos que os argumentos são explorados pelo metamodelo por meio de um **procedimento autodeliberativo**, representando o Sujeito sua própria audiência, não estando este, portanto, consignado à vontade ou às representações sugeridas pelo terapeuta.

³⁰⁸ Cf. Apêndice B.

Mesmo que o terapeuta venha a desencadear o processo de derivação, mediante indagações iniciais, é o **diálogo interior** que conduz o Sujeito à reflexão, esta ao **convencimento** e, por fim, à **persuasão-ação**.

A recuperação do nível de Estrutura Profunda pode abalar o paciente, instigando, num primeiro momento, um **debate íntimo** no qual suas convicções primeiras tendem a ser reforçadas por um procedimento de **racionalização**. Na hipótese de que isso ocorra, o Sujeito experimenta com ele próprio um conflito interior, buscando consolidar suas razões e crenças anteriores frente ao novo.

Diferentemente, caso o Sujeito se disponha a considerar cada transformação resultante do processo de derivação – levando em conta também suas **emoções**, sem, no entanto, arraigar-se às suas razões originais –, abre-se para uma **discussão interna** de cunho pluralista, analisando com serenidade/neutralidade uma gama de **opções potencialmente assimiláveis ao seu modelo de mundo**.

Vários **tipos de argumentos** presentes nas categorias selecionadas por Breton são explorados na desconstrução de Eliminações, Distorções e Generalizações ou na edificação das transformações necessárias à recuperação da representação no nível de Estrutura Profunda³⁰⁹. Uma vez revelado um novo sentido, sua incorporação dependerá do adequado **enquadramento/reenquadramento** e da **vinculação** pertinente ao modelo de mundo do Sujeito; a aceitação e assimilação de novos significados estão, assim, consignadas a essa adequação.

O terapeuta, enfatizamos, não é investido de “poderes mágicos”; não é sua função manipular o Sujeito nem induzi-lo à persuasão, figurando como mero coadjuvante do qual se pode prescindir.

À medida que o **Sujeito** se torna **competente**, a modalidade extrínseca do dever-fazer não lhe é imposta; quando muito, a modelagem pode dotá-lo de certas competências como o poder-saber-fazer; mas é ele o único senhor capaz de fazer-ser.

No tocante ao enfoque lingüístico, o metamodelo mostra-se um operador adequado para recuperar o nível da Estrutura Profunda do enunciado e tal operação pode, conseqüentemente, ampliar o modelo de mundo do Sujeito; o

³⁰⁹ Cf. tópico 5.3 e Apêndice A.

uso adequado dos argumentos facilita a exploração do metamodelo por meio da modelagem e permite ao Sujeito deliberar consigo mesmo.

À sua maneira, Bandler e Grinder revelaram “a estrutura da magia” subjacente ao discurso de terapeutas exemplares no que se refere a mudanças de comportamento. Esperamos que o presente estudo contribua para desfazer a mística acerca da PNL e desperte outras questões inerentes à essa teoria, pródiga de conceitos instigantes para a discussão acadêmica.

BIBLIOGRAFIA

ANDREAS, Steve; FAULKNER, Charles. **PNL: a nova tecnologia do sucesso**, Rio de Janeiro: Campus, 1995.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1998.

BACH, Emmon. **Teoria sintática**. Rio de Janeiro : Zahar, 1981.

BANDLER, Richard. **Usando sua mente: as coisas que você não sabe que não sabe**. São Paulo: Summus, 1987.

_____ ; GRINDER, John. **A estrutura da magia I: um livro sobre linguagem e terapia**. Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, 1977.

_____. *The structure of magic II: a book about communication and therapy*, Palo Alto : Science and Behavior Books, 1976.

_____. **Atravessando: passagens em psicoterapia**, São Paulo : Summus, 1984.

_____. **Resignificando: Programação Neurolingüística e a transformação do significado**. São Paulo : Summus, 1986.

_____. **Sapos em príncipes**, São Paulo : Summus, 1982.

BANDLER, Richard; LA VALLE, John. **Engenharia da persuasão**, Rio de Janeiro : Rocco, 1999.

BRETON, Philippe. **A argumentação na comunicação**. Bauru : EDUSC, 1999.

CAMERON-BANDLER, Leslie. **Soluções: antídotos práticos para problemas sexuais e de relacionamento**, São Paulo : Summus, 1991.

CARELLI, Gabriela. Para estressados mirins. **Veja**, p.127-128, 15 de set., 2005.

CHOMSKY, Noam. **Aspectos da teoria da sintaxe**, Coimbra : Armênio Amado, 1975.

_____. **Estruturas sintáticas**, Lisboa : Edições 70, s.d.

_____. **Linguagem e mente**, Brasília : Universidade de Brasília, 1998.

_____. **Lingüística Cartesiana**, São Paulo : Edusp, 1972.

_____. **Regras e representações**, Rio de Janeiro : Zahar, 1981.

_____; FITCH, W. Tecumesh; HAUSER, Marc D. The faculty of language: what is it, who has it, and how did it evolve? **Science**, v. 298, 1569-1579, 28 nov. 2002.

DILTS, Robert. **A estratégia da genialidade I**, São Paulo : Summus, 1998.

_____. **A estratégia da genialidade II**, São Paulo : Summus, 1999.

_____ et alli. **Neuro-linguistic programming vol. I: the study of the structure of subjective experience**. Capitola : Meta Publications, 1980.

_____; HALLBOM, Tim; SMITH, Suzy. **Crenças: caminho para a saúde e bem-estar**, São Paulo : Summus, 1993.

DUBOIS, Jean. **Retórica geral**. São Paulo : Cultrix, 1974.

_____ et alli. **Dicionário de lingüística**. São Paulo : Cultrix, 1993.

GREIMAS, Algirdas Julien. **Semiótica do discurso científico. Da modalidade**, São Paulo: Difel, 1976.

_____; COURTÉS, Joseph. **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Cultrix, 1989.

GUILHERMINO, Clô. **É tempo de mudança**. São Paulo : Gaia, 1996.

<http://www.golfinho.com.br>. Acesso em 20 set. 2003.

<http://www.nplu.com>. Acesso em 17 ago. 2003.

<http://www.nlpu.com/grindbio.htm>. Acesso em 27 nov. 2000.

<http://www.britannica.com/eb/article-35096>. Acesso em 2 dez. 2005.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1975.

LYONS, John. **As idéias de Chomsky**. São Paulo : Cultrix, 1974.

MARTHE, Marcelo. O alto-astral da auto-ajuda. **Veja**, p.114-122, 13 de nov., 2002. (Referente à chamada de capa “Auto - ajuda que funciona: o que dizem os mais respeitados autores que ensinam você a ter sucesso e viver melhor”)

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis : Vozes, 2003.

O’CONNOR, Joseph; SEYMOUR, John. **Introdução à programação neurolingüística: como entender e influenciar as pessoas**. São Paulo : Summus, 1995.

PETILLO, Alexandre; SOUZA, Alison de. Ajude-se. **Superinteressante**, ed. 216, p.68, ago., 2005.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado de argumentação: a nova retórica**. São Paulo : Martins Fontes, 1996.

PINKER, Steven. **O instinto da linguagem**. São Paulo : Martins Fontes, 2002.

_____. **Tábula rasa**. São Paulo : Companhia das Letras, 2004.

RIBEIRO, Lair. **O sucesso não ocorre por acaso**. São Paulo : Moderna, 2002.

ROBBINS, Anthony. **Poder sem limites**. Rio de Janeiro : Best Seller, 2005.

SANCHES, Neuza. Mágicos do sucesso. **Veja**, p. 124-125, 17 de abr., 1996.

SOUZA, Okky de. Circo de atrações. **Veja**, p. 92-93, 3 de jul. ,1996.

SPRITZER, Nelson. **Pensamento e mudança**. Porto Alegre : L&PM, 1993.

TEIXEIRA, Jerônimo. Os gansos dos ovos de ouro. **Veja**, p.136-137, 22 de set., 2005.

Glossário

Outros conceitos da PNL relacionados ao metamodelo e à modelagem

A seguir, serão apresentadas as definições de alguns fundamentos da PNL mencionados no presente estudo. De um extenso glossário, foram selecionados, segundo as definições de Joseph O'Connor e John Seymour (a)³¹⁰ e/ou de Robert Dilts (b)³¹¹, os seguintes conceitos:

Ancoragem: a) “O processo pelo qual qualquer estímulo ou representação (externa ou interna) fica conectado a uma reação e a dispara. As âncoras podem ocorrer naturalmente ou ser criadas intencionalmente”. b) Segundo Robert Dilts, tal processo é “semelhante ao condicionamento clássico”. Convém observar que tais estímulos/sensações podem ser representados visualmente (ex.: um ícone – bandeira nacional –, uma foto da pessoa amada), auditivamente (ex.: uma música – a do início de um romance –, um som – o barulho das ondas do mar –, um tom de voz) ou cinestesticamente (um toque localizado, um aroma – o cheiro do café –, um sabor específico – o bolo de fubá da vovó).

Associar/associação (relativo a associado, cf. dissociado): a) “Dentro de uma experiência, enxergar através dos próprios olhos, de plena posse de todos os seus sentidos”. Trata-se de experimentar ou simular a experimentação de uma dada situação vivida pela própria pessoa ou por outrem.

Calibração: a) “Perceber atentamente o estado de outra pessoa, lendo os sinais não-verbais”. b) “O processo de aprender a ler as respostas inconscientes, não-verbais de outra pessoa em uma interação contínua, equiparando pistas de comportamento observáveis a um estado interno específico”.

Cinestésico: a) “Relativo aos sentidos, ao aparato sensorial, que inclui sensações táteis, sensações internas (como por exemplo, as sensações lembradas e as emoções) e o senso de equilíbrio”. b) “Relacionado a **sensações do corpo**. Em

³¹⁰ O'CONNOR, Joseph e SEYMOUR, John. Glossário in Introdução à programação neurolingüística: como entender e influenciar as pessoas, p. 221-227, 1995.

³¹¹ DILTS, Robert. Glossário in A estratégia da genialidade, vol. II, p. 186-190, 1999.

PNL, o termo cinestésico é usado para cercar todos os tipos de sentimentos, incluindo o **tátil, o visceral e o emocional**³¹²”.

Congruência: a) “Estado de integridade e de total sinceridade em que todos os aspectos da pessoa trabalham juntos para atingir um objetivo”. b) “Quando todas as crenças internas de uma pessoa, suas estratégias e comportamentos estão completamente de acordo e alinhadas para assegurar um resultado desejado”. Representa a coerência entre as linguagens verbal – o que se diz – e não-verbal – gestos, expressão facial e corporal.

Dissociado/dissociação (relativo a dissociar, cf. associar): a) “Que não está dentro de uma experiência, que observa ou ouve de fora”. Tal processo permite aliviar a tensão emocional associada a um acontecimento, visando explorar outros aspectos relativos ao fato, não percebidos anteriormente. Presta-se à ampliação do modelo de mundo do sujeito, à **passagem da estrutura superficial para a estrutura profunda**, conforme será visto adiante.

Ecologia: a) “Preocupação com o relacionamento geral entre um ser e seu ambiente. O termo também é usado em referência à ecologia interna: o relacionamento global entre uma pessoa e seus pensamentos, estratégias, comportamentos, capacidades, valores e crenças. O equilíbrio dinâmico dos elementos em qualquer sistema”.

Espelhar (relativo a espelhamento): a) “Copiar de maneira precisa segmentos do comportamento de outra pessoa”, seja em relação à aparência ou a certas características individuais, como a velocidade da fala, a linguagem gestual, o vocabulário, etc.

Espelhamento cruzado: a) “Acompanhar a linguagem corporal de uma pessoa com um movimento diferente, por exemplo, bater o pé no ritmo de sua fala”.

Estratégia: a) “Uma seqüência de pensamentos e comportamentos para atingir um determinado objetivo”. b) “Um conjunto de etapas mentais e comportamentais específicas usadas para alcançar um determinado resultado.

³¹² Cf. nota 68, à p. 48.

Em PNL, considera-se que o aspecto mais importante de uma estratégia são os sistemas representacionais usados para cumprir os passos específicos”.

Linha temporal (ou linha do tempo): a) “A forma como armazenamos imagens, sons e sentimentos de nosso passado, presente e futuro”. Refere-se, mais especificamente, à localização sensorial e/ou espacial do acervo de nossas lembranças ou de imagens projetadas no futuro (ex.: ao lembrar-se do passado, uma pessoa pode ter a sensação de que as imagens vão-se formando seqüencialmente da esquerda para a direita; ou, ao projetar o futuro, as imagens parecem formar-se à frente, seqüencialmente para o alto).

Metaprograma(s): a) “Filtros que aplicamos sistematicamente à nossa experiência”. b) “Um nível de programação mental que determina como ordenamos, orientamos e segmentamos nossas experiências. Nossos metaprogramas são mais abstratos do que nossas estratégias específicas de pensamento, e definem nossa abordagem geral a um assunto em particular ao invés de detalhes de nosso processo mental”. Etapas (passos) que possibilitam a implantação do metamodelo por meio do processo de modelagem.

Pistas de acesso: a) “Maneiras como sintonizamos e afinamos nosso corpo através da respiração, postura, gestos e movimentos oculares, para pensar de um determinado modo”. b) “Comportamentos sutis que ajudarão a desencadear e a indicar que sistemas de representação a pessoa está usando para pensar. Geralmente, as pistas de acesso incluem **movimentos oculares, ritmo e tom de voz, postura corporal, gestos e padrões respiratórios**”.

Ponte para o futuro: a) “Ensaio mental de um objetivo para assegurar que o comportamento adequado irá ocorrer”. “É o processo de ensaiar mentalmente, a si mesmo, para alguma situação futura, a fim de ajudar a garantir que o comportamento desejado acontecerá natural e automaticamente.”

Rapport: a) “Relação de mútua confiança e compreensão entre duas ou mais pessoas. A capacidade de provocar reações de [sic] outra pessoa. Também chamado de empatia”. b) “O estabelecimento de **confiança**,

harmonia e cooperação em uma relação". Em suma, é o processo de criar e manter empatia.

Re-significação (ou ressignificação; relativo a ressignificar): a) **De conteúdo:** "Tomar uma afirmação e dar-lhe um novo significado, voltando a atenção para outra parte do conteúdo e perguntando: 'O que mais isto poderia significar?'". **De contexto:** "Mudar o contexto de uma declaração dando-lhe outro significado, por meio da pergunta: 'Onde essa reação seria adequada?'". b) "Um processo usado em PNL em que um comportamento problemático é separado da intenção positiva do programa interno ou da 'parte' que é responsável pelo comportamento. São estabelecidas novas escolhas de comportamento, em que a parte responsável pelo comportamento, [sic] antigo tem responsabilidade de implementar outros comportamentos que satisfaçam a mesma intenção positiva, mas sem gerar os subprodutos problemáticos". Processo relacionado à construção/reconstrução do sentido, fundamental para a implantação de um metamodelo e a aplicação da modelagem.

Ressignificar: a) "Mudar a estrutura de referência para lhe dar um novo significado. O mesmo que remodelar."

Sistema(s) de representações/representacional: a) "A maneira como codificamos mentalmente a informação em um ou em vários dos cinco sistemas sensoriais: visual, auditivo, cinestésico, olfativo e gustativo". b) "Os cinco sentidos: visão, audição, tato (sensação), olfato e paladar".

Submodalidades: a) "Distinções dentro de cada sistema representacional; qualidade das nossas representações internas; o menor dos blocos dos nossos pensamentos". b) "[...] são as qualidades sensoriais especiais percebidas em cada um dos sentidos. Por exemplo, submodalidades visuais **incluem cor, forma, movimento, luminosidade, profundidade** etc.; as submodalidades auditivas incluem **volume, intensidade, ritmo**, etc.; e as submodalidades cinestésicas incluem qualidades, como **pressão, temperatura, textura, localização**, etc."

APÊNDICE A

Categorias do metamodelo: classes especiais de Eliminação, Distorção e Generalização

As categorias do metamodelo da PNL foram esboçadas no capítulo 4 de *A estrutura da magia I*³¹³. Para cada um dos processos universais de modelagem, Bandler e Grinder atribuem “classes especiais”. À maneira dos autores, procuramos descrever e exemplificar todas elas, a fim de tornar claro como a derivação se processa em cada exemplo apontado.

1) Classes especiais de **Eliminação**: “real comparado a quê?”, “clara e obviamente”, “operadores modais”

- Classe I: Real comparado a quê? - Esta classe envolve o emprego de comparativos e superlativos (**mais “x” que, o mais “x”, “x”íssimo, o melhor**) que representam exatamente a porção eliminada da Estrutura Profunda. Tomemos os exemplos:

- a) Paulo é **mais inteligente**
- b) Paulo é **o mais inteligente**
- c) Paulo é **intelligentíssimo**
- d) Paulo é **o melhor aluno**

Em cada um dos casos ocorre uma **eliminação** de parte da Estrutura Profunda ou **apagamento**³¹⁴; para recuperá-la, Bandler e Grinder propõem sucessivas transformações, a partir da formulação de perguntas simples ao paciente:

- a) e b) “Paulo é mais inteligente / o mais inteligente [ES]³¹⁵ em **relação a quem?**”
Paulo é mais inteligente **em relação a João**, pois tira notas mais altas. [T]
Paulo tira notas mais altas que João. [EP]

³¹³ Uma compilação organizada de forma mais didática do metamodelo e de suas categorias foi apresentada pelos autores somente em 1981, num apêndice do livro *Atravessando: passagens em psicoterapia* (publicado no Brasil em 1984), sendo utilizada desde então pelos próprios autores e por seus seguidores; o Anexo apresentado a seguir traz o texto integral dessa versão, para que possa ser cotejada com o conteúdo extraído a partir de *A estrutura da magia I*, de nossa própria elaboração.

³¹⁴ Cf. Chomsky, tópico 3.3.2, “Gramaticalidade e semântica” ref. “construções comparativas”.

³¹⁵ Adotamos as inscrições [ES] para Estrutura Superficial, [EP] para Estrutura Profunda e [T] para Transformação. Os textos entre aspas “ ” representam possíveis intervenções do terapeuta.

- c) “Paulo é inteligentíssimo [ES] comparado a quem / a quê?”
Comparado à média dos alunos de sua classe.[T]
 Paulo é o aluno mais inteligente de sua classe. [EP]
- d) “Paulo é o melhor aluno [ES] comparado a quem?”
Aos demais alunos de sua classe. [T]
“Melhor em relação a quê (comportamento, notas)?”
Em relação às notas. [T]
 Paulo tira as melhores notas em sua classe. [EP]

Qualquer um dos enunciados propostos em Estrutura Superficial, quando desafiado, deixa transparecer que Paulo tira boas notas, o que não implica, necessariamente, ser “o melhor” ou “o mais inteligente”, mas apenas o que se destaca no restrito universo intelectual representado por sua classe.

- Classe II: Clara e obviamente - Esta classe pode ser identificada, segundo os autores, pela ocorrência do sufixo formador de advérbios de modo (“mente”), tal como empregado nos exemplos a seguir:

- e) **Obviamente** meu chefe não gosta de mim.
 f) **Lentamente** ela começou a chorar.

No entanto, observam, nem todo advérbio de modo constitui eliminação. Para verificar os casos em que tal processo se apresenta, os autores recomendam a criação de uma paráfrase, seguindo três etapas para a recuperação da parte ausente:

- i. eliminação do sufixo “mente” do advérbio para recuperação do adjetivo;
- ii. adição do verbo **ser** ou **estar** antes do adjetivo;
- iii. verificação da nova ES obtida: comparativamente, ela significa o mesmo que a ES original do paciente?

Assim teríamos:

- Para e) **Obviamente** meu chefe não gosta de mim = **É óbvio** que meu chefe não gosta de mim;
 Para f) **Lentamente** ela começou a chorar \neq **É lento** que ela começou a chorar.

A derivação seria aplicável, então, somente para e), em que a paráfrase se sustenta constituindo, pois, uma eliminação; no caso f), segundo os autores,

a recuperação das partes eliminadas não se aplica. Para recuperar a Estrutura Profunda de e), procede-se ao questionamento, como na classe I anteriormente apresentada:

- e) **“É óbvio [ES] para quem que seu chefe não gosta de você?”**
 É óbvio para mim. [T]
“Como / o que ele faz [T] que possa comprovar que ele não gosta de você?”
Ele não me elogia. [ES]
“Ele costuma elogiar outras pessoas / seus colegas?”
 Não, ele não costuma elogiar ninguém [T]
 Meu chefe não costuma elogiar a mim nem a outros colegas. [EP]

Nestes casos, que se assemelham aos de pressuposições, como veremos no tópico seguinte, o que, de início, é dado por óbvio (o chefe não gostar) não apresenta relação direta com o comportamento realmente comprovado (o chefe não costuma elogiar).

- Classe III: Operadores Modais - A terceira classe de eliminações especiais destaca a utilização de operadores modais de necessidade (nas frases que empregam construções como “tenho de”, “é preciso”, “é necessário”, “devo fazer”) ou de possibilidade³¹⁶ – “é impossível”, “não posso”, “não consigo”; como destacam Bandler e Grinder, eliminações deste alcance envolvem porções do modelo de mundo do paciente onde ele “experimenta opções ou escolhas limitadas”. Examinemos algumas delas:

- g) **Tenho de** dormir cedo.
- h) **É impossível** enriquecer.

Para frases que empregam operadores modais de necessidade, os autores recomendam que o paciente seja desafiado a partir do questionamento “Ou o que acontecerá se ‘x’ não ocorrer?”. Assim, em g), teríamos:

- g) **Tenho de [ES] dormir cedo.**
“Ou o que acontecerá, caso você não durma cedo?”
Não terei o rendimento esperado [ES] no trabalho. [T]
“Que tipo de rendimento, especificamente?”

³¹⁶ Consideramos mais adequado o uso da denominação “operadores modais de impossibilidade”, uma vez que tais situações retratam a impossibilidade de o interlocutor realizar alguma ação.

Não conseguirei me concentrar durante a primeira reunião de amanhã. [T]

Preciso descansar o suficiente para alcançar um bom desempenho na primeira reunião de amanhã. [EP]

O questionamento torna claro ao paciente-enunciador que sua preocupação refere-se, de fato, não ao tempo disponível para dormir, mas ao seu bom desempenho na reunião da manhã seguinte.

Nos casos de operadores modais de possibilidade, tais limitações podem ser desafiadas a partir de questionamentos como: “O que torna ‘x’ impossível?”; “O que o impede de ‘x’?”; “O que torna ‘x’ difícil para você?”; “O que o bloqueia a ponto de não conseguir ‘x’?”. Apliquemos o modelo em h):

h) É impossível ficar rico. [ES]

“O que torna enriquecer impossível?” ou “O que o impede de enriquecer?”

Não sei dizer; não sei como as pessoas enriquecem. [T]

Eu não conheço nenhuma maneira de enriquecer, por isso não considero possível ficar rico. [EP]

Uma vez desafiado, o Sujeito falante é capaz de perceber que sua “impossibilidade” de enriquecer pode ser traduzida como “falta de informação” ou “falta de estratégia” para obter bens materiais na medida que representem, para ele, “riqueza”.

2) Classes especiais de Distorção: “Nominalizações”, “Pressuposições”, “Causa e Efeito” e “Leitura da Mente”.

- Classe I: Nominalizações - O reconhecimento das nominalizações³¹⁷ possibilita ao terapeuta localizar a Estrutura Superficial que restringe a possibilidade de ação do paciente; segundo observam,

(...) o propósito de reconhecer nominalizações é auxiliar o paciente a religar seu modelo lingüístico aos processos dinâmicos, em andamento, da vida. Especificamente, reverter as nominalizações auxilia o paciente a chegar a ver aquilo que ele considerou um evento, acabado e além do seu controle; é um processo em andamento que pode ser modificado. O processo lingüístico de

³¹⁷ Cf. Chomsky, tópico **3.3.2.** “Gramaticalidade e semântica” ref. “Nominalizações”.

nominalização é um processo transformacional complexo pelo qual uma palavra-processo ou verbo na Estrutura Profunda aparece como uma palavra-evento, ou substantivo. O primeiro passo na reversão de nominalizações é reconhecê-las.³¹⁸

Com base nesse conceito, propõem o exame de seus efeitos através de um exemplo onde o processo de derivação é aplicado a partir de uma nominalização. Na frase “*I really regret my decision* / Eu realmente lamento [por] minha decisão”, destacam os autores, o **substantivo** *decision*/decisão **assume o significado da ação** (*to decide*/decidir), fazendo com que o enunciador restrinja o significado expresso na Estrutura Superficial a um evento posto e acabado; explorado em termos de Estrutura Profunda, no entanto, o sentido pode ser ampliado, uma vez que julgam tratar-se de um processo, uma ação em andamento – e não de um fato consumado – capaz de permitir ao indivíduo múltiplas escolhas:

“A tarefa do terapeuta é auxiliar o paciente a ver que o que ele representou em seu modelo como um evento terminado e acabado é um **processo em andamento**, que pode ser influenciado por ele. Há inúmeras maneiras de se executar isto. Por exemplo, o terapeuta pode perguntar como o paciente se sente a respeito de sua decisão. O paciente responde, e o terapeuta continua a aplicar as técnicas do metamodelo. Aqui, o terapeuta está trabalhando para religar o evento com o processo corrente”³¹⁹ [destaque nosso].

Para tanto, o terapeuta poderia formular uma questão do tipo: [“Você poderia imaginar alguma coisa (ou situação) capaz de mudar sua decisão?”]; ou “Você poderia imaginar como a situação ficaria se você tomasse um decisão diferente?”³²⁰]; caso a resposta do paciente seja elaborada novamente nos moldes de Estrutura Superficial, caberia ao terapeuta empreender sucessivas transformações, “como guia para seu próximo passo em induzir a modificação no paciente”.

Donde concluem que o efeito da aplicação sistemática destas duas técnicas – identificação e conseqüente debelação de eliminações e distorções mediante a aplicação do processo de derivação – promoveria tanto a recuperação de

³¹⁸ BANDLER, Richard e GRINDER, John. *A estrutura da magia I*, p. 105, 1977.

³¹⁹ Id., *ibid.*, p. 70.

³²⁰ Bandler e Grinder consideram mais eficaz incentivar o paciente a pensar no **processo** (“Como você faz/faria isso? Como isso seria?”) em vez de lhe proporcionar a chance de tornar-se evasivo através de **justificativas** (usando “Por que você faz isso?”). Cf. **nota 188**, à p. 105.

partes removidas pelas transformações sucessivas no processo de eliminação quanto as conseqüentes transformações das nominalizações (distorções), com o intuito de recuperar as palavras-processo de onde se originaram, sempre no sentido Estrutura Superficial → Estrutura Profunda de uma dada enunciação.

A fim de detectar mais facilmente as nominalizações, os autores sugerem a aplicação do modelo “um(a) ‘x’ em andamento”, onde “x” representa uma lacuna a ser preenchida por um substantivo abstrato – ou que denote uma ação – e que se ajuste apropriadamente à frase (em detrimento de substantivos concretos, que não se adequarão). Exs.:

- i) Meu **divórcio** é doloroso.
- j) Meu **ferimento** é doloroso.

Ao aplicar o modelo sugerido por Bandler e Grinder, é possível identificar a nominalização apresentada em i), pois a substituição (“um **divórcio** em andamento”) resulta numa frase passível de sentido; diferentemente do que ocorre em j) (“um **ferimento** em andamento”), onde a substituição resulta num enunciado desprovido de sentido, não sendo, pois, considerado como uma nominalização. Uma vez identificada, conforme apresentada em i), deve-se proceder à derivação como nos outros casos:

- i) Meu **divórcio** é doloroso. [ES]
 “**Quem / o que** torna seu divórcio doloroso?”
 Os **desentendimentos** [nova nominalização, referente à ação “desentender-se”] entre mim e minha mulher. [ES]
 “**Quais / que tipo de** desentendimentos?”
 Questões relativas à **partilha dos bens** e à **educação dos filhos**. [T]
Resolver pendências relativas à partilha de bens e à educação dos filhos junto a minha mulher **tornará mais fácil, para mim**, o processo do meu divórcio [EP].

Neste exemplo, o desafio deixa claro que a “dor” do paciente refere-se não ao “processo em andamento” de separação (divórcio) da esposa, mas à partilha e à preocupação com a reação dos filhos ante o fato.

- Classe II: Pressuposições - São apresentadas pelos autores como “um reflexo lingüístico do processo de Distorção” mediante o qual, uma vez detectado

pelo terapeuta, torna possível auxiliar o paciente “na identificação dessas suposições básicas que empobrecem seu modelo e limitam suas opções para enfrentar a situação”.³²¹ Como nos procedimentos indicados anteriormente, os autores sugerem que, uma vez identificadas, as pressuposições³²² sejam desafiadas pelo terapeuta.

Para identificar as pressuposições contidas numa frase dada, recomendam a aplicação de um teste desenvolvido por lingüistas e adaptado por eles para o metamodelo, compreendendo três fases:

1. ouvir a Estrutura Superficial do paciente em busca da palavra-processo ou verbo principal (frase A);
2. criar uma nova Estrutura Superficial, introduzindo uma expressão de negação junto ao verbo principal da frase A (frase B);
3. verificar o que deve ser verdadeiro em A e B para que ambas as frases façam sentido, cada qual a seu tempo. Ex.:
 - Receio que meu filho **torne-se (1)** tão preguiçoso quanto meu marido. **(A)**
 - Receio que meu filho **não se torne (2)** tão preguiçoso quanto meu marido. **(B)**
 - Meu marido **é preguiçoso (3)**.

Utilizando o modelo de derivação conforme aplicado anteriormente, temos:

- k) **Receio que meu filho torne-se tão preguiçoso** quanto meu marido.
 [ES]
 “O que a faz recear?”
 Certas atitudes em que ele não atende às minhas solicitações, como levar o lixo para fora [T] ou cuidar do cachorro [T], coisas que meu marido também não faz [T].
 “Seu marido trabalha? Colabora com outras tarefas domésticas?”
 Sim, ele costuma lavar o quintal e cuidar do jardim. [T]
 “Seu filho também colabora de alguma forma?”
 Sim, ele faz as compras e lava o carro. [T]
 “Então, ambos colaboram?”
 Realmente; acho que meu filho e meu marido não gostam de pôr o lixo na rua nem de cuidar do cachorro. [EP]

BANDLER, Richard e GRINDER, John. *A estrutura da magia I*, p. 127, 1977.

³²² Cf. Chomsky, tópico 3.2.3 “Má-formação semântica” ref. “relação gramatical sujeito-verbo”.

A pressuposição “Meu marido é preguiçoso” é facilmente debelada a partir das sucessivas transformações, ressaltando a colaboração do cônjuge e do filho para o bom desempenho dos afazeres domésticos e a aversão de ambos para as tarefas solicitadas pela esposa-mãe, o que não os torna, necessariamente, preguiçosos.

- Classe III: Causa e Efeito - Neste tipo de distorção, afirmam os autores, “descreve-se um processo que alega que alguém está executando alguma ação que faz com que uma outra pessoa experimente alguma emoção”. Assim, os pacientes que interiorizam este tipo de experiência fundamentada pelo discurso baseado em Estrutura Superficial, “sentem que, literalmente, não têm escolha, que suas emoções são determinadas por forças exteriores a si mesmos”³²³. Frases que denotam a relação Causa e Efeito³²⁴, em geral, apresentam uma construção do tipo “‘X’ me [faz/compete a/força a] sentir ‘y’”, onde “X” representa uma terceira pessoa e “y” uma sensação – geralmente negativa. Exs.:

- l) **Ele me faz sentir raiva.** [ES]
- m) **Ela me compete a ser ciumento.** [ES]
- n) **Ele forçou-me a desistir.** [ES]
- o) **Ele me deprime.** [ES]

Para tais casos, Bandler e Grinder recomendam que o terapeuta desafie a Estrutura Superficial apresentada pelo paciente questionando “Como, especificamente, ‘X’ o faz sentir ‘y’?”. Assim, para l) teríamos:

- l) **Ele me faz sentir raiva.** [ES]
“Como, especificamente, ele a faz sentir raiva?”
Ele chega sempre atrasado aos compromissos, sejam pessoais ou profissionais. [T]
Sinto raiva quando [as pessoas] não respeitam os horários que combinamos. [T]
Não sei controlar minha raiva quando minhas expectativas em relação a horários não são atendidas. [EP]

³²³ BANDLER, Richard e GRINDER, John. A estrutura da magia I, p. 42, 1977.

³²⁴ Cf. tópico 3.3.2 “Gramaticalidade e semântica” ref. “construção causativa”.

- Classe IV: Leitura da Mente - Os casos descritos como Leitura da Mente representam, na visão dos autores, o inverso dos modelos de Causa e Efeito, pois “o paciente pode chegar a sentir-se culpado ou, pelo menos, responsável por ‘causar’ alguma resposta emocional em outrem”, afirmam. E complementam:

“Em Leitura da Mente, os pacientes podem, sistematicamente, deixar de expressar seus pensamentos e sentimentos, ao fazerem a suposição de que outros sejam capazes de saber o que eles estão pensando e sentindo. Não estamos sugerindo que seja impossível para um ser humano chegar a saber o que um outro esteja pensando e sentindo, mas o que queremos saber é por meio de que processo isto ocorre, (...) queremos detalhes de como se transferiu esta informação”³²⁵.

Os exemplos a seguir representam os modelos que Bandler e Grinder consideram fazer parte desta classe de distorções:

- p) **Henry está zangado comigo.** [ES]
- q) **Todo mundo do grupo acha que estou tomando muito tempo.** [ES]
- r) **Estou certo de que ela não gostou do presente.** [ES]
- s) **Você sabe o que eu quero dizer.** [ES]

Aqui também os autores recomendam o uso de “Como, especificamente, você sabe que ‘x’ acontece?”, correspondendo ‘x’ à suposição revestida de caráter verdadeiro por parte do paciente.

- p) **“Como, especificamente, você sabe que Henry está zangado com você?”**
Ele mal me cumprimentou, não sorriu nem brincou como de costume. [T]
Henry não sorriu nem brincou comigo hoje. [EP].

“Estes dois casos de má-estruturação semântica – Causa e Efeito e Leitura da mente – podem ser tratados essencialmente da mesma forma pelo terapeuta. Ambos envolvem Estruturas Superficiais que apresentam uma imagem de algum processo que é demasiadamente vago para permitir ao terapeuta formar um retrato claro do que é o modelo do paciente”³²⁶, destacam os autores. Os

³²⁵ BANDLER, Richard e GRINDER, John. A estrutura da magia I, p. 142, 1977.

³²⁶ Id., ibid., p. 143.

questionamentos propostos pelo terapeuta visam, como nos casos anteriores, auxiliar o paciente na passagem da Estrutura Superficial para a Estrutura Profunda.

3) Classes especiais de Generalização: “casos complexos de equivalência” e “verbos não-completamente especificados”:

- Classe I: Ausência de índices referenciais - Esta classe toma por base palavras inespecíficas (todos, ninguém, sempre, nunca, etc.) das quais o paciente-enunciador se vale para tentar representar a realidade de forma generalista. Ex.:

- t) **Ninguém de dá atenção.** [ES]
- u) **Todo mundo do grupo acha que faço tudo errado.** [ES]
- v) **As pessoas me detestam.** [ES]
 - “Que pessoas, especificamente, detestam você?”
 - As que trabalham comigo.** [T]
 - “Todas elas, sem exceção?”
 - Não, apenas alguns subordinados.** [T]
 - “Como você sabe que eles o detestam?”
 - Porque me boicotam, fazem tudo errado.** [T]
 - “Sempre, sem exceção?”
 - Não, pensando melhor, nem todos e só algumas vezes.** [T]
 - Alguns subordinados, às vezes, fazem alguma coisa errada.** [EP]

- Classe II: Equivalência - Nos casos complexos de Equivalência, segundo a concepção de Bandler e Grinder, duas Estruturas Superficiais paralelas (A e B) tornam-se semanticamente equivalentes no modelo do paciente mediante suas impressões pessoais (suas reações/sensações ante A e B são equivalentes). Ex.:

- w) Meu marido **não sorri** para mim.
- y) Meu marido **não gosta** de mim.

Tanto ante a situação w) quanto em y), a mulher **sente-se rejeitada**. Trata-se de uma impressão pessoal, de acordo com seu modelo de mundo particular: **não sorrir**, para ela, **adquire o sentido de não gostar** (princípio da sinonímia). Os dois enunciados, formulados em Estrutura Superficial, quando generalizados, criam efeito de rejeição. Para desafiá-los na direção

da Estrutura Profunda, os autores sugerem a aplicação dos seguintes modelos:

- 1) **X não sorrir para Y = X não gostar de Y** (onde Y representa a paciente e X, seu marido); o terapeuta deve, então, questionar:

“O fato de seu marido **não sorrir para você [ES] significa que ele não gosta de você [ES]?**”

Não. [T]

Se a pessoa perceber, de imediato, que **não há relação direta entre os fatos e que eles não são, necessariamente, equivalentes**, a derivação pode prosseguir de forma especulativa:

“O que **pode significar** o fato de seu marido não sorrir para você?”

Que ele está cansado; ou mal-humorado. [T]

Meu marido não sorrir para mim pode significar que ele está com problemas. [EP]

Caso a pessoa não consiga empreender prontamente uma transformação que a conduza à Estrutura Profunda, o terapeuta pode aplicar o modelo a seguir, trocando as posições entre X e Y, onde:

- 2) **Y não sorrir para X = Y não gostar de X**

Tal abordagem pode ser empregada a partir da resposta afirmativa à primeira intervenção do terapeuta:

“O fato de seu marido **não sorrir para você [ES] significa que ele não gosta de você [ES]?**”

Sim. [ES]

“O fato de **você não sorrir para seu marido** significa que **você não gosta dele?**”

Não. [T]

“O que isso pode significar?”

Que estou cansada; ou que estou aborrecida com outra coisa (as crianças, meu trabalho). [T]

“Seu marido também **poderia estar cansado ou aborrecido com outra coisa e, por isso, não sorrir para você?**”

Sim. [T] Meu marido pode não sorrir para mim por estar cansado ou aborrecido e, mesmo assim, gostar de mim. [EP]

- Classe III: Verbos Não-completamente Especificados - “Todo verbo de que temos conhecimento é, até certo ponto, não completamente especificado”,

afirmam Bandler e Grinder, o que propiciaria ao falante ater-se à Estrutura Superficial no tocante à ação designada por esse verbo³²⁷. Conforme explicam,

“A clareza da imagem apresentada pelo verbo é determinada por dois fatores: (1) O próprio significado do verbo. Por exemplo, simplesmente pelo seu significado [sic] o verbo *beijar* é mais específico do que o verbo *tocar* – *beijar* é equivalente a uma forma específica de tocar; a saber, *tocar com os lábios*. (2) A carga de informação apresentada pelo resto da frase em que o verbo ocorreu. Por exemplo, a locução *feriu pela rejeição* é mais especificada do que simplesmente o verbo *ferir*”.³²⁸

Ante o enunciado “Minha mãe me feriu”, o falante acredita compartilhar com o interlocutor o sentido que pretende imprimir à frase; no entanto, a priori, não é simples saber se a mãe “magoou seus sentimentos” ou, de fato, infligiu ao filho um castigo corporal. Se o queixoso complementa anunciando “Meu irmão me chutou”, ainda assim, segundo os autores, trata-se de expressão cunhada em Estrutura Superficial e generalista, pois o interlocutor não saberia que parte do corpo foi atingida ou qual a intensidade do chute. Para estes casos de Generalização, os autores propõem ao terapeuta indagar “Como, especificamente, ocorreu ‘x?’”. A aplicação a seguir exemplifica o procedimento indicado:

- z) Meu chefe **exige** muito de mim. [ES]
 “Como / o quê, especificamente, seu chefe exige de você?”
 Ele cobra pontualidade, clareza de informações e capricho nos relatórios. [T]
 Meu chefe espera que eu seja pontual, bem informado e caprichoso na apresentação de relatórios. [EP].

³²⁷ Cf. tópico 3.2.3 “Má-formação semântica” ref. “relação gramatical verbo-objeto”.

³²⁸ BANDLER, Richard e GRINDER, John. A estrutura da magia I, p. 125, 1977.

APÊNDICE B

Outras aplicações terapêuticas combinadas ao metamodelo

Conforme enfatizam Bandler e Grinder, o metamodelo “é um modelo que trata da forma, não do conteúdo. Em outras palavras, [...] é neutro em relação ao conteúdo do encontro terapêutico”³²⁹. A lapidação da “forma” por meio da aplicação do metamodelo representa, sem dúvida, uma adaptação do modelo da gramática gerativo-transformacional, especialmente no tocante à derivação.

A “neutralidade” em relação ao conteúdo não significa, porém, que a Estrutura Profunda, representação final do enunciador acerca de uma Estrutura Superficial (representação inicial, empobrecida e sem significado apropriado), não deva ser examinada de acordo com o contexto em que se insere o paciente. O falante nativo, imerso na língua, faz uso de “estruturas de referência”, referentes universais que adquirem significados particulares. Cabe esclarecer como os autores empregam esse conceito em relação ao metamodelo.

Sobre isso, Bandler e Grinder afirmam que:

[...] o metamodelo independe do conteúdo, nada há nele que possa distinguir as Estruturas Superficiais produzidas por um paciente que esteja falando de sua última viagem ao Arizona das de outro que esteja falando de alguma experiência intensamente alegre ou penosa que teve com um amigo muito chegado. **Este é o ponto em que a forma de psicoterapia particular ao terapeuta indicará o conteúdo da sessão terapêutica.** Para nós, por exemplo, quando uma pessoa nos procura para terapia, sentimos que ela chega com algum sofrimento, alguma insatisfação a respeito de sua situação presente, e, geralmente, começamos a perguntar o que ela espera vindo até nós – isto é, o que deseja. A resposta, não importa qual (mesmo [sic], eu não sei), é sob a forma de uma Estrutura Superficial, e iniciamos o processo de terapia pela aplicação, então, das técnicas do metamodelo³³⁰ [destaque nosso].

Nesse ponto, insere-se a questão do conteúdo relacionada à estrutura de referência, assim definida pelos autores:

³²⁹ BANDLER, Richard e GRINDER, John. A estrutura da magia I, p. 195, 1977.

³³⁰ Id., ibid., p. 196.

A estrutura de referência para a representação lingüística completa da Estrutura Profunda é toda a gama da experiência humana. Como humanos, podemos estar certos de que cada experiência que temos incluirá certos elementos ou componentes. Para o propósito de compreender estes componentes da estrutura de referência para Estrutura Profunda, podemos dividi-los em duas categorias: as sensações que se originam no mundo, e a contribuição que damos com nosso sistema nervoso a estas sensações quando as recebemos e as processamos, organizando-as na estrutura de referência para as Estruturas Profundas lingüísticas de nosso idioma.³³¹

Segundo postulam, “a natureza exata das sensações que florescem no mundo não são diretamente conhecíveis no momento em que utilizamos nosso sistema nervoso para modelar [representar] o mundo” [destaque nosso]; e complementam:

O modelo que criamos está, evidentemente, sujeito a certas restrições impostas pelo mundo – se meu modelo diverge muito do mundo, não me servirá como guia adequado para meu comportamento no mesmo. [...] A forma pela qual o modelo de cada um de nós desenvolve [sic]* diferirá do mundo é nas escolhas (normalmente não conscientes) que fazemos quando empregamos os três princípios de modelagem [eliminação, distorção, generalização]. Isto torna possível, a cada um de nós, conceber um modelo diferente do mundo e, ainda assim, viver no mesmo mundo real.³³²

Como exemplo da tradução de uma estrutura de referência para Estrutura Profunda, os autores apontam o uso limitado que o paciente faz de cada um de seus cinco sentidos – visão, audição, tato, gustação, olfato – presentes em cada acontecimento da vida e nem sempre referenciados na descrição de um evento. A partir dessa constatação, sugerem que:

Desta forma, um componente de estrutura de referência verificável por nós, como terapeutas, é se as Estruturas Profundas incluem descrições de sensações que chegam através de cada um destes cinco sentidos – isto é, a representação lingüística completa inclui descrições que representam a capacidade do paciente para ver, ouvir, tocar, saborear e cheirar. Se um destes sentidos não está representado, então podemos desafiar a representação, pedindo que o paciente religue a Estrutura Profunda a sua estrutura de referência e recupere as sensações eliminadas, ampliando e enriquecendo, assim, o modelo do mesmo.³³³

³³¹ BANDLER, Richard e GRINDER, John. A estrutura da magia I, p. 196, 1977.

³³² Id., *ibid.*, p. 196-197. * No original, “*the way that the model each of us develops will differ from the world is in the choices (normally, not conscious) which we make as we employ the three principles of modeling*” in The structure of magic I, p. 156, 1976. Num outro trecho de A estrutura da magia I, Bandler e Grinder destacam que as pessoas “estão sempre fazendo as melhores escolhas dentre aquelas de que têm conhecimento, isto é, as melhores escolhas disponíveis em seu próprio modelo particular” (Cf. p. 35).

³³³ BANDLER, Richard e GRINDER, John. A estrutura da magia I, p. 197, 1977.

Na obra subsequente, *The structure of magic II*, os autores debruçam-se sobre o estudo daquilo que denominaram Sistemas Representacionais³³⁴ e seus efeitos no processo de derivação.

Em A estrutura da magia I, no entanto, sem subsídios suficientes para aprofundar os efeitos passíveis de serem extraídos a partir dos cinco sentidos, apresentam “algumas [outras] sugestões sobre quais serão alguns dos componentes necessários dessa estrutura de referência”, fazendo uso de “um conjunto de categorias desenvolvido por Virginia Satir em seu trabalho dinâmico com sistemas de família e posturas de comunicações”, destacando, a seu modo, três componentes principais:

- “o contexto – o que está acontecendo no mundo (isto é, a representação de mundo que o paciente tem);
- os sentimentos do paciente em relação ao que está acontecendo no mundo (conforme representado);
- as percepções do paciente sobre o que os outros estão sentindo em relação ao que está acontecendo no mundo (conforme representado)”³³⁵.

Bandler e Grinder apontam a importância dos sentimentos do paciente como componente essencial ao que denominaram boa-estruturação em terapia. Embora a colocação pareça óbvia, como eles próprios destacam, demonstram que o metamodelo aprofunda a questão “Como você se sente em relação a isso?”, presente em qualquer forma de terapia. Assim, enfatizam que:

Este componente específico da estrutura de referência é comum à maioria das terapias e é uma informação muito útil em nosso trabalho como terapeutas. O que não é comum à maioria das terapias, e que pode tornar esta pergunta ainda mais potente, é que a resposta do paciente será uma Estrutura Superficial, sujeita às condições de boa-estruturação-em-terapia. Isto lhe permite [permite ao terapeuta] saber mais a respeito do modelo do paciente, recuperando um dos componentes necessários da estrutura de referência, e, ao mesmo tempo, desafiando e ampliando o modelo do mesmo. Quando esta pergunta comum é encarada do ponto de vista do metamodelo, surge por si mesma uma pergunta adicional e muito potente. Esta nova

³³⁴ Cf. Glossário.

³³⁵ BANDLER, Richard e GRINDER, John. A estrutura da magia I, p. 197, 1977.

pergunta, que é característica do trabalho de Satir é: “Como você se sente em relação a seus sentimentos a respeito do que está acontecendo?”³³⁶

À luz do metamodelo, afirmam que o questionamento de Satir adquire a condição de um pedido, por parte do terapeuta, “para que o paciente diga como se sente em relação a sua estrutura de referência – seu modelo de mundo – focalizando os **seus sentimentos a respeito da imagem que tem de si mesmo em seu modelo**” [destaque nosso]. E concluem: “esta, então, é uma maneira explícita de abordar, diretamente, o que é chamado, em muitas terapias, (sic) a auto-estima do paciente – uma área muito poderosa da estrutura de referência do paciente e intimamente ligada à possibilidade de modificação para essa pessoa.”³³⁷

Como exemplos de abordagens terapêuticas compatíveis com a aplicação do metamodelo, os autores destacam:

- a **encenação**, que reúne “técnicas que envolvem o paciente na dramatização de uma experiência real ou fantasiada”³³⁸, que lhe permitem conscientizar-se a respeito de partes da estrutura de referência não representadas anteriormente em sua Estrutura Profunda;
- a **fantasia dirigida**, processo pelo qual “os pacientes empregam sua imaginação para criar uma nova experiência para si mesmos”³³⁹, na tentativa de oferecer-lhes novas opções ante um modelo empobrecido de mundo, para que possam empreender suas escolhas;
- os **vínculos terapêuticos duplos**, situações impostas pelo terapeuta que “desafiam o modelo do paciente, ao forçá-lo a uma experiência que contradiga as limitações de seu modelo”³⁴⁰, visando ampliá-lo;
- a **congruidade (congruência)/ não-congruidade**, “quando dois sistemas representativos distintos estão expressando, simultaneamente, porções

³³⁶ BANDLER, Richard e GRINDER, John. A estrutura da magia I, p. 198, 1977.

³³⁷ Id., *ibid.*, p. 197.

³³⁸ Id., *ibid.*, P. 202.

³³⁹ Id., *ibid.*, p. 205.

³⁴⁰ Id., *ibid.*, p. 208.

diferentes da estrutura de referência da pessoa”³⁴¹. Os casos apontados pelos autores como congruidade (ex.: o paciente, brandindo o punho declara, aos berros: “Eu estou realmente furioso!”) assemelham-se à sinonímia, conforme definida no modelo gerativo-transformacional; já os casos de não-congruidade (ex.: o paciente range os dentes e estremece enquanto declara, com voz baixa e pausada: “Eu não estou nervoso...”) podem ser comparados à ambigüidade, conforme definida no mesmo modelo lingüístico.

Tais conceitos e suas aplicações vão sendo explorados ao longo da obra de Bandler e Grinder – em parceria ou individualmente – de maneira mais consistente; na obra de estréia, porém, figuram como meros apontamentos.

³⁴¹ BANDLER, Richard e GRINDER, John. A estrutura da magia I, p. 213, 1977.

ANEXO³⁴²

O Metamodelo pode ser convenientemente dividido em três porções: A. Coleta de Informações, B. Má-formação Semântica, e C. Limites do Modelo do Locutor.

A. Coleta de Informações

1) Nominalizações: Nominalizações são palavras que entram no lugar de um substantivo na sentença, mas não são tangíveis - não podem ser tocadas, sentidas, nem ouvidas. O teste para uma nominalização é: "Você pode pôr isso num carrinho de mão?" Se a palavra for um substantivo e não puder ser posta num carrinho de mão, trata-se de uma nominalização. Palavras tais como *curiosidade*, *hipnose*, *aprendizagens*, *amor*, etc. são nominalizações. São usadas como substantivos, mas na realidade são palavras processuais.

Toda vez que uma nominalização é utilizada, são omitidas muitas informações. Se eu disser: "Emily possui muitos *conhecimentos*", omiti exatamente aquilo que ela sabe e o modo como ela o sabe. As nominalizações são muito eficientes em induções hipnóticas porque permitem ao locutor ser vago e exigir do ouvinte que faça uma busca por sua experiência para encontrar o significado mais apropriado. As induções de Milton Erickson estão repletas destas.

No exemplo seguinte, as nominalizações estão em itálico: "Eu sei que você tem uma determinada *dificuldade* em sua *vida* e que você gostaria de trazer a (sic) uma *solução* satisfatória... não tenho certeza absoluta de quais *recursos* pessoais você consideraria mais úteis na resolução desta *dificuldade*, mas sei que sua *mente inconsciente* tem mais condições do que você de empreender uma busca em sua *experiência* para encontrar exatamente esse *recurso*..."

Neste parágrafo, não é mencionado nada específico (sic) mas se este tipo de afirmação for feito a um cliente que tenha vindo para a resolução de um

³⁴² Reprodução *ipsis verbis* da primeira parte do Apêndice II in BANDLER, Richard e GRINDER, John. Atravessando: passagens em psicoterapia, p. 277-281, 1984.

problema, ela fornecerá significados pessoais específicos para as nominalizações utilizadas. Ao usar as nominalizações, o hipnotizador pode fornecer instruções úteis sem correr o risco de dizer alguma coisa que vá contra a experiência interna do ouvinte.

2) Verbos Não Especificados: Nenhum verbo é completamente especificado; são mais ou menos especificados. Se um hipnotizador usa verbos relativamente não especificados, o ouvinte é novamente forçado a suprir o significado a fim de entender a sentença... Palavras tais como **fazer, consertar, solucionar, mover, modificar, questionar, pensar, sentir, saber, experimentar, compreender, recordar, tomar consciência de**, etc., são relativamente inespecíficas.

A sentença: "**Penso** que seja verdade" é menos específica do que: "**Sinto** que é verdade." Na última sentença, somos informados a respeito do modo com (sic) a pessoa pensa. Se eu digo: "Quero que você **aprenda**", estou usando um verbo muito inespecífico, uma vez que não estou explicando como é que eu quero que você aprenda, nem o que é que eu quero que você especificamente aprenda.

3) Índice Referencial Não Especificado: isto significa que o substantivo a respeito do qual se fala não está especificado.

"As **peessoas** podem relaxar."

"**Isto** pode ser facilmente aprendido."

"Você pode notar uma **determinada sensação**."

Afirmações como estas dão ao ouvinte a oportunidade de aplicar facilmente a sentença a si mesmo a fim de entendê-la.

4) Omissão: Esta categoria se (sic) refere a sentenças nas quais (sic) uma frase completa está inteiramente ausente.

Por exemplo: "Sei que você está curioso."

O objeto desta sentença está completamente ausente. O ouvinte não sabe aquilo que se supõe ser o objeto de sua curiosidade. Mais uma vez, o

ouvinte pode preencher a lacuna com qualquer coisa que lhe seja relevante em sua experiência.

B. Má-formação Semântica

1) Modelo causal, (sic) ou vinculação. O uso de palavras que implicam num relacionamento de causa e efeito entre algo que está ocorrendo e algo que o comunicado (sic) quer que ocorra convida o ouvinte a responder como se uma das coisas fosse (sic) na realidade a "causa" da outra. Existem três tipos de vinculação com graus variados de força.

a) O tipo mais fraco de vinculação faz uso de conjunções para conectar fenômenos de outra forma não relacionados.

"Você está ouvindo o som de minha voz e pode começar a relaxar. "

"Você está inspirando e expirando e sente curiosidade a respeito do que é possível aprender."

b) O segundo tipo de vinculação faz uso de palavras como **enquanto, quando, durante, na medida em que** para conectar afirmações por meio de determinação de um vínculo temporal.

"**Enquanto** você se senta aí sorrindo, pode começar a entrar em transe."

"Você pode relaxar mais completamente **na medida (sic) que** se balançar para frente e para trás."

c) O terceiro tipo de vínculo, que é o mais forte, usa palavras que concretamente declaram uma causalidade. Palavras tais como **faz, causa, força e exige** podem ser empregadas aqui.

"O assentimento de sua cabeça **fará** com que você relaxe mais completamente."

Observem que, ao usar cada tipo de vinculação, o comunicador começa com algo

que já está acontecendo e o vincula a algo que deseja que aconteça. O comunicador será mais eficiente se começar com a forma mais fraca de vinculação e se gradualmente for passando para formas mais fortes.

Estas formas de vinculação funcionam pela implicação ou alegação de que aquilo que está ocorrendo irá causar a ocorrência de uma outra coisa e ao fazer (sic) para o ouvinte uma transição gradual entre o que está acontecendo e alguma outra experiência. Os capítulos I e II deste livro contêm uma descrição mais detalhada do uso dos modelos causais.

2) Leitura da Mente. Agir como se soubesse qual é a experiência interna de uma outra pessoa pode ser um instrumento eficiente para construir a credibilidade do hipnotizador, desde que a leitura da mente faça uso de padrões generalizados de linguagem. Se a leitura da mente for por demais específica, o comunicador corre o risco de dizer algo que contrarie a experiência do ouvinte, perdendo o contato por causa disso.

"Você deverá estar questionando (sic) o que direi a seguir."

"Você está curioso a respeito de hipnose."

3) Performativo Ausente. Afirmações avaliativas das quais a pessoa que faz a avaliação está ausente na sentença são denominadas Performativas Ausentes. As afirmações que fazem uso de performativos ausentes podem ser um meio eficaz de apresentar pressupostos como nos exemplos que se seguem:

"É bom que você possa relaxar com tanta facilidade."

"Não importa se você se afundar até lá embaixo nessa cadeira."

Esta porção do Metamodelo é a menos significativa na qualidade de parte do Modelo Milton. Suas duas categorias podem ser usadas para limitar o modelo do ouvinte de tal modo que produzam transe bem como outros resultados.

1) Quantificadores Universais. Palavras tais como **todos**, **cada um**, **sempre**, **nunca**, **ninguém**, são quantificadores universais. Estas palavras geralmente

indicam uma supergeneralização.

"E agora você vai entrar **totalmente** em transe."

"**Cada** pensamento que você tem pode auxiliá-lo a entrar mais profundamente em transe."

2) Operadores Modais. Operadores modais são palavras tais como **deverá, deve, tem que, não pode, não irá fazer** e que indicam ausência de escolha.

"Você já observou que **não pode** abrir os olhos?"